

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA**  
Sede Social: Plaza de los Bandos, n.º 15/17 – Salamanca – Espanha  
Sucursal em Portugal: Av. 5 de Outubro, 73 – D – Lisboa  
Número de Pessoa Colectiva: 980 116 775  
Registada sob o n.º 980116775/NIPC do Registo Comercial de Lisboa

## **Relatório de gestão consolidado do exercício de 2009**

O exercício de 2009 decorreu num cenário de crise financeira e económica global que já se sente há dois anos. A deterioração progressiva da situação económica mundial materializou-se, por fim, no pior cenário de recessão mundial em décadas, especialmente nos países desenvolvidos.

O sistema financeiro espanhol, que apenas foi afectado inicialmente pela contracção da liquidez criada pela referida crise, tinha resistido melhor durante os primeiros meses da mesma por se encontrar directamente focado no segmento retalhista e por não ter desenvolvido modelos complexos que puseram em evidência, noutros países, a existência de activos tóxicos.

Apesar disso, a situação macroeconómica está a afectá-lo de forma muito agressiva nesta segunda etapa. A exposição excessiva da economia espanhola e de muitas entidades financeiras ao sector imobiliário, o estreitamento inicial da liquidez, a contracção da oferta e da procura do crédito e o aumento do desemprego deram origem a um aumento acentuado e rápido da morosidade que está a deteriorar fortemente a solvência das entidades devido à necessidade de cobrir as insolvências e a rentabilidade das contas de resultados, que não podem reconhecer, através de periodizações, os juros das operações duvidosas.

Ainda que a forte redução observada nas taxas de juros esteja a ter um papel favorável no presente exercício, na margem de juros das entidades, pela sua rápida aplicação aos passivos onerosos, e a tendência generalizada se tenha baseado na forte redução dos custos da estrutura, os resultados globais das entidades financeiras estão a ressentir-se através de fortes diminuições comparativamente aos exercícios anteriores.

Nesta situação de crise económica com aumentos muito acentuados dos não pagos, o esforço em dotações à provisão é particularmente intenso devido à norma contabilística espanhola para entidades financeiras, baseada em coberturas em função do tempo de permanência em situação de dívida e não em função da perda esperada da operação ou da garantia final da mesma, e, ainda que a referida norma não esteja, em parte, a ser aplicada com tanto rigor nos activos com melhores garantias, o esforço mencionado é muito elevado para as contas de resultados.

Os aumentos de dotações, que penalizaram fortemente as contas de resultados no exercício, terão um impacto maior no ano de 2010, quando se terá de suportar o maior impacto do calendário das dotações pela morosidade registada ao longo do exercício passado e dos primeiros meses do exercício actual. A tudo isto, é preciso acrescentar o estreitamento das margens que se produzirá após a consolidação da queda nas taxas de juros e no menor volume de negócios a gerir, num contexto de competição agressiva, com crescimentos

mínimos do crédito que não permitirão às referidas contas beneficiar da vantagem do aumento devido ao volume.

Este cenário impulsionou a necessidade de reformas, acertos e consolidação, que deverão ser efectuadas pelas entidades financeiras espanholas para se adaptarem às novas circunstâncias do mercado, e tudo isto partindo de uma perspectiva de racionalização das estruturas de custos operacionais e de correcção da capacidade do sector.

Neste âmbito, foi criado o RD 9/2009, de 26 de Junho, sobre a reestruturação bancária e o reforço dos recursos próprios das entidades de crédito, com a constituição do Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria (Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária), no qual são indicadas as medidas necessárias a uma reestruturação ordenada do sistema bancário espanhol, o que exigirá, em muitos casos, a adequação da capacidade instalada e das estruturas de custos para uma menor demanda de serviços financeiros e, conseqüentemente, uma queda do negócio.

O Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária está habilitado para intervir em determinados supostos indicados no RD referido. Entre eles, contempla-se a sua actuação em situações de reestruturação de entidades de crédito mediante processos de integração destinados à melhoria da eficiência a médio prazo, mediante uma capitalização transitória de entidades que, sem estarem numa situação que exija um processo de reestruturação, iniciem um processo de integração, com vista a aumentar a sua força e a sua solvência. É neste suposto que se encontra a nossa Entidade na actualidade, em conformidade com a ordem do Conselho de Administração, na sua sessão de 28 de Abril de 2009, na qual foi acordada a disponibilidade da Caja Duero em participar nos processos de integração ou consolidação que fortaleçam a própria Caja e o sistema financeiro local.

Após vários contactos com as restantes Caixas de Castela e Leão, em conformidade com a ordem anterior, com um resultado negativo em todos os contactos à excepção do contacto com a Caja España, que tinha iniciado um processo de abordagem semelhante, considerou-se conveniente iniciar negociações com a referida entidade, no sentido de desenvolver os processos de integração necessários à sua posterior apresentação aos Órgãos de Gestão das Caixas, ao Banco de Espanha e à Junta de Castela e Leão.

Para o processo, foi escolhida a consultora KPMG que, inicialmente, foi necessária para obter um cálculo global sobre as ajudas FROB que deveriam ser solicitadas e para a elaboração de um plano de negócios que mostrara a viabilidade da operação de integração proposta.

Posteriormente, considerando que o cálculo global não apresentava o rigor necessário ao estudo e coincidindo com a indicação do Banco de Espanha de inclusão da Caja de Ahorros Municipal de Burgos no processo, foi efectuado um novo planeamento geral da operação que, à custa do aumento do período de análise, requeria, entre outras actividades, as seguintes:

- Elaboração de uma Due Diligence individual das três entidades
- Elaboração de uma avaliação individual das mesmas
- Elaboração de um modelo de plano de negócios complexo da entidade integrada que manifestara a viabilidade requerida pela operação.

- Tomada de decisão entre Fusão ou Sistema Institucional de Protecção
- Elaboração de um acordo de intenções que minimize os riscos de execução da integração e assegure um entendimento e compromisso comum das entidades para com a mesma.

Os trabalhos indicados foram apresentados ao Banco de Espanha e aos Conselhos de Administração das entidades intervenientes, contando com a rejeição da Caja de Burgos, o que levou à necessidade de um novo estudo da operação, agora unicamente entre as duas entidades iniciais no projecto, a Caja España e a Caja Duero.

Este novo estudo foi, ainda assim, finalizado e apresentado ao banco de Espanha e à Junta de Castela e Leão, fixando-se as ajudas a receber para a reestruturação num valor inferior a 2% dos activos ponderados por risco, máximo que permite incluir a Comissão Europeia na recapitalização das entidades financeiras viáveis.

Os Conselhos de Administração das duas entidades, em sessões celebradas a 5 de Janeiro de 2010, acordaram em ratificar os acordos alcançados nas negociações efectuadas pelas comissões delegadas em relação à distribuição de sedes e áreas do futuro organigrama da entidade resultante.

## **CONTEXTO ECONÓMICO**

Como indicado, a crise financeira iniciada no Verão de 2007 foi-se alastrando progressivamente à economia real, com alguns desabamentos da actividade que não ocorriam há décadas. A queda em todos os indicadores de actividade não tem qualquer equivalência na história económica recente, uma vez que a globalização das relações comerciais e financeiras não permitiu que qualquer país ou sector de actividade específico ficasse à margem do referido cenário geral. Esta situação levou a uma actuação firme e conjunta dos principais agentes económicos, instituições e países de forma a evitar, com a rapidez necessária, a entrada numa dinâmica negativa que se previa no início do ano.

As medidas de estímulo extraordinárias aplicadas com profusão, especialmente durante os dois primeiros trimestres, permitiram reverter a situação inicial até ao ponto em que, no fecho do exercício, se podem observar dados indicadores de esperança de uma tímida recuperação, ainda com a dúvida da solidez e continuidade da mesma.

### **Economia internacional**

Na situação descrita era necessária uma actuação firme e conjunta para travar a deterioração. Para além das medidas convencionais em matérias de política económica, tais como a redução drástica dos tipos de intervenção, foram adoptados, por todo o mundo, vários outros estímulos não convencionais: aumento da liquidez e de acesso a fontes de financiamento rápidas e baratas para as entidades financeiras, concessão de empréstimos directos a mutuários finais por parte dos bancos centrais, aquisição de activos de entidades com problemas, apoio directo a instituições específicas, ajudas directas ao consumidor final, etc.

O BCE introduziu medidas extraordinárias de liquidez para as entidades financeiras: operações especiais a três meses, injeções a seis meses, adjudicações plenas, etc., que visam evitar a entrada na dinâmica pernicioso da inexistência de fontes de financiamento e risco de colapso do sistema.

Este conjunto de medidas deu início a uma corrente favorável à estabilização gradual da actividade e contribuiu para a criação de crescimentos moderados e, desta forma, o conjunto da Zona Euro cresceu, no último trimestre do ano, 0,4% trimestral anualizado e EEUU em 2,2% no mesmo período.

A descida generalizada nos preços, que se apresentava como grande ameaça para a economia mundial, foi-se corrigindo com o tempo. O preço do petróleo foi subindo gradualmente até terminar o ano em torno dos 75 dólares por barril, o que causou a maioria do crescimento do IPC.

### **Situação em Espanha**

Tal como nas restantes economias, em Espanha foi-se moderando o ritmo de contracção à medida que o exercício se ia desenrolando, no entanto, esta apresenta uma queda anual do PIB 3,8% mais elevada do que a média da Zona Euro. As especificidades da economia espanhola equilibram de forma diferente o processo de recuperação, em comparação com as restantes economias avançadas. De entre as mesmas deve dizer-se que ainda não foi finalizado o processo de ajuste do sector imobiliário, a dependência do sector da construção para a criação de emprego, o excessivo endividamento e o excesso de capacidade em geral, quer a nível privado, quer em muitos sectores produtivos ou de serviços, assim como a maior rigidez estrutural do emprego.

A leve melhoria dos indicadores económicos não trazia também uma recuperação das taxas de consumo e de investimento, antes pelo contrário, a incerteza do mercado laboral e as subidas anunciadas dos impostos, devido ao elevado défice público, aprofundaram o processo de não endividamento das economias domésticas, aumentando claramente a propensão para a poupança e repercutindo-se negativamente no consumo e, por extensão, nas vendas e lucros empresariais.

O desafio fundamental visa abordar as reformas estruturais necessárias que permitam solidificar a tímida recuperação iniciada. As acções focaram-se muito na dinamização da economia mediante os gastos em investimentos e consumo públicos, o que originou o crescimento do endividamento público que agora se reflecte no aumento das divergências de rentabilidade no que diz respeito às emissões do resto da Zona Euro, aumentando a factura dos juros a pagar e, por extensão, o custo do financiamento empresarial.

## **Mercados financeiros**

Os bancos centrais, como já foi indicado, procederam a uma rebaixa das taxas de investimento, como medida para o estímulo monetário convencional. A FED já tinha fixado a taxa de juros de referência na margem de 0% a 0,25%, enquanto as taxas da Zona Euro, que tinham começado o exercício em 2,5%, sofreram reduções em Janeiro, Março, Abril e Maio até alcançarem o valor vigente de 1%.

A transferência das decisões das taxas oficiais do mercado interbancário foi imediata e, por isso, a Euribor a 12 meses desceu dos 3,45% do início do ano para os 1,24% no final do mesmo. Esta queda criou um impacto positivo nas contas de resultados das entidades financeiras devido à aplicação mais rápida dos passivos onerosos do que dos activos rentáveis.

No entanto, as autoridades monetárias já manifestaram a sua intenção de normalização progressiva da política monetária com aumentos das taxas oficiais em 2010, para solidificar o ritmo da actividade e o crescimento, o que irá prejudicar inicialmente a margem de juros das entidades devido ao efeito contrário do referido no parágrafo anterior.

Nos mercados de Dívida, a estabilidade das taxas oficiais manteve também a rentabilidade das emissões. Apesar disso, no nosso país, a deterioração das finanças públicas criou um aumento visível dos diferenciais de rentabilidade da dívida espanhola em relação à alemã, chegando a mais de 100 pontos básicos de custos adicionais.

Nos mercados de renda variável, o IBEX fechou o exercício com 11 940 pontos e uma reavaliação de 29,84%, apoiado nos resultados das empresas cotadas que, em geral, conseguiram evitar um exercício difícil, o que permitiu atenuar a espectacular queda de 2008 que, recordemos, foi de 39,4%. Desta forma, o selectivo espanhol liderou os ganhos perante a Eurostoxx 50, com uma subida de 21,13% e o S&P 500, que subiu 23,45%. No entanto, não parece que estas subidas possam ser mantidas no exercício de 2010, uma vez que as avaliações já estão ajustadas às médias históricas de rentabilidade por lucro e não é visível um aumento do mesmo mediante as novas reduções de custos nem por um maior volume de facturação, numa recuperação económica incipiente.

## **Avaliação do negócio**

No cenário descrito, a estratégia desenvolvida pelo Grupo Consolidável Caja Duero, desde o início da crise no mês de Agosto de 2007, centrou-se numa análise muito selectiva do crédito, focando prioritariamente a sua atenção na solvência do creditado e na rentabilidade da operação, e numa estrutura de financiamento na qual predomina a captação da poupança tradicional, contando com a força de uma menor exposição ao financiamento obtido dos mercados grossistas. A boa situação de liquidez, com a qual a Caja contou em todos os meses que passaram desde o início da crise financeira, possibilitou o crescimento, ainda que moderado, no crédito a clientes, e a manutenção de uma política conservadora de preços para os recursos de clientes em defesa da margem de juros.

A menor actividade na captação da poupança tradicional e na concessão de crédito levou a um moderado aumento do negócio durante o exercício, com um volume que terminou o ano com 33 849 milhares de euros, o que supõe um crescimento de 0,3% equivalente a 89 milhões de euros novos geridos.

Com isto, o balanço consolidado terminou o exercício com um valor de 21 390 milhões de euros, e apresenta um aumento inter-anual superior a 646 milhões de euros, o que supõe uma variação de 3,1%.

O balanço individual terminou com um saldo de 21 242 milhões de euros, o que representa uma variação de 3,1% sobre o fecho do exercício anterior. Como se pode observar, o balanço consolidado e o balanço individual continuam muito semelhantes, dado o peso específico que a Caja representa na consolidação sobre o total consolidado do grupo.

A evolução do balanço no exercício caracterizou-se por um crescimento moderado do crédito a clientes, a diminuição do passivo tradicional por rede no que diz respeito a contas a prazo, para as quais não se está a procurar fazer sobressair a sua remuneração, e o avanço gradual da morosidade que leva a importantes dotações para insolvências, dotações que penalizam fortemente os resultados. Este último capítulo foi o grande protagonista do exercício e a sua contenção foi o grande objectivo prioritário, não só da nossa Entidade, como também de todo o sector financeiro espanhol.

O montante total em dívidas da Caja fechou o exercício de 2009 em 744 milhões de euros, com um aumento de 233,8 milhões de euros, o que representa um aumento líquido de 46% da morosidade no exercício. A taxa de morosidade fecha, assim, em 5,25%, sendo que sofreu um aumento, desde o fecho do exercício anterior, de 160 pontos básicos e se compara negativamente com a taxa de morosidade do conjunto de Caixas de Aforro, que se situou, na mesma data, em 4,91%, mas positivamente com o grupo de caixas de tamanho singular, grupo que se fixa nos 5,87%.

Condicionada a este avanço da morosidade está a necessidade de efectuar dotações à provisão para insolvências, provisão que, com uma dotação de montante líquido de 158 milhões de euros que penalizam fortemente a conta de resultados, fechou o exercício com um saldo de 466,9 milhões de euros e representa uma cobertura de 62,3%. Esta cobertura compara-se favoravelmente com o conjunto de caixas que apresentam, no fecho do exercício, 56,6%.

Durante o último trimestre do exercício, efectuou-se uma alteração na norma sobre a calendarização das provisões diminuindo-se, em parte, o rigor correspondente aos riscos com garantias eficazes. O efeito que esta nova norma teve na nossa Entidade supôs uma menor necessidade de provisões por um montante aproximado de 20 milhões de euros, que não melhoraram a conta de resultados, mas que se aplicaram à maior cobertura de activos adjudicados.

Desta forma, tornou-se mais rígida a norma contabilística sobre as dotações dos activos adjudicados com antiguidade no balanço superior a um ano e dos riscos com determinados grupos económicos ligados ao sector imobiliário, para os que se requereu um aumento das suas provisões e a sua consideração na categoria sub-padrão. Estas alterações tornaram ainda mais difícil o fecho do presente exercício, já difícil devido à situação da economia espanhola.

Por este motivo, decidiu-se utilizar a jurisdição concedida pela norma contabilística para começar a aplicar a provisão genérica para a cobertura de operações duvidosas específicas, sendo a nossa uma das últimas entidades em Espanha a utilizar esta facilidade. Este feito, no entanto, e como se pode observar, não prejudicou o rácio de cobertura da morosidade, a qual se situa acima da média das caixas de aforro.

O crédito a clientes, dentro da actividade moderada do exercício na qual privilegiou a solvência dos tomadores de crédito e a rentabilidade das operações, aumentou num montante de 188,6 milhões de euros, o que supõe um crescimento de 1,3% em relação ao fecho do exercício anterior. Assim, o saldo do crédito a clientes eleva-se já até os 14 182 milhões de euros e o peso específico que mantém sobre o total do balanço, situa-se nos 66,3%, peso estrutural que continua a manifestar-se como os mais baixos do sector.

Por epígrafes, a carteira de empréstimos com garantia hipotecária representa mais de 72,3%, tendo crescido ao longo do exercício em valores relativos 4,4% superiores aos da carteira de créditos total, pelo que os riscos sem garantia real diminuíram tanto em volume como no peso específico sobre a carteira total.

No que diz respeito ao financiamento, os recursos dos credores no balanço mantêm-se num valor muito semelhante ao que apresentavam no fecho do exercício anterior. No total, diminuem em 31 milhões de euros, o que supõe uma variação negativa de 0,18%.

Na análise desta epígrafe deve ter-se em consideração a política de financiamento, que se seguiu no exercício, em defesa da liquidez presente e também futura. Neste sentido, no que toca ao financiamento grossista, procedeu-se, no exercício, à emissão de três títulos hipotecários singulares com um montante total de 447 milhões de euros, dos quais dois por 370 milhões de euros, que foram emitidos com o objectivo de adquirir e manter no balanço, posteriormente, os títulos emitidos pelo fundo de titularização, dentro da possibilidade que estas operações oferecem, de desconto imediato no BCE para a obtenção de financiamento. Foram emitidos adicionalmente 500 milhões de euros de certificados de dívida simples com aval do Estado, dentro das facilidades que, em apoio da liquidez, estão a ser oferecidas às entidades espanholas.



Da mesma forma, já no mês de Dezembro, procedeu-se à emissão de novos títulos hipotecários colocados em emissão privada por um montante de 50 milhões de euros adicionais e, em sentido contrário, amortizaram-se os referentes a emissões que, por 150 milhões de euros, se realizaram através da rede em Outubro e Dezembro de 2004. Com todas estas emissões, a nossa capacidade de colateralização ou de obtenção de financiamentos com a garantia da nossa carteira hipotecária apresenta uma margem considerável em comparação com outras caixas de aforro que, tendo utilizado excessivamente esta fonte de financiamento, têm uma capacidade de emissão muito menor e uma maior incerteza sobre a renovação das emissões a vencimento.

Continuando com o capítulo de emissões realizadas no exercício, falta indicar o êxito na colocação de uma emissão de participações preferenciais por rede, no valor de 100 milhões de euros, em fortalecimento dos recursos próprios e da solvência, emissão essa que permitiu oferecer a nova compra de uma emissão anterior por investidores institucionais com um amplo desconto, o que supôs uma injeção de resultados pela diferença entre o efectivo desembolsado e o nominal dos títulos. Da mesma forma, e nesta política de fortalecimento da solvência, no mês de Junho procedeu-se ao lançamento de uma emissão de obrigações subordinadas pela rede, por um montante de até 200 milhões de euros, emissão que ficou totalmente subscrita durante o mês de Agosto. Com estas emissões chegou-se a potenciar a solvência da Entidade até níveis muito superiores aos exigidos pela norma actual sobre recursos próprios.

Na diminuição apresentada no total da epígrafe sobre os credores, deve-se considerar a menor actividade em Cessão temporária de activos, epígrafe que representa uma diminuição por um montante de 310,9 milhões de euros. Descontada esta variação juntamente com a menor actividade desenvolvida na obtenção de financiamento através de promissórias, pelo seu vencimento a curto prazo, com uma redução de 225 milhões de euros, e dos acertos por avaliação pela menor necessidade de periodização dos custos financeiros devido à queda significativa nos seus custos, observar-se-ia um aumento da epígrafe por mais de 582 milhões de euros de recursos líquidos.

No que diz respeito ao financiamento a retalho, os depósitos a prazo, não considerando as emissões realizadas, apresentam uma diminuição significativa por mais de 1 570 milhões de euros. Esta diminuição deve-se a uma política conservadora dos preços perante a subida dos mesmos, que outras entidades com necessidade de substituir o seu financiamento grossistas efectuaram, política que se seguiu como defesa da margem de juros como fonte de resultados a aplicar às provisões.

Apesar disso, o crescimento dos saldos em contas à ordem por mais de 1 090 milhões de euros e as emissões realizadas como apoio à solvência e à liquidez, levaram a um aumento comentado nos recursos líquidos e com um custo contido.

A política estratégica na estrutura de financiamento centrou-se na diminuição da posição com notas promissórias até montantes mais adequados à situação actual pelo seu vencimento a curto prazo, e na captação de fundos com um vencimento mais longo, em protecção da estabilidade da liquidez, dentro da manutenção de uma composição adequada do financiamento medido pela relação entre os passivos grossistas em comparação com os de rede ou retalhistas e pela proporção de investimento a crédito, que se encontra financiado com recursos retalhistas, rácios que permanecem, na nossa Entidade, mais sólidos do que na média do conjunto das entidades espanholas.

Os recursos desintermediados mantiveram uma tendência de ascensão desde meados do exercício, logo após sofrer quedas generalizadas pelo menor atractivo que representaram nas políticas de remuneração dos recursos no balanço, seguidos por grande parte das entidades financeiras perante a necessidade de obtenção de recursos líquidos. O seu saldo, no final do ano, ascende aos 2 003 milhões de euros, o que supôs um aumento de 3,18%, ainda quando no que diz respeito aos fundos de investimento, se produziu diminuições num montante de 55 milhões de euros líquidos no exercício.

Os investimentos na Dívida Pública diminuíram devido às vendas materializadas ao longo do ano, vendas que se consideraram convenientes para reduzir a nossa exposição em momentos de incerteza na evolução das rentabilidades associadas. Noutro sentido, o balanço apresenta um aumento significativo em "Outros títulos de taxa fixa", pelo investimento nos títulos emitidos pelos fundos de titularização criados com as emissões de títulos hipotecários multicedentes, realizados por diferentes caixas de aforro, entre as quais nós nos encontramos, e que para a nossa Entidade significou emissões de 370 milhões no ano. Estes títulos subscritos oferecem a possibilidade de dedução no Banco Central Europeu, podendo ser utilizados, por isso, como uma segunda linha de liquidez. Também se procedeu à subscrição de títulos emitidos por entidades financeiras espanholas que contam também com a garantia do seu desconto no BCE para obtenção de liquidez.

No restante do activo, a renda variável aumentou em quase 167 milhões de euros, não por novos Investimentos, que não se realizaram, mas pelo aumento da mais-valia no seu justo valor, a qual finaliza o ano juntamente com mais de 109 milhões de euros. No fecho do exercício passado, a carteira apresentava menos-valias.

Outra epígrafe objecto de acompanhamento especial é a relativa a activos não correntes em venda que acolhe as adjudicações em pagamento de dívidas nas quais se executa a garantia quando não há outra possibilidade de recuperar o montante em dívida pelo tomador do crédito, epígrafe que, líquido das vendas e das provisões que se realizaram de acordo com a nova norma contabilística, apresenta uma variação no exercício no montante de aproximadamente 122 milhões de euros. No que diz respeito às vendas, é necessário ressaltar que estas foram muito activas ao longo do exercício, tanto na sua modalidade de venda directa como de aluguer com opção de compra, e que, em termos gerais, se consegue a recuperação aproximada do montante investido, pelo que não se têm produzido menos-valias.

## Resultados

Os resultados consolidados do exercício ascenderam aos 22,5 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 71% relativamente ao exercício de 2008, num fecho contabilístico caracterizado por uma contribuição negativa no resultado das nossas participações empresariais, e que se centrava na constituição de provisões na cobertura de riscos de crédito e de determinadas participações.

A margem de juros consolidada apresentou uma melhoria substancial em relação ao exercício anterior, valorizada em 18,9%. A contenção do preço do passivo, a evolução descendente das taxas de juros com uma aplicação mais rápida nos recursos onerosos e com um impacto mais reduzido nos activos mais rentáveis, através da aplicação de uma prudente política de "spread", teve como resultado a referida melhoria no principal indicador da evolução do negócio na conta de resultados.

Esta situação favorável da margem de juros, que outras entidades, que não estabeleceram políticas de *spread* e que sentiram a necessidade de aumentar os preços do financiamento por escassez de liquidez, não desfrutaram, foi fundamental na nossa Entidade para compensar as necessidades de dotação à provisão para insolvências que o aumento da morosidade está a provocar.

Entre as epígrafes que levam da margem de juros à margem bruta consolidada, convém referir a menor contribuição para a conta de dividendos de empresas fora do Grupo, no montante de aproximadamente 5 milhões de euros para menores resultados distribuíveis, e das comissões, por 2,3 milhões de euros. Desta forma, os resultados de sociedades associadas penalizam a conta em 21,6 milhões de euros, mais 20 do que no exercício anterior.

Em sentido positivo, produziu-se um aumento no resultado das operações financeiras no montante de 32,7 milhões de euros. Entre elas destaca-se a mais-valia obtida na recompra de uma emissão antiga de participações preferenciais, mantendo-se aberta a possibilidade de negociação com os restantes investidores para uma recompra posterior e a obtida na venda da participação mantida nas Bolsas e Mercados Espanhóis pela nossa filial Finandueno SV, sendo o restante do resultado positivo o lucro obtido em investimentos na carteira de negociação e na venda de títulos de Dívida Pública.

Com tudo isto, a margem bruta consolidada alcança os 474,8 milhões de euros, mais 48 do que no exercício anterior, com uma melhoria relativa de aproximadamente 11,3 %.

A margem de exploração típica, sem considerar as perdas por deterioração de activos financeiros nas dotações a outras provisões, apresenta uma melhoria de 28,1% quando comparada com o exercício anterior. Todos os comportamentos favoráveis da margem de juros já indicada é somada à contenção geral dos custos, onde os custos de pessoal só aumentam em 3,9% e os custos gerais de administração diminuem em 11,5%, o que produz uma poupança conjunta no montante de 2,5 milhões de euros.

As perdas por deterioração de activos financeiros que incluem as correspondentes às insolvências dos empréstimos merecem especial atenção. No exercício passado, a dotação, no montante de 160,8 milhões de euros, tinha sido apoiada na sua materialização da mais-valia obtida na venda de 50% do capital da Unión Duero Compañia de Seguros de Vida S.A. e da Duero Pensiones SGFP, venda que significou uma mais-valia para a conta consolidada da Caja em mais de 83,4 milhões de euros. No presente exercício, o valor de dotações ascende aos 172,4 milhões de euros, tendo sido suportadas com a ajuda oferecida pelas operações financeiras referidas anteriormente, de uma forma muito inferior à indicada pela venda das empresas no exercício anterior.

A mais-valia obtida no exercício anterior, mediante a venda das Empresas referidas, tem a sua classificação na conta consolidada do referido exercício entre os ganhos na baixa de activos não classificados como correntes em venda, não afectando o resultado da actividade de exploração como o fazem as dotações por deterioração de activos. É por isso que, no referido exercício, se apresentava um resultado negativo da actividade de exploração e se produz uma distorção na comparação com o obtido no presente exercício.

Da mesma forma, na conta de resultados procedeu-se ao registo de provisões por deterioração observadas no negócio de determinadas participadas.

O esforço conjunto, que as dotações por deterioração à conta consolidada de resultados representaram, soma um montante de 185 milhões de euros, incluindo as correspondentes à deterioração estimada em fundos de comércio participados, similar ao que suportou a conta de resultados do exercício anterior que se viu atenuado pela mais-valia na venda das empresas referidas, e muito longe dos 26,9 milhões de euros que suportou a conta correspondente ao exercício de 2007, o que transmite a ideia do enorme esforço suportado pela conta.

Todas estas dotações, unidas às necessárias devido ao aumento da morosidade e às novas necessárias de acordo com o indicado pelo Banco de Espanha, no que diz respeito a determinados grupos sub-padrão e com os activos adjudicados, provocam uma queda no resultado antes dos impostos de até 36,9 milhões de euros, o que supõe 50,85% menos resultados do que no exercício anterior.

Uma vez descontada a previsão de gastos do Imposto sobre Sociedades, alcança-se um resultado líquido consolidado de 22,5 milhões de euros. Este valor é inferior, em 55,4 milhões de euros, ao obtido no mesmo período do exercício anterior, o que equivale a uma queda de 71,1%.

### **Evolução de outros aspectos quantitativos e qualitativos**

O exercício observou, da mesma forma, o êxito alcançado no cumprimento de outros objectivos quantitativos e qualitativos previstos.

Entre eles destaca-se a manutenção de uma rede de 505 caixas multibanco que, no fecho do exercício, continuavam em funcionamento, com um número de aproximadamente 536 000 cartões emitidos e de 7 936 terminais nos pontos de venda.

Destaca-se, ainda assim, o número de clientes da Caja que ascendia, no final do exercício, ao valor de 983 664 aproximadamente.

A rede de agentes financeiros conta com 200 agentes activos nas suas diversas variantes, financeiros, imobiliários, promotores e do sector agro-alimentar, os quais levaram a cabo mais de 590 operações no exercício com um volume de negócio superior a 30,1 milhões de euros.

O serviço de banca electrónica continua em crescimento e assim, durante o exercício de 2009, a actividade de contratação de produtos e serviços através da Internet superou os 30 000 contratos e os 610 milhões de euros e o nº de operações superou os 39 milhões de euros. Para além disso, incorporou-se o serviço de possibilidade de identificação com o DNI electrónico, assim como o de inclusões através da Internet.

No que diz respeito aos sistemas de informação, é de destacar a plena consolidação da tecnologia que permite dispor de dois Centros de Dados localizados em diferentes edifícios, formando um único Centro de Processamento lógico, num plano adequado de contingências que permite assegurar o nosso Sistema Informático face a eventuais desastres. Estes centros suportaram uma actividade diária de mais de 1 465 009 operações, com um crescimento de aproximadamente 2,4%, no exercício, e com um tempo de resposta que ficou reduzido a 0,22 segundos.

### **Ratings atribuídos à Entidade**

Com a data de 15 de Junho de 2009, a agência internacional de rating, Moody's Investors Service Ltd, procedeu à realização de um comunicado público no qual se indicava que 30 entidades, entre as quais se encontrava a nossa entidade, sofriam uma diminuição no seu rating. Desta forma, a nova classificação de crédito atribuída à Caja de Ahorros de Salamanca e Soria (Caja Duero) situa a sua classificação de emissor a longo prazo em "A3", com uma perspectiva negativa, depois da classificação de "A2", com uma perspectiva estável, e a de curto prazo de "P-1" a "P-2". A classificação de força financeira situa-se em "D+" depois do "C".

A revisão das classificações de crédito, que já foi anunciada no mês de Maio, teve a sua origem na crescente pressão que as entidades financeiras espanholas estão a sofrer devido à rápida deterioração da qualidade dos activos, o que está a criar um aumento muito elevado da morosidade.

Ainda com esta rebaixa, a Caja Duero continua a manter a melhor classificação das entidades da Comunidade de Castela e Leão, tanto no que se refere ao rating de dívida como ao de força financeira, apoiado numa boa franquia, embora local, na menor posição de risco, apesar de uma certa concentração de crédito, e em instrumentos financeiros fundamentais satisfatórios, ainda que com uma rentabilidade ajustada ao risco modesta, uma boa posição de liquidez, solvência adequada e numa qualidade satisfatória do activo, ainda que esta última se esteja a deteriorar rapidamente em todo o sector financeiro espanhol. Destaca-se "a sólida franquia, com forte reconhecimento de marca a nível local e nacional, a sólida qualidade do activo, a boa liquidez com menores recursos de mercados do que os seus concorrentes graças à forte base de financiamento retalhista e uma boa capitalização".

### **Obra social e Fundação Caja Duero**

A Obra Social da Caja Duero continua a ser o elemento essencial e inerente à própria Caja, que tem o objectivo prioritário de intensificar continuamente o seu envolvimento no progresso e desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade e alargar a sua participação activa, não só como ponto de referência de natureza económica e financeira, mas também como promotor de iniciativas sociais e culturais. Actualmente, como desde a sua fundação, a Entidade segue a linha de compromisso social, que a converte no principal mecenas do seu âmbito histórico de actuação.

Neste sentido, e através da Obra Social, a Caja destinou durante o ano de 2009 o montante de 18 milhões de euros a cinco grandes áreas de actuação: Social e Cooperação, Cultura, Formação e Emprego, Desporto e Lazer e Património, mantendo o seu compromisso estatutário de devolver à sociedade, como lucro social, o que desta obteve.

O orçamento da Obra Social para o exercício de 2009 foi distribuído entre as cinco áreas de acção referidas: Social e Cooperação, 33%, Formação e Emprego, 8%, Desporto e Lazer, 6%, Cultura, 43% e Património, 10%.

Manteve-se o compromisso com os nossos idosos, com o programa "Activa T", que procura o desenvolvimento integral deste colectivo, e do qual beneficiaram de mais de 13 000 pessoas, ou a sua inserção no mundo das novas tecnologias com "Internet para Idosos". Também se deu continuidade às acções destinadas à Infância e Juventude com os acampamentos de Verão nos nossos albergues de Salamanca y Soria, com projectos ambientais "Aulas de natureza Caja Duero" que chegou aos 1 000 alunos, e o programa "Atletismo Divertido" que chegou a mais de 43 000 crianças desde o seu início. Não podemos esquecer o nosso apoio aos imigrantes, através do projecto "Diversidade", cujo objectivo é fomentar a integração laboral e a formação de imigrantes residentes em Castela e Leão, tendo beneficiado mais de 3 000 pessoas.

O programa "Rota Ibérica Caja Duero", na sua terceira edição, à procura dos vestígios dos mouros peninsulares, reuniu 150 jovens de Espanha, Portugal e Marrocos, contando novamente com o apoio da Casa Real Espanhola e a Presidência da República de Portugal, aos quais se juntou este ano a Casa Real de Marrocos.

Neste exercício aumentaram-se as acções sociais, potenciando a assistência a grupos mais desfavorecidos, em situações de "emergência social", colaborando com Bancos Alimentares em diversas províncias, Sopa dos Pobres, e apoiando as diversas ONG no seu trabalho diário: Cáritas, Projecto Homem, Unicef., Mãos Unidas, Cruz Vermelha, etc.

Desenvolveram-se mais de mil eventos culturais que nos permitiram chegar a mais de dois milhões de pessoas em toda a nossa área geográfica. É ainda de destacar que, fruto da nossa colaboração com a Real Academia Espanhola, foi criada a Nova Gramática da Língua Espanhola.

Mais de 5 milhões de pessoas beneficiaram, em 2009, dos nossos programas sociais e culturais e da nossa colaboração com entidades, associações e diversos grupos.

A Fundação Caja Duero iniciou o seu percurso em 2005, com uma clara definição dos seus compromissos, que passam pela actualização de matérias que outrora eram consideradas nobres, tanto nas artes como na música, na "Escola de San Eloy", e pela iniciação na utilização das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a favor de populações excluídas. Completava a lista de compromissos fundacionais, a realização de estudos e publicações no campo da economia social, com o objectivo de analisar a interacção entre a economia e a sociedade e a sua capacidade para gerar bem-estar e desenvolvimento.

Ao serviço destes objectivos, a Fundação pôs em marcha, ao longo dos seus cinco anos de funcionamento, diversos programas de actividade. A consolidação dos programas em curso e o desenvolvimento do seu potencial, no enquadramento de uma crescente austeridade orçamental, foram as linhas condutoras das actividades da Fundação em 2009. Entre elas destacam-se:

O Coro de Crianças formado por 79 crianças dos 6 aos 13 anos, que alargou a sua actividade com os ateliês de música realizados em cinco escolas do ensino pré-primário e primário de Salamanca, quatro centros urbanos e um rural, o que permitiu que mais 250 crianças se juntassem ao nosso projecto coral.

A Jovem Orquestra de Câmara, formada por 40 estudantes de conservatórios de música de nível superior e profissional, principalmente de Castela e Leão, realizaram 3 encontros e 4 concertos em diferentes cidades de Espanha, com uma assistência de cerca de 4 000 pessoas.

Na área de Artes Plásticas foram organizados, nas suas aulas, 16 ateliês experimentais com um total de 368 participantes, entre os quais crianças, adolescentes, deficientes e pessoas adultas para as quais a experiência prática artística costuma estar afastada das suas actividades habituais. A Tecnoduero organizou 79 ateliês com 1 506 participantes e alargou a actividade às localidades de Palencia e Soria.

A colaboração com a Universidade Pontifícia de Salamanca centrou-se em três linhas de actividade. As duas primeiras são a melhoria das funcionalidades do cartão de gestão académica com chip, com cerca de 4 700 utilizadores registados, e o desenvolvimento de um sistema de informação e gestão académica através do telemóvel, com cerca de 3 800 utilizadores registados. A terceira, a organização e funcionamento de um clube universitário de inovação que promove ideias e apoia o desenvolvimento de propostas dos próprios estudantes em diversos campos, que vão desde os jogos educativos até agendas electrónicas para invisuais.

Foi terminado, e está, actualmente, em fase de testes, o projecto do centro virtual de tele-assistência multidispositivo, aprovado pelo Ministério da Indústria, do Turismo e do Comércio no âmbito do plano Avanza, de promoção da sociedade da informação, que contou com um empréstimo para o seu financiamento.

Na área das publicações, destaca-se a edição do terceiro volume da série "A Situação Social em Espanha", apresentado em Valladolid e Madrid, que contém os estudos realizados pela rede do Observatório Social de Espanha e a publicação do estudo sobre a Opinião Pública em Castela e Leão (OPenCYL) correspondente a 2009.

Um projecto que se transformou numa referência nacional e internacional no seu campo é a revista Libros de Economía e Empresa (LEE), cujos números 11, 12 e 13 foram lançados este ano.

Durante o Outono (Setembro - Dezembro) celebrou-se o III Ciclo de Conferências da Fundação, sob o título de "Temas do Nosso Tempo". Por seu lado, a Escola de Ballet Clássico completou, em 2009, o seu primeiro curso completo, dentro da estrutura de actividades da Fundação, com 20 alunos. Por último, a Casa-Museu de Zacarías González continuou o seu projecto de conservação, exposição e divulgação da obra deste ilustre pintor de Salamanca.

### **Factos posteriores**

Não ocorreram factos relevantes dignos de menção após o fecho do exercício.

### **Objectivos estratégicos e desafios para 2010.**

O enquadramento económico e financeiro no qual, previsivelmente, se desenvolverá a actividade da Caja no exercício de 2010 terá, como aspectos chave, uma segura destruição da margem de juros e um elevado impacto da morosidade, o que obrigará a manter o importante esforço na constituição de provisões, factos, ambos, que se prevê terem um efeito demolidor sobre as contas de resultados dos Bancos e Caixas, e tudo isto enquadrado num excesso de capacidade do sector e numa previsível queda do negócio gerido.

Já foi indicada a situação actual da Entidade nos cenários contemplados pelo RD- lei 9/2009, de 26 de Junho, sobre a reestruturação bancária e o reforço dos recursos próprios das entidades de crédito, da realização de um processo de integração destinado à melhoria da eficiência a médio prazo, através de uma capitalização transitória para aumentar a sua força e a sua solvência.

Actualmente está-se a proceder à actualização do Plano de Negócios com os saldos auditados referentes ao fecho do exercício de 2009, à espera de obter a aprovação definitiva do mesmo por parte dos organismos competentes, para apresentar, posteriormente, o protocolo de fusão aos Conselhos de Administração e Assembleias de ambas as Caixas, órgão de gestão competente, em última instância, para a sua aprovação neste caso.

A ser aprovada a integração enquanto fusão com a Caja España de Inversiones, o cumprimento do rígido Plano de Negócios, apresentando a sua aprovação ao Banco de Espanha como requisito prévio à sua solicitação de ajudas para a capitalização transitória, será o objectivo fundamental, não só do exercício de 2010, mas também de todos os anos seguintes até à devolução total das ajudas mencionadas.



Independentemente da aprovação da integração, as acções da Caja devem centrar-se nos seguintes pontos:

1º Continuar com o controlo estrito do crédito, através de medições com maior rigor e exigência dos riscos, o que pode acarretar uma diminuição do volume de negócios, juntamente com uma gestão activa e diária dos clientes, de forma a evitar a sua entrada em morosidade.

2º Atenção especial à margem de juros da conta de resultados, para o qual se continuará a manter a política muito restrita de taxas de juros, quer de operações de activo como de passivo.

3º Deve continuar-se a fortalecer e a melhorar a eficiência, com um controlo dos custos e dos gastos administrativos e com uma racionalização da rede comercial e uma optimização dos serviços centrais, tal como consta no plano estratégico vigente.

4º Outra secção objecto de acompanhamento permanente será a liquidez, perante a possibilidade de alterações na política monetária por parte do BCE, com o objectivo de manter a melhoria da actual situação folgada da qual gozamos.

5º Deve proceder-se à realização de activos ociosos, desde participações não estratégicas que possam ter uma oportunidade de venda até aos imóveis adjudicados no processo de recuperação de dívidas não pagas.

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES  
AO EXERCÍCIO ANUAL  
TERMINADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

**CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS**

**BALANÇOS CONSOLIDADOS DA  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanços consolidados a 31 de Dezembro

ACTIVO	Nota	Milhares de euros	
		2009	2008
<b>Caixa e depósitos em bancos centrais</b>	<b>8</b>	<b>247 667</b>	<b>154 549</b>
<b>Carteira de negociação</b>	<b>9</b>	<b>439 327</b>	<b>350 142</b>
Depósitos em entidades de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Valores representativos de dívida		358 194	246 746
Instrumentos de capital		-	-
Derivados de negociação		81 133	103 396
<i>Pro-memoria: Empréstimos ou em garantia</i>		<i>98 861</i>	-
<b>Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos</b>		-	-
Depósitos em entidades de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Valores representativos de dívida		-	-
Instrumentos de capital		-	-
<i>Pro-memoria: Empréstimos ou em garantia</i>		-	-
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>10</b>	<b>1 124 768</b>	<b>3 356 460</b>
Valores representativos de dívida		374 283	2 772 496
Instrumentos de capital		750 485	583 964
<i>Pro-memoria: Empréstimos ou em garantia</i>		<i>323 394</i>	<i>2 724 903</i>
<b>Investimentos a crédito</b>	<b>11</b>	<b>15 065 505</b>	<b>14 477 753</b>
Depósitos em entidades de crédito		1 323 817	822 059
Crédito a clientes		13 741 688	13 655 694
Valores representativos de dívida		-	-
<i>Pro-memoria: Empréstimos ou em garantia</i>		<i>703 132</i>	<i>618 737</i>
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	<b>12</b>	<b>3 046 032</b>	<b>968 879</b>
<i>Pro-memoria: Empréstimos ou em garantia</i>		<i>2 802 076</i>	<i>604 830</i>
<b>Acertos a activos financeiros por macro-coberturas</b>		-	-
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>13</b>	<b>55 486</b>	<b>72 543</b>
<b>Activos não correntes em venda</b>	<b>14</b>	<b>295 700</b>	<b>173 845</b>
<b>Participações</b>	<b>15</b>	<b>230 984</b>	<b>292 774</b>
Entidades Associadas		230 984	292 774
Entidades multigrupo		-	-
<b>Contratos de seguros vinculados a pensões</b>		-	-
<b>Activos por Resseguros</b>	<b>20</b>	<b>5 859</b>	<b>5 403</b>
<b>Activo Corpóreo</b>	<b>16</b>	<b>605 226</b>	<b>599 030</b>
Imobilizado Corpóreo		443 283	433 813
De Utilização Própria		424 106	414 489
Cedido em arrendamento operacional		-	2
Afecto à Obra Social		19 177	19 322
Investimentos Imobiliários		161 943	165 217
<i>Pro-memoria: Adquirido por arrendamento financeiro</i>		-	-
<b>Activo Incorpóreo</b>	<b>17</b>	<b>2 371</b>	<b>2 268</b>
Fundos de comércio		1 540	1 540
Outros Activos incorpóreos		831	728
<b>Activos Fiscais</b>	<b>26</b>	<b>164 735</b>	<b>208 177</b>
Correntes		61 437	78 801
Diferidos		103 298	129 376
<b>Restantes activos</b>	<b>18</b>	<b>106 071</b>	<b>81 833</b>
Existências		79 210	43 823
Outros		26 861	38 010
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>21 389 731</b>	<b>20 743 656</b>

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

### Balanços consolidados a 31 de Dezembro

<b>PASSIVO</b>	Nota	Milhares de euros	
		2009	2008
<b>Carteira de negociação</b>	<b>9</b>	<b>77 743</b>	<b>79 339</b>
Depósitos de bancos centrais		-	-
Depósitos de entidades de crédito		-	-
Depósitos de clientes		-	-
Débitos representados por valores negociáveis		-	-
Derivados de negociação		77 743	79 339
Posições curtas quanto aos valores		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
<b>Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos</b>		-	-
Depósitos de bancos centrais		-	-
Depósitos de entidades de crédito		-	-
Depósitos de clientes		-	-
Débitos representados por valores negociáveis		-	-
Passivos subordinados		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>19</b>	<b>19 695 516</b>	<b>19 115 556</b>
Depósitos de bancos centrais		1 813 890	684 047
Depósitos de entidades de crédito		1 056 645	1 567 810
Depósitos de clientes		14 581 402	15 040 145
Débitos representados por valores negociáveis		1 544 508	1 383 820
Passivos subordinados		649 540	382 489
Outros passivos financeiros		49 531	57 245
<b>Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas</b>		-	-
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>13</b>	<b>7 620</b>	<b>14 853</b>
<b>Passivos associados a Activos não correntes em venda</b>	<b>14</b>	<b>49 369</b>	<b>62 138</b>
<b>Passivos por contratos de seguros</b>	<b>20</b>	<b>23 465</b>	<b>22 185</b>
<b>Provisões</b>	<b>21</b>	<b>131 141</b>	<b>150 664</b>
Fundos para pensões e obrigações similares		95 852	113 031
Provisões para impostos e outras contingências legais		3 225	3 219
Provisões para riscos e compromissos contingentes		22 799	26 275
Outras provisões		9 265	8 139
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>26</b>	<b>115 116</b>	<b>81 295</b>
Correntes		9 818	6 349
Diferidos		105 298	74 946
<b>Fundo da Obra Social</b>	<b>25</b>	<b>34 309</b>	<b>34 005</b>
<b>Restantes passivos</b>	<b>18</b>	<b>16 462</b>	<b>25 030</b>
<b>Capital Reembolsável à ordem</b>		-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>20 150 741</b>	<b>19 585 065</b>

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

### Balances consolidados a 31 de Dezembro

	Nota	Milhares de euros	
		2009	2008
<b><u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>Fundos Próprios</b>	<b>23</b>	<b>1 183 308</b>	<b>1 182 234</b>
Capital /Fundo de Dotação		-	-
Emitido		-	-
<i>Menos:</i> Capital não exigido (-)		-	-
Prémio de emissão		-	-
Reservas		1 160 786	1 104 356
Reservas (perdas) acumuladas		1 162 293	1 091 717
Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação		(1 507)	12 639
Outros instrumentos de capital		-	-
De instrumentos financeiros compostos		-	-
Quotas participativas e fundos associados		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
<i>Menos:</i> Valores próprios		-	-
Resultado do exercício atribuído à entidade dominante		22 522	77 877
<i>Menos:</i> Dividendos e retribuições		-	-
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>22</b>	<b>55 563</b>	<b>(23 782)</b>
Activos financeiros disponíveis para venda		59 983	(27 002)
Coberturas dos fluxos de caixa		-	-
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro		-	-
Diferenças de câmbio		210	-
Activos não correntes em venda		-	-
Entidades avaliadas através do método da participação		(4 630)	3 220
Outros acertos por avaliação		-	-
<b>Interesses minoritários</b>		<b>119</b>	<b>139</b>
Acertos por avaliação		-	-
Restantes		119	139
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 238 990</b>	<b>1 158 591</b>
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>21 389 731</b>	<b>20.743 656</b>
<b>PRO MEMORIA</b>			
<b>Riscos Contingentes</b>	<b>24</b>	<b>870 217</b>	<b>976 805</b>
<b>Compromissos Contingentes</b>		<b>2 118 122</b>	<b>2 363 054</b>

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS DA  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**



## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

### Contas consolidadas de Ganhos e Perdas correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro

	Nota	Milhares de euros	
		2009	2008
<b>Juros e rendimentos assimilados</b>	<b>27.1</b>	<b>741 893</b>	<b>920 152</b>
<b>Juros e encargos assimilados</b>	<b>27.1</b>	<b>(432 765)</b>	<b>(660 052)</b>
<b>Remuneração de capital reembolsável à ordem</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>MARGEM DE JUROS</b>		<b>309 128</b>	<b>260 100</b>
<i>Pro-memoria: Actividade bancária</i>		<i>300 128</i>	<i>260 100</i>
<b>Rendimento de instrumentos de capital</b>		<b>26 206</b>	<b>31 397</b>
<b>Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação</b>	<b>27.2</b>	<b>(21 602)</b>	<b>(1 439)</b>
<b>Comissões recebidas</b>	<b>27.3</b>	<b>82 347</b>	<b>84 670</b>
<b>Comissões pagas</b>	<b>27.3</b>	<b>(9 351)</b>	<b>(7 814)</b>
<b>Resultado de operações financeiras (líquido)</b>	<b>27.1</b>	<b>58 939</b>	<b>26 190</b>
Carteira de negociação		5 833	589
Outros instrumentos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos		-	-
Instrumentos financeiros não avaliados de justo valor com variações em perdas e ganhos		52 867	25 474
Outros		239	127
<b>Diferenças de câmbio (líquidas)</b>		<b>634</b>	<b>1 539</b>
<b>Outros produtos de exploração</b>	<b>27.4</b>	<b>77 134</b>	<b>74 160</b>
Rendimentos de contratos de seguros e resseguro emitidos		42 907	39 734
Vendas e rendimentos por prestações de serviços não financeiros		-	-
Outros produtos de exploração		34 227	34 426
<b>Outros encargos de exploração</b>		<b>(48 631)</b>	<b>(42 246)</b>
Gastos de contratos de seguros e resseguros		(31 728)	(30 733)
Variação de existências		-	-
Outros encargos de exploração		(16 903)	(11 513)
<b>MARGEM BRUTA</b>		<b>474 804</b>	<b>426 557</b>
<b>Gastos de administração</b>		<b>(231 321)</b>	<b>(233 778)</b>
Gastos com pessoal	27.5	(164 166)	(157 891)
Outros gastos gerais de administração	27.6	(67 155)	(75 887)
<b>Amortização</b>		<b>(14 754)</b>	<b>(14 237)</b>
<b>Dotações para provisões (líquido)</b>		<b>3 612</b>	<b>(20 702)</b>
<b>Perdas por deterioração de activos (líquido)</b>	<b>27.1</b>	<b>(172 399)</b>	<b>(160 791)</b>
Investimentos a crédito		(158 496)	(116 236)
Outros instrumentos financeiros não avaliados de justo valor com variações em perdas e ganhos		(13 903)	(44 555)
<b>RESULTADO DA ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>		<b>59 942</b>	<b>(2 951)</b>
<b>Perdas por deterioração dos restantes activos (líquido)</b>		<b>(13 120)</b>	<b>(11 300)</b>
Fundo de comércio e outros activos incorpóreos		(8 120)	(9 343)
Outros activos	16	(5 000)	(1 957)
<b>Ganhos / (Perdas) na baixa de activos não classificados como não correntes em venda</b>	<b>27.7</b>	<b>(2 649)</b>	<b>89 395</b>
<b>Diferença negativa de consolidação</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos / (Perdas) de activos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas</b>	<b>14</b>	<b>(7 243)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>36 930</b>	<b>75 144</b>
<b>Imposto sobre lucros</b>	<b>26</b>	<b>(10 586)</b>	<b>2 660</b>
<b>Dotação obrigatória para obras e fundos sociais</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTÍNUAS</b>		<b>26 344</b>	<b>77 804</b>
<b>Resultado de operações interrompidas (líquido)</b>	<b>14</b>	<b>(3 805)</b>	<b>110</b>
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>22 539</b>	<b>77 914</b>
<b>Resultado atribuído à entidade dominante</b>		<b>22 522</b>	<b>77 877</b>
<b>Resultado atribuído a interesses minoritários</b>		<b>17</b>	<b>37</b>

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS E GASTOS  
RECONHECIDOS  
E DEMONSTRAÇÃO TOTAL DAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO  
CONSOLIDADO  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

### I. Demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos

	Milhares de euros	
	2009	2008
<b>A) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>22 539</b>	<b>77 914</b>
<b>B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS</b>	<b>79 345</b>	<b>(130 280)</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	124 264	(194 288)
Ganhos / (perdas) por avaliação	177 131	(168 814)
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	(52 867)	(25 474)
Outras reclassificações	-	-
Coberturas dos fluxos de caixa	-	-
Ganhos / (perdas) por avaliação	-	-
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	-	-
Importância transferida ao valor inicial das rubricas cobertas:	-	-
Outras reclassificações	-	-
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	-	-
Ganhos / (perdas) por avaliação	-	-
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Diferenças de câmbio	300	3 574
Ganhos / (perdas) por avaliação	300	3 574
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Activos não correntes em venda	-	-
Ganhos / (perdas) por avaliação	-	-
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Ganhos / (Perdas) actuariais em planos de pensões	-	-
Entidades avaliadas através do método da participação	(11 214)	4 600
Ganhos / (perdas) por avaliação	(11 214)	4 600
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Restantes rendimentos e gastos reconhecidos	-	-
Imposto sobre lucros	(34 005)	55 834
<b>TOTAL RENDIMENTOS / GASTOS RECONHECIDOS (A+B)</b>	<b>101 884</b>	<b>(52 366)</b>
Atribuídos à entidade dominante	101 867	(52 403)
Atribuídos a interesses minoritários	17	37

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA SOCIEDADES DEPENDENTES

II.1 Demonstração total das variações no património líquido consolidado correspondente a 31 de Dezembro de 2009

Milhares de euros

	Fundos Próprios											Total do património líquido	
	Reservas						Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Interesses minoritários		
	Capital / Fundo de Dotação	Prémio de emissão	Reservas (perdas) acumuladas	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação	Outros instrumentos de capital	Menos: Valores próprios							Total
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2008</b>	-	-	<b>1 091 718</b>	<b>12 639</b>	-	-	<b>77 877</b>	-	<b>1 182 234</b>	<b>(23 782)</b>	<b>1 158 452</b>	<b>139</b>	<b>1 158 591</b>
Acerto por alteração de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial ajustado</b>	-	-	<b>1 091 718</b>	<b>12 639</b>	-	-	<b>77 877</b>	-	<b>1 182 234</b>	<b>(23 782)</b>	<b>1 158 452</b>	<b>139</b>	<b>1 158 591</b>
<b>Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos</b>	-	-	-	-	-	-	<b>22 522</b>	-	<b>22 522</b>	<b>79 345</b>	<b>101 867</b>	<b>17</b>	<b>101 884</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>													
Aumentos de capital / fundo de dotação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros para outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de receita / Remuneração a sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	-	69 181	-	-	-	(69 181)	-	-	-	-	-	-
Aumentos / (Reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dotação discricionária para obras e fundos sociais (Caixas de Aforo e Cooperativas de Crédito)	-	-	-	-	-	-	(18 000)	-	(18 000)	-	(18 000)	-	(18 000)
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros aumentos / (reduções) de património líquido	-	-	1 394	(14 146)	-	-	9 304	-	(3 448)	-	(3 448)	(37)	(3 485)
<b>Saldo final a 31.12.09</b>	-	-	<b>1 162 293</b>	<b>(1 507)</b>	-	-	<b>22 522</b>	-	<b>1 183 308</b>	<b>55 563</b>	<b>1 238 871</b>	<b>119</b>	<b>1 238 990</b>

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA SOCIEDADES DEPENDENTES

II.2 Demonstração total das variações no património líquido consolidado correspondente a 31 de Dezembro de 2008

Milhares de euros

	Fundos Próprios											Total do património líquido	
	Reservas				Outros instrumentos de capital	Menos: Valores próprios	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total		Interesses minoritários
	Capital / Fundo de Dotação	Prémio de emissão	Reservas (perdas) acumuladas	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação									
<b>Saldo final a 31.12.07</b>	-	-	<b>1 000 250</b>	<b>4 847</b>			<b>130 022</b>		<b>1 135 119</b>	<b>106. 98</b>	<b>1 241 617</b>	<b>528</b>	<b>1 242 145</b>
Acerto por alteração de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial ajustado</b>	-	-	<b>1 000 250</b>	<b>4 847</b>			<b>130 022</b>		<b>1 135 119</b>	<b>106 498</b>	<b>1 241 617</b>	<b>528</b>	<b>1 242 145</b>
<b>Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos</b>	-	-	-	-	-	-	<b>77 877</b>	-	<b>77 877</b>	<b>(130 280)</b>	<b>(52 403)</b>	<b>37</b>	<b>(52 366)</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>													
Aumentos de capital / fundo de dotação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros para outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de receita / Remuneração a sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	-	78 794	-	-	-	(78 794)	-	-	-	-	-	-
Aumentos / (Reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dotação discricionária para obras e fundos sociais (Caixas de Aforo e Cooperativas de Crédito)	-	-	-	-	-	-	(36 000)	-	(36 000)	-	(36 000)	-	(36 000)
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros aumentos / (reduções) de património líquido	-	-	12 674	7 792	-	-	(15 228)	-	5 238	-	5 238	(426)	4 812
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2008</b>	-	-	<b>1 091 718</b>	<b>12 639</b>	-	-	<b>77 877</b>	-	<b>1 182 234</b>	<b>(23 782)</b>	<b>1 158 452</b>	<b>139</b>	<b>1 158 591</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DA  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

### Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro (Nota 3 .z)

	Nota	Milhares de euros	
		2009	2008
<b>A) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>			
1. Resultado consolidado do exercício		22 539	77 914
2. Acertos para obter os fluxos de caixa das actividades de exploração:		242 573	112 814
Amortização		14 754	14 237
Outros acertos		227 819	98 577
3. (Aumento) / Diminuição líquida dos activos de exploração		253 527	(691 860)
Carteira de negociação		(89 185)	(239 979)
Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos		-	9 412
Activos financeiros disponíveis para venda		1 226 996	140 442
Investimentos a crédito		(919 405)	(513 557)
Outros activos de exploração		35 121	(88 178)
4. Aumento / (Diminuição) líquida dos passivos de exploração		35 723	1 597 330
Carteira de negociação		(1 596)	35 427
Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos		-	(5 467)
Passivos financeiros ao custo amortizado		136 069	1 866 343
Outros passivos de exploração		(98 750)	(298 973)
5. Cobranças / (Pagamentos) por imposto sobre lucros		8 186	(2 660)
		<b>562 548</b>	<b>1 093 538</b>
<b>B) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
6. Pagamentos:		(946 263)	(1 307 613)
Activos corpóreos	16	(35 491)	(92 402)
Activos incorpóreos		(454)	-
Participações	15	(13 472)	(92 929)
Entidades dependentes e outras unidades de negócio		-	-
Activos não correntes e passivos associados em venda		-	(153 403)
Carteira de investimento a vencimento	12	(896 846)	(968 879)
Outros pagamentos relacionados com actividades de investimento		-	-
7. Cobranças:		35 487	124 081
Activos corpóreos	16	5 607	18 417
Activos incorpóreos		-	10 723
Participações		-	94 941
Entidades dependentes e outras unidades de negócio		-	-
Activos não correntes e passivos associados em venda		29 880	-
Carteira de investimento a vencimento		-	-
Outras cobranças relacionadas com actividades de investimento		-	-
		<b>(910 776)</b>	<b>(1 183 532)</b>
<b>C) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
8. Pagamentos:		(929 829)	(150 426)
Dividendos		-	-
Passivos subordinados	19.5	(33 896)	(150 000)
Amortização de instrumentos de capital próprio		-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio		-	-
Outros pagamentos relacionados com actividades de financiamento	19.4	(895 933)	(426)
9. Cobranças:		1 371 175	133 127
Passivos subordinados	19.5	300 000	133 127
Emissão de instrumentos de capital próprio		-	-
Alienação de instrumentos de capital próprio		-	-
Outras cobranças relacionadas com actividades de financiamento	19.4	1 071 175	-
		<b>441 346</b>	<b>(17 299)</b>
<b>D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO</b>			
		-	-
<b>E) AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DA CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)</b>			
		<b>93 118</b>	<b>(107 293)</b>
<b>F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>			
		<b>154 549</b>	<b>261 842</b>
<b>G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO (E+F)</b>			
		<b>247 667</b>	<b>154 549</b>
<i>Pro-memória:</i>			
<b>COMPONENTES DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>			
Caixa	8	71 728	93 711
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	8	175 939	60 838
Outros activos financeiros		-	-
Menos: Descobertos bancários reintegráveis à ordem		-	-
<b>TOTAL DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>		<b>247 667</b>	<b>154 549</b>
<i>Dos quais: em poder de entidades consolidadas mas não disponível para o Grupo</i>			
		-	-

## **RELATÓRIO CONSOLIDADO**



## ÍNDICE DO RELATÓRIO CONSOLIDADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS
3. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS
4. ERROS E ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS
5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS
6. GESTÃO DO CAPITAL
7. GESTÃO DO RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
8. CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS
9. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO
10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
11. INVESTIMENTOS A CRÉDITO
12. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A VENCIMENTO
13. DERIVADOS DE COBERTURA (ACTIVO E PASSIVO)
14. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES EM VENDA
15. PARTICIPAÇÕES
16. ACTIVO CORPÓREO
17. ACTIVOS INCORPÓREOS
18. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS
19. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO
20. PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS E ACTIVOS POR RESSEGUROS
21. PROVISÕES
22. ACERTOS POR AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
23. FUNDOS PRÓPRIOS
24. RISCOS CONTINGENTES
25. FUNDOS E OBRAS SOCIAIS
26. SITUAÇÃO FISCAL
27. CONTA DE GANHOS E PERDAS
28. PARTES VINCULADAS
29. OUTRAS INFORMAÇÕES
30. FACTOS POSTERIORES À DATA DO BALANÇO

ANEXO I  
ANEXO II

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA, CAJA DUERO E SOCIEDADES DEPENDENTES

Relatório consolidado  
do exercício anual terminado  
a 31 de Dezembro de 2009

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

#### a) Natureza da Entidade Dominante

A Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, Caja Duero (doravante "Caja Duero" ou "a Entidade Dominante") é uma entidade financeira com carácter benéfico e social, isenta de lucro, e de natureza fundacional privada, que se encontra ao abrigo do protectorado da Comunidade Autónoma de Castela e Leão. O seu objecto social é a realização de interesses gerais através do desenvolvimento económico e social da sua zona de actuação e, para isso, os seus fins fundamentais são, entre outros, facilitar a formação e capitalização da poupança, atender às necessidades dos seus clientes através da concessão de operações de crédito e criar ou manter Obras Sociais próprias ou em colaboração.

A Entidade Dominante, cujo nome comercial desde 22 de Setembro de 1997 é Caja Duero, tem a sua sede social em Salamanca, na Plaza de los Bandos, nº 15-17, e desenvolve a sua actividade através de 525 agências distribuídas por todo o território nacional, mais 18 agências em Portugal (em 2008, 543 agências no território nacional e 19 em Portugal).

A Entidade Dominante encabeça um grupo de sociedades, cujos pormenores e informações mais relevantes estão incluídos no Anexo I. Aplicando as normas vigentes, os Administradores da Entidade Dominante formularam, nesta mesma data, as contas anuais da Caja Duero, que também foram submetidas a auditoria independente. No Anexo II inclui-se, resumidamente, o balanço, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de variações no património líquido e a demonstração de fluxos de caixa da Caja Duero correspondentes aos exercícios de 2009 e 2008.

A Caja Duero é o resultado da fusão da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca e da Caja General de Ahorros y Préstamos de Soria, em conformidade com os acordos das Assembleias Gerais de ambas as entidades, adoptados à data de 31 de Maio de 1990. A fusão, através da dissolução das duas entidades anteriores e criação imediata da nova entidade, foi amortizada pela Ordem de 15 de Março de 1991 do Conselho de Economia e Fazenda da Junta de Castela e Leão.

Durante o exercício de 2000 procedeu-se à fusão da Caja Duero com a Crédit Lyonnais España, S.A. De acordo com o disposto no artigo 107 da Lei 43/1995, de 27 de Dezembro, do Imposto sobre Sociedades, a Entidade Dominante incluiu nas contas anuais do exercício de 2000 o último balanço fechado pela entidade transmissora, informação sobre o exercício em que adquiriu os bens transmitidos susceptíveis de amortização, a relação dos bens incorporados nos livros de contabilidade da Caja Duero por um valor diferente do que figurava antes da data de fecho no balanço da Crédit Lyonnais España, S.A. e a relação de benefícios fiscais usufruídos por essa entidade, em relação aos quais a Caja assumia o cumprimento dos requisitos necessários para continuar a usufruir de benefícios fiscais ou consolidar os usufruídos pela entidade transmissora.

A Caja Duero é regulada pela Lei das Caixas de Aforro de Castela e Leão, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo 1/2005, de 21 de Julho. Esta Lei foi desenvolvida, em questões de órgãos de governo e direcção, pelo Decreto 66/2005, de 22 de Setembro.

#### b) Actividade da Entidade Dominante

Como entidade de Aforro Popular, a Caja Duero encontra-se sujeita a determinadas normas legais que regulam, entre outros, aspectos como:

- Manutenção de uma percentagem mínima de recursos depositados num banco central nacional de um país abrangido pela moeda única (euro) para a cobertura do coeficiente de reservas mínimas, que se encontrava, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, em 2% dos passivos computáveis para esse efeito.
- Distribuição do excedente líquido do exercício para Reservas e para o Fundo de Obras Sociais.
- Manutenção de um nível mínimo de recursos próprios. A norma estabelece, resumidamente, a obrigatoriedade de manter recursos próprios suficientes para cobrir as exigências pelos riscos contraídos. O cumprimento do coeficiente de recursos próprios efectua-se a nível consolidado.
- Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, como garantia adicional à oferecida pelos recursos próprios da entidade aos credores da mesma, cuja finalidade consiste em garantir até 100 000 euros os depósitos dos clientes de acordo com o disposto no D. R. 2606/1996, de 20 de Dezembro, sobre fundos de garantia de depósitos de entidades de crédito segundo a redacção do D. R. 948/2001, de 3 de Agosto, do D. R. 1642/2008, de 10 de Outubro, e da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, de 22 de Dezembro.

Estas contas anuais consolidadas do exercício de 2009 foram formuladas pelo Conselho de Administração da Caja Duero na sua reunião de 25 de Fevereiro de 2010, e foram assinadas pelos senhores conselheiros, cuja rubrica se encontra no fim das mesmas, estando pendentes de aprovação da Assembleia Geral, estimando-se que serão aprovadas sem alterações significativas. As contas anuais consolidadas do Grupo do exercício de 2008 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Caja Duero, realizada a 28 de Abril de 2009.

## Fusão Caja Duero - Caja España

---

O Conselho de Administração Extraordinário da Caja, celebrado a 10 de Março de 2009, concordou em autorizar o Presidente e o Director Geral a estudar, juntamente com as outras Caixas de Castela e Leão, a possibilidade de participar em processos de integração ou consolidação tendentes ao fortalecimento da solvência, eficiência e competitividade da Caja Duero e do sistema financeiro regional.

O Conselho de Administração Extraordinário da Caja, celebrado a 28 de Abril de 2009, concordou em anunciar a disposição da Caja Duero em participar nos processos de integração ou de consolidação que fortaleçam a própria Caja e o sistema financeiro regional.

A 10 de Novembro de 2009, o Conselho de Administração Extraordinário adoptou o acordo de iniciar, sob a fórmula da fusão, o processo de consolidação entre a Caja Duero e a Caja España.

Finalmente, a 5 de Janeiro de 2010, o Conselho de Administração Extraordinário concordou em ratificar os acordos obtidos nas negociações levadas a cabo pelas comissões delegadas da Caja Duero e da Caja España, para o processo de fusão de ambas as entidades.

É provável que os membros do Conselho da Caja sejam convocados para uma reunião a realizar nas próximas semanas para submeter à sua consideração o projecto de fusão existente que, entre outros aspectos, contempla a apresentação do mesmo na Assembleia Geral da Caja antes do fim do segundo trimestre de 2010.

Dado que, como consequência do processo de fusão, será criada uma entidade com uma nova constituição, a continuidade da Caja actual deve ser entendida como parte da entidade resultante. As contas anuais do exercício de 2009, em anexo, não reflectem qualquer efeito derivado da conclusão do referido processo, como, por exemplo, os custos de racionalização da rede e de gestão do potencial excedente de pessoal e as variações nos valores contáveis de determinados activos e passivos que surgirão assim que a fusão seja efectiva.

c) Grupo consolidável

O Grupo Caja Duero (doravante, o Grupo) é constituído por um conjunto de empresas financeiras e parafinanceiras que, juntamente com outras, formam um Grupo cujo objectivo é diversificar e especializar a oferta aos clientes, de acordo com um modelo próprio de produtos e serviços.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as sociedades dependentes e multigrupo que compõem o Grupo, consolidáveis por integração global e proporcional (Nota 2.c), são as seguintes:

Sociedade	Sede Social	Actividade	% de capital que a Caja Duero possui, directa ou indirectamente	
			2009	2008
<u>Sociedades do Grupo</u>				
Alqunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	100,00	-
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Sociedade de carteira	100,00	100,00
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços auxiliares	52,00	52,00
Duero Mediación Op. Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Agência de Seguros	100,00	100,00
Finanduro, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores	100,00	100,00
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Gestora de Fundos de Investimento	100,00	100,00
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	Madrid	Gestão financeira	100,00	100,00
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	100,00
Diode España, S.A.	Madrid	Detenção de participações	100,00	100,00
<u>Sociedades Multigrupo</u>				
Alqunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	-	40,00
Capredo Investments GMBH	Suíça	Detenção de participações	50,00	50,00
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Detenção de participações	40,54	40,54
Global Duero, S.A.	Madrid	Detenção de participações	50,00	50,00
Lares Val del Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	33,33
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimentos	13,33	13,33
Madridero Sistemas Informáticos, A.C.E.	Portugal	Serviços auxiliares	50,00	50,00
Madrigal Participaciones, S.A.	Valladolid	Sociedade de investimentos	30,87	30,87
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	Fábrica de fabrico de presuntos	50,00	50,00
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	40,00
Servialogos Asesoramiento Integral, S.A.	Madrid	Estudos Financeiros	14,29	16,67
Soria Futuro, S.A.	Soria	Sociedade de investimentos	45,50	45,50

A informação relativa às sociedades do grupo, multigrupo e associadas consta do Anexo I.

A Caja Duero é a sociedade-mãe do Grupo e representa aproximadamente 99,31% e 99,30% do total dos activos do Grupo, a 31 de Dezembro de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, respectivamente, e 220,88% e 111,95% do proveito dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

### a) Bases de apresentação das contas anuais consolidadas

As contas anuais consolidadas do Grupo foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das entidades que o compõem, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia (doravante, NIIF), de forma a mostrarem a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do Grupo a 31 de Dezembro de 2009, assim como as variações do património líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício anual terminado na referida data. Os princípios e critérios de avaliação aplicados são detalhados na Nota 3 deste relatório consolidado. Não existe nenhum princípio contabilístico ou critério de avaliação de carácter obrigatório que, tendo um efeito significativo nas contas anuais consolidadas, não tenha sido aplicado.

As presentes contas anuais consolidadas foram elaboradas de acordo com as NIIF, tendo em consideração a Circular 4/2004 do Banco de Espanha, sobre Normas de Informação Financeira Pública e Privada e Modelos de Estados Financeiros das Entidades de Crédito.

A Circular 4/2004 tem como objectivo, de acordo com o demonstrado no seu preâmbulo, modificar o regime contabilístico das entidades de crédito, adaptando-o ao novo contexto contabilístico resultante da adopção das NIIF na União Europeia, conforme o disposto no Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à publicação das NIIF. Esta Circular é de aplicação obrigatória às contas anuais individuais das entidades de crédito.

As alterações nos critérios contabilísticos, seja porque as normas são modificadas, ou porque os Administradores decidem variar o critério de aplicação com efeitos retroactivos, implicam o ajuste dos montantes das rubricas afectadas, utilizando como contrapartida a rubrica do património líquido correspondente no balanço de abertura mais antigo sobre o qual seja publicada informação comparativa, como se o novo critério contabilístico tivesse sido sempre aplicado. A aplicação retroactiva do novo critério não se realiza quando é impraticável ou quando a disposição que o modificou fixa a data a partir da qual esta deve ser aplicada. Quando se detectarem erros procedentes de exercícios anteriores, que sejam resultado de omissões, imprecisões ou falhas na utilização da informação disponível nos referidos períodos, esses erros serão corrigidos, aplicando as regras anteriormente referidas, para o caso de ocorrer uma alteração nos critérios contabilísticos aplicados.

b) Utilização de pareceres e estimativas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

A informação incluída nas contas anuais consolidadas é da responsabilidade dos Administradores da Caja Duero. Para a preparação de determinadas informações incluídas nestas contas anuais consolidadas, os Administradores utilizaram pareceres e estimativas baseadas em hipóteses que afectam a aplicação dos critérios e princípios contabilísticos e os montantes do activo, passivo, rendimentos, gastos e obrigações que nelas ficam registadas. As estimativas mais significativas utilizadas na preparação destas contas anuais consolidadas referem-se:

- Às perdas por deterioração de activos financeiros (Notas 3.h).
- Às hipóteses utilizadas nos cálculos actuariais, realizadas para avaliar os passivos e obrigações por benefícios pós emprego (Notas 3.p e 21).
- Às perdas por deterioração e à vida útil dos activos corpóreos e incorpóreos (Notas 3.k e 3.m).
- Ao justo valor de determinados activos financeiros não cotados (Nota 3.f).

Adicionalmente, tal como é indicado nas Notas 14 e 16 do relatório consolidado, em anexo, na determinação, no fecho do exercício, do valor de determinados activos imobiliários, o Grupo utilizou avaliações realizadas por peritos independentes. Essas avaliações baseiam-se em estimativas de futuros fluxos de caixa, rentabilidade esperada e outras variáveis, o que deve ser tido em consideração na interpretação das contas anuais consolidadas, em anexo.

As estimativas e hipóteses utilizadas baseiam-se na experiência histórica e em outros factores que foram considerados os mais razoáveis no momento presente e são revistas periodicamente. Se, como consequência dessas revisões ou de factos futuros, ocorresse uma alteração das referidas estimativas, o seu efeito seria registado na conta consolidada de ganhos e perdas desse período e dos períodos sucessivos.

c) Critérios de consolidação

Entidades do Grupo

Consideram-se entidades dependentes do grupo, aquelas que formam, juntamente com a Entidade Dominante, uma unidade de decisão, correspondendo àquelas que a Entidade Dominante tem capacidade de controlar, entendendo-se isso como a capacidade de dirigir as políticas financeiras e operativas de uma entidade. A Entidade Dominante presume que existe controlo quando possui a maioria dos direitos de voto, tem poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do órgão de administração, pode dispor, devido aos acordos celebrados com outros sócios, da maioria dos direitos de voto ou designou exclusivamente com os seus votos a maioria dos membros do órgão de administração.

As entidades do Grupo foram consolidadas pelo método de integração global.

Todos os saldos e transacções significativos entre as entidades consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Da mesma forma, o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, assim como os resultados das sociedades dependentes correspondentes a sócios externos são reconhecidos no património líquido do Grupo e nos resultados do mesmo, nas secções “Interesses minoritários” e “Resultado atribuído à maioria”, respectivamente, do balanço e da conta consolidada de ganhos e perdas, em anexo. Apesar do anteriormente exposto, quando o Grupo, no seu conjunto, tenha estabelecido acordos, obrigando-se a entregar dinheiro ou outros activos, com todos ou parte dos sócios externos das suas sociedades dependentes, o património dos sócios externos é apresentado no balanço consolidado como “Outros passivos financeiros”.

A consolidação dos resultados gerados pelas entidades do Grupo adquiridas durante um exercício realiza-se tendo em conta, unicamente, os relativos ao período compreendido entre a data de aquisição e o fecho desse exercício. Paralelamente, a consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes alienadas durante um exercício é realizada tendo em conta, unicamente, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e a data da alienação.

#### Participação em Negócios Conjuntos (entidades multigrupo)

Entende-se por "Negócios conjuntos" os acordos contratuais em virtude dos quais duas ou mais entidades não vinculadas ente si (“participantes”) participam em entidades (“multigrupo”), realizam operações ou mantêm activos de tal forma que qualquer decisão estratégica de carácter financeiro ou operativo que os afecte exige o consentimento unânime de todos os participantes.

As entidades multigrupo foram consolidadas através do método de integração proporcional, de forma que a agregação de saldos e posteriores eliminações têm lugar, apenas, na proporção que a participação do Grupo representa em relação ao capital dessas entidades.

#### Entidades Associadas

Consideram-se entidades associadas, aquelas sobre as quais a Entidade Dominante, individualmente ou em conjunto com as restantes entidades do Grupo, tem uma influência significativa, não sendo uma entidade dependente nem multigrupo. Para determinar a existência de influência significativa, a Entidade Dominante considera, entre outras situações, a representação no Conselho de Administração, ou órgão equivalente de direcção da entidade participada, a participação no processo de estabelecimento de políticas, incluindo as relacionadas com os dividendos e outras distribuições, a existência de transacções significativas entre a Entidade Dominante e a participada, o intercâmbio do pessoal de altos cargos directivos e o fornecimento de informação técnica de carácter essencial, ainda que, habitualmente, essa influência significativa se manifeste numa participação (directa ou indirecta) igual ou superior a 20% dos direitos de voto da entidade participada.



Não existem entidades, das quais se possua 20% ou mais dos direitos de voto, que não tenham sido consideradas entidades associadas do Grupo, durante os exercícios de 2009 e 2008.

Nas contas anuais consolidadas, as entidades associadas são avaliadas pelo método da participação. As participações da Entidade dominante em sociedades associadas são reconhecidas ao custo na data de aquisição e, posteriormente, são avaliadas pela fracção de património líquido que representam em cada uma das sociedades associadas. Os resultados do exercício da sociedade associada, uma vez realizados os acertos correspondentes nos mesmos atribuíveis ao grupo por deterioração, alienação ou disposição, por outros meios, dos elementos patrimoniais cujo justo valor à data de aquisição fosse diferente do valor contabilístico no balanço da associada, aumentam ou reduzem o valor da participação e são registados na conta consolidada de ganhos e perdas na rubrica “Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação”. As alterações posteriores à data de aquisição nos acertos por avaliação das sociedades associadas aumentam ou reduzem, consoante o caso, o valor da participação. O montante dessas alterações é reconhecido na rubrica “Acertos por avaliação” do património líquido correspondente, conforme a sua natureza, através da demonstração consolidada de variações no património líquido.

c.1) Aquisições e alienações de participações no capital de sociedades do grupo e associadas.

- Participações em empresas do Grupo

As alterações mais significativas produzidas nesta epígrafe, no exercício de 2009, foram as seguintes:

- Em 2009 adquire-se 60% do capital social de Alqlunia Duero, S. L. (em 2008 possuía-se 40%), e começa-se a considerar uma participação em empresas do Grupo (em 2008 considerava-se uma participação em empresas multigrupo).

As alterações mais significativas ocorridas nesta epígrafe no exercício de 2008 foram as seguintes:

- A 17 de Janeiro de 2008, a Caja Duero e a Grupo de Negocios Duero, S.A.U. assinaram um contrato de compra e venda de acções com a Mapfre, S.A. Por indicação deste contrato, a Mapfre, S.A. adquire 50% do capital social da Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. (16,8% para a Caja Duero e 33,2% para o Grupo de Negocios Duero, S.A.U.) e 50% do capital social da Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. (para a Caja Duero).

A compra e venda estavam sujeitas ao cumprimento de condições suspensivas, referentes à autorização ou não oposição das autoridades competentes em matéria de livre concorrência e da Direcção Geral de Seguros e Fundos de Pensões.

Uma vez obtidas as autorizações necessárias dos organismos reguladores, a 21 de Julho de 2008 concluiu-se a compra e venda de acções, registando-se ganhos de 83 440 milhares de euros na conta de ganhos e perdas do exercício de 2008 (36 456 milhares de euros para a Caja Duero e 46 984 milhares de euros para o Grupo de Negocios Duero, S.A.U.). Para além disso, o contrato de compra e venda estabelece a possibilidade de as entidades transmissoras poderem receber, a partir do ano de 2012, um preço adicional de 25 000 milhares de euros, estando o ganho do preço adicional sujeito ao cumprimento de determinadas variáveis dos planos de negócio das sociedades às quais correspondem as acções objecto de transmissão.

Após a operação de compra e venda, a Caja Duero mantém uma participação de 50% do capital social da Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. e de 50% do capital social da Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. A 31 de Dezembro de 2009, as referidas sociedades são consideradas empresas associadas.

O contrato entre accionistas, assinado entre a Caja Duero e a Mapfre, S. A. a 17 de Janeiro de 2008, contém, entre outros aspectos, a concessão, por parte da Caja Duero à Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida e à Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A., da exclusividade para a distribuição, em Espanha, dos seguros de vida e planos de pensões destas, com a obrigação de que a Caja Duero não distribuirá nem comercializará, através da sua rede, seguros de vida e planos de pensões de outras entidades que não a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. e a Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.. Assim sendo, o referido contrato estabelece que qualquer uma das partes poderá decidir rescindir o acordo caso a outra parte tenha provocado um bloqueio ou incorrido no incumprimento dos acordos assumidos. Se a responsabilidade do bloqueio ou incumprimento pertencer à Caja Duero, a Caja voltará a comprar as acções que a Mapfre, S.A. possui nas sociedades, com valor máximo entre os 130% do valor de mercado ou 130% da quantia líquida desembolsada, segundo os conceitos definidos no referido contrato.

- Ocorreu uma redução da participação de 88,18% do capital social da Bolsaduero S.I.C.A.V., S.A. como consequência da fusão realizada a 9 de Janeiro de 2008, na qual a referida sociedade foi absorvida pelo Fondo de Inversión Fondueiro Bolsa, F.I.
- Para além disso, durante o exercício de 2008, passou a considerar-se a participação na Diode Worldwide, S.A.U. como um activo disponível para venda.
- Participações em empresas Multigrupo

Durante o exercício de 2009 foram transferidas as participações em empresas do Grupo e a participação na Alqlunia Duero, S.L.

Durante o exercício de 2008, ocorreu a tomada de posse de 50% do capital social da Capredo Investments GMBH pelo montante de 20 427 milhares de euros, através da entrada das acções da Corporación Hotelera Dominicana, S.A. e da Corporación Hotelera Oriental, S.A. que, a 31 de Dezembro de 2007, se encontravam registadas como participações em empresas associadas. Adicionalmente, durante o exercício de 2008, tomou-se posse de uma participação de 50% do capital social da Marcos Sotoserrano, S.L., com um custo de aquisição de 10 000 milhares de euros.

- Participações em empresas associadas

Os movimentos mais significativos durante o exercício de 2009 foram os seguintes:

- Em 2009, a Aries Complex, S.A. (sociedade em que a Entidade tinha uma participação de 38,40%) foi absorvida pela Aciturri Aeronáutica, S.L. (passando a Entidade a deter 19,20% da referida sociedade). Em consequência disso dá-se baixa, em participações em empresas associadas, do custo da participação na Aries Complex, S.A., com um valor de 28 670 milhares de euros, e inclui-se na carteira de activos disponíveis para venda uma nova participação pela mesma quantia.
- Aquisição de 25,00% da Inmobiliaria CHDOM e de 25,00% da Inmobiliaria CHDOR. Estas sociedades são participações indirectas através da Capredo Investments GMBH. Embora a tomada de posse não pressupusesse, inicialmente, desembolsos para o Grupo, a Entidade Dominante subscreveu, posteriormente, aumentos de capital da Capredo Investments GMB por 1 936 milhares de euros.
- Subscrição de acções da Numzaan, S.L., adquirindo-se uma percentagem de participação de 21,47% do capital social da referida entidade, com um custo de aquisição de 10 733 milhares de euros.
- Baixa, por fusão, de 20% da participação na Fonteduro, S.A., obtendo-se acções da Fontecruz Inversiones, S.A. (participação de 9,33%) que se classificam como activos disponíveis para venda.
- Desembolsos de capital na Blindados Grupo Norte, S.A., com um valor de 2 739 milhares de euros, sociedade na qual o Grupo tinha uma participação de 23,24% no exercício de 2008 e passou a ter uma participação de 24,26% em 2009.

As alterações mais significativas ocorridas nesta epígrafe no exercício de 2008 foram as seguintes:

- Transferência a partir da carteira de participações de empresas do Grupo de Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. e Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A.

- Aquisição da participação de 25,9% do capital social das Industrias Derivadas del Aluminio, S.L., com um custo de aquisição de 39 100 milhares de euros.
- Aquisição da participação de 20% do capital social da Metales Extruidos, S.L., com um custo de aquisição de 14 500 milhares de euros.
- Aquisição da participação de 26,47% do capital social da Qualia Lácteos, S.L., com um custo de aquisição de 4 500 milhares de euros.
- Incorporação no perímetro de consolidação da participação de 23,23% na Blindados Grupo Norte, S.A. (a 31 de Dezembro de 2007, a participação nesta sociedade era de 14,70%)

A informação detalhada sobre estas sociedades consta do Anexo I.

#### d) Comparação da Informação

Os Administradores da Entidade dominante apresentam, para efeitos comparativos, com cada um dos valores detalhados nas presentes contas anuais consolidadas, para além dos números do exercício de 2009, os correspondentes ao exercício anterior.

### 3. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS

Os princípios e critérios de avaliação mais importantes, aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas, foram os seguintes:

#### a) Princípio de empresa em funcionamento

A informação contida nestas contas anuais consolidadas foi elaborada, considerando que a gestão do Grupo continuará no futuro, pelo que as normas contabilísticas não se aplicaram com o objectivo de determinar o valor do património líquido para efeitos da sua transmissão global ou parcial nem para uma hipotética liquidação (ver Nota 1).

#### b) Princípio de aquisição

Estas contas anuais consolidadas, excepto no que se relaciona com a demonstração de fluxos de caixa, foram elaboradas em função da corrente real de bens e serviços, independentemente da data do seu pagamento ou da sua cobrança.

c) Compensação de saldos

Apenas se compensam entre si e, conseqüentemente, se apresentam no balanço consolidado pelo seu valor líquido, os saldos devedores e credores com origem em transacções que, contratualmente ou por imperativo de uma norma legal, contemplam a possibilidade de compensação, e se tem a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e proceder ao pagamento do passivo, simultaneamente.

d) Operações em moeda estrangeira

Para os efeitos destas contas anuais consolidadas, considerou-se como moeda funcional e de apresentação o euro, entendendo-se por moeda estrangeira qualquer moeda diferente do euro.

Na análise inicial, os saldos devedores e credores em moeda estrangeira foram convertidos em euros, utilizando a taxa de câmbio à vista. Depois disso, aplicam-se as seguintes regras para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira para euros:

- Os activos e passivos de carácter monetário convertem-se em euros, utilizando as taxas de câmbio médias à vista oficiais publicadas pelo Banco Central Europeu à data de fecho de cada exercício.
- As rubricas não monetárias avaliadas ao custo histórico convertem-se à taxa de câmbio da data de aquisição.
- Os rendimentos e gastos convertem-se, aplicando a taxa de câmbio da data da operação.
- As amortizações convertem-se, aplicando a taxa de câmbio aplicada ao respectivo activo.

As diferenças de câmbio ocorridas pela conversão de saldos em moeda estrangeira são registadas na conta consolidada de ganhos e perdas. A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo não tinha rubricas não monetárias em moeda estrangeira avaliadas pelo seu justo valor.

No fecho do exercício de 2009, o montante global no Grupo dos elementos do activo expressos em moeda estrangeira ascende a 87 408 milhares de euros (2008: 98 286 milhares de euros) e o montante global dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira é de 37 302 milhares de euros (2008: 75 578 milhares de euros).

e) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Como critério geral, os rendimentos são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se vai receber, menos os descontos, bonificações ou promoções comerciais. Quando a entrada de caixa é diferida no tempo, o justo valor é determinado através do desconto dos fluxos de caixa futuros.

O reconhecimento de qualquer rendimento na conta de ganhos e perdas ou no património líquido estará sujeito ao cumprimento das seguintes premissas:

- Se o seu montante puder ser estimado de modo fiável.
- Se for provável que o Grupo receba os benefícios económicos.
- Se a informação for verificável.

Quando surgem dúvidas em relação à cobrança de um montante previamente reconhecido entre os rendimentos, a quantia cuja capacidade de cobrança deixou de ser provável é registada como um gasto e não como um rendimento menor.

Todos os instrumentos de dívida que se encontram classificados individualmente pelo Grupo como estando deteriorados, assim como aqueles para os quais se tivessem calculado colectivamente as perdas por deterioração por terem montantes vencidos com uma antiguidade superior a três meses, têm o ganho de juros interrompido.

Os juros e dividendos são contabilizados na conta de ganhos e perdas, com base nos seguintes critérios:

- Os juros utilizam o método da taxa de juro efectiva para o seu reconhecimento na conta de ganhos e perdas.
- Os dividendos são reconhecidos quando se declara o direito do accionista de receber a cobrança.

Apesar do anterior, os juros e dividendos adquiridos anteriormente à data de aquisição do instrumento e pendentes de cobrança não fazem parte do custo de aquisição nem são reconhecidos como rendimentos.

f) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que origina um activo financeiro numa entidade e, simultaneamente, um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, assim como os seus componentes, são classificados como passivos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, de acordo com o seu fundo económico quando este não coincide com a sua forma jurídica.

As remunerações, as alterações de valores contabilísticos, assim como os resultados associados à recompra ou novo financiamento dos passivos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas como um gasto financeiro. Da mesma forma, os custos de emissão dos passivos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas, aplicando o método da taxa de juro efectiva.

O Grupo emite instrumentos financeiros híbridos, que incluem um contrato principal diferente de um derivado e um contrato financeiro derivado, denominado derivado implícito. Estes derivados implícitos são separados dos referidos contratos principais, e são tratados de maneira independente para efeitos contabilísticos, se as características e riscos económicos do derivado implícito não estiverem estreitamente relacionadas com as do contrato principal que não é um derivado, se um instrumento diferente com as mesmas condições que as do derivado implícito cumprir a definição de derivado e se o contrato híbrido não for avaliado pelo seu justo valor com variações em perdas e ganhos.

O valor inicial dos derivados implícitos que são separados do contrato principal e que são opções obtém-se com base nas suas próprias características, e os que não são opções têm um valor inicial nulo. Quando o Grupo não tem capacidade para estimar com fiabilidade o justo valor de um derivado implícito, estima o seu valor através da diferença entre o justo valor do contrato híbrido e o do contrato principal, sempre que ambos os valores possam ser considerados fiáveis; se isso também não for possível, o Grupo não separa o contrato híbrido e trata, para efeitos contabilísticos, o instrumento financeiro híbrido no seu conjunto como estando incluído na carteira de "Activos financeiros de justo valor, com variações em perdas e ganhos". O contrato principal que não é um derivado é tratado, para efeitos contabilísticos, de maneira independente.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço, exclusivamente, quando o Grupo se converte numa parte do contrato, de acordo com as especificações deste. O Grupo reconhece os instrumentos de dívida, tais como os créditos e depósitos de numerário, desde a data na qual surge o direito legal de receber, ou a obrigação legal de pagar, caixa, e os derivados financeiros desde a data de contratação. Adicionalmente, as operações realizadas no mercado de câmbios serão registadas na data de liquidação, e os activos financeiros negociados nos mercados secundários de valores espanhóis, se forem instrumentos de capital, serão reconhecidos na data de contratação e, se se tratar de valores representativos de dívida, na data de liquidação.

Os activos e passivos financeiros com os quais o Grupo lida habitualmente são:

- Financiamentos outorgados e recebidos de outras entidades de crédito e clientes, independentemente da sua forma jurídica.
- Valores, tanto representativos de dívida (obrigações, certificados de dívida, notas promissórias, etc.) como instrumentos de capital (acções).

- Derivados: contratos cujo resultado está relacionado com a evolução do valor de um activo subjacente (taxa de juro, taxa de câmbio ou uma referência similar), com um desembolso inicial não significativo ou nulo e que se liquidam numa data futura. Para além de proporcionarem um resultado, (perda ou ganho) permitem, se se cumprirem determinadas condições, eliminar a totalidade ou uma parte dos riscos financeiros associados aos saldos e transacções do Grupo.

#### f.1) Activos financeiros

São activos financeiros, entre outros, o saldo em numerário em caixa, os depósitos nos bancos centrais e em entidades de crédito, o crédito a clientes, os valores representativos de dívida, os instrumentos de capital adquiridos, excepto os correspondentes a empresas dependentes, multigrupo ou associadas, e os derivados de negociação e de cobertura.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes carteiras, para efeitos de avaliação:

- "Activos financeiros ao justo valor com variações em perdas e ganhos". Esta carteira de activos financeiros é subdividida, por sua vez, em duas:
  - Carteira de negociação: são activos financeiros originados ou adquiridos com o objectivo de serem realizados a curto prazo, ou que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para a qual há provas de acções recentes para obter ganhos a curto prazo. Da mesma maneira, também fazem parte desta carteira os instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística.
  - Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos: são activos financeiros híbridos que, não fazendo parte da carteira de negociação, têm de ser avaliados integralmente pelo seu justo valor. Da mesma forma, fazem parte desta carteira os activos financeiros que, não fazendo parte da carteira de negociação, são geridos conjuntamente com derivados financeiros que tenham como objectivo e efeito reduzir significativamente a sua exposição a variações no seu justo valor, ou que são geridos conjuntamente com passivos financeiros e derivados, com o objectivo de reduzir significativamente a exposição global ao risco de taxa de juro.
- "Investimentos a vencimento": nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida com vencimento fixo e fluxos de caixa de montante determinado ou determinável que o Grupo tem, desde o início e em qualquer data posterior, tanto a intenção positiva, como a capacidade financeira demonstrada, de conservar até ao seu vencimento.



- "Investimentos a crédito": incluem os activos financeiros que, não se negociando num mercado activo, nem sendo obrigatório avaliá-los pelo seu justo valor, os seus fluxos de caixa são de montante determinado ou determinável e neles se estima recuperar todo o desembolso realizado pelo Grupo, excluindo as razões imputáveis à solvência do devedor. Nesta categoria são agregados tanto o investimento procedente da actividade típica de crédito, tal como os montantes de caixa dispostos e pendentes de amortização pelos clientes, em conceito de empréstimo ou os depósitos emprestados a outras entidades, qualquer que seja a sua instrumentação jurídica, e os valores representativos de dívida não cotados, como as dívidas contraídas pelos compradores de bens, ou utilizadores de serviços, que constituam parte do negócio do Grupo.
- "Activos financeiros disponíveis para venda": esta carteira inclui valores representativos de dívida não qualificados como investimento a vencimento ou de justo valor com variações em perdas e ganhos, e os instrumentos de capital de entidades que não sejam dependentes, associadas ou multigrupo do Grupo e que não se tenham incluído na categoria de justo valor com variações em perdas e ganhos.

No reconhecimento inicial no balanço, os activos financeiros são registados pelo seu justo valor. O justo valor é a quantia pela qual um activo poderia ser entregue, ou um passivo liquidado, entre as partes interessadas devidamente informadas, numa transacção realizada em condições de independência mútua.

Depois do seu reconhecimento inicial, o Grupo avalia todos os activos financeiros, incluindo os derivados que sejam activos, pelo seu justo valor, sem deduzir nenhum custo de transacção em que se pudesse incorrer através da sua venda, ou qualquer outra forma de transmissão, com as seguintes excepções:

- Os activos financeiros incluídos nas categorias de "Investimentos a crédito", e "Investimentos a vencimento", que são avaliados pelo seu custo amortizado. O custo amortizado é o montante com o qual foi inicialmente avaliado o instrumento financeiro, menos os reembolsos do principal, mais ou menos, conforme o caso, a parte imputada na conta de ganhos e perdas, através da utilização do método da taxa de juro efectiva, da diferença entre o montante inicial e o valor de reembolso no vencimento e menos qualquer redução de valor por deterioração reconhecida directamente como uma diminuição do valor do activo ou através de uma conta de correcção do seu valor.
- Os activos financeiros, que são instrumentos de capital cujo justo valor não pode ser estimado de maneira fiável, assim como os derivados que têm esses instrumentos como activo subjacente e se liquidam entregando os mesmos e que são avaliados quanto ao custo.

Se, como consequência de uma alteração na intenção ou na capacidade financeira da Entidade, uns activos financeiros incluídos na carteira de activos financeiros disponíveis para venda são reclassificados na carteira de investimentos a vencimento, o seu justo valor à data da transferência converte-se no seu custo amortizado. Nesse caso, os ganhos ou perdas que tivessem sido registadas como acerto por avaliação do património líquido da Entidade mantêm-se no balanço, juntamente com as correspondentes a activos financeiros disponíveis para venda. Os activos passam a ser avaliados pelo custo amortizado e, tanto a diferença deste relativamente à sua quantia de vencimento como os resultados registados previamente no património líquido, serão reconhecidos na conta de ganhos e perdas durante a vida residual do activo financeiro, utilizando o método da taxa de juros efectiva.

Os activos financeiros que foram designados como rubricas cobertas, ou como instrumento de cobertura, são avaliados conforme o estabelecido na Nota 3.i) deste relatório.

O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria por ele num mercado organizado, transparente e profundo ("preço de cotação" ou "preço de mercado"). Quando um determinado instrumento financeiro carece de preço de mercado, recorre-se, para estimar o seu justo valor, ao estabelecido em transacções recentes de instrumentos análogos e, à falta delas, a modelos de avaliação suficientemente contrastados pela comunidade financeira internacional; tendo-se em consideração as particularidades específicas do instrumento a valorizar e, muito especialmente, os diferentes tipos de riscos que o instrumento tem associados.

O justo valor dos derivados financeiros padrão incluídos nas carteiras de negociação é assimilado à sua cotação diária e se, por razões excepcionais, não se puder estabelecer a sua cotação numa dada data, para os valorizar, recorre-se a métodos similares aos utilizados para avaliar os derivados OTC. O justo valor dos derivados OTC é assimilado à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da avaliação ("valor actual" ou "fecho teórico"); sendo utilizados no processo de avaliação, métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: "valor actual líquido" (VAL), modelos de determinação de preços de opções, etc.

A taxa de juro efectiva é a taxa de actualização que iguala exactamente o valor inicial de um instrumento financeiro à totalidade dos seus fluxos de caixa, estimados por todos os conceitos ao longo da sua vida remanescente. Para os instrumentos financeiros com taxa de juro fixa, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição mais, se aplicável, as comissões que, pela sua natureza, sejam assimiláveis a uma taxa de juro. Nos instrumentos financeiros com taxas de juro variável, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de rendimento vigente por todos os conceitos, até à primeira revisão da taxa de juro de referência que venha a ter lugar.

Dá-se baixa dos activos financeiros no balanço consolidado do Grupo quando expiraram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa ou quando se transferem, sempre que na referida transferência sejam transmitidos substancialmente os seus riscos e benefícios ou, mesmo que não exista transmissão nem retenção substancial dos mesmos, se transmite o controlo do activo financeiro. Neste último caso, quando não se transmite o controlo do activo, estes continuarão a ser reconhecidos pelo seu compromisso contínuo, ou seja, por um valor igual à exposição do Grupo às variações do valor do activo financeiro transferido.

O valor contabilístico dos activos financeiros é corrigido pelo Grupo com débito na conta de ganhos e perdas, quando existe uma prova objectiva de que ocorreu uma perda por deterioração (ver Nota 3.h).

#### f.2) Passivos financeiros

São passivos financeiros, entre outros, os depósitos dos bancos centrais e de entidades de crédito, os depósitos de clientes, os débitos representados por valores negociáveis, derivados de negociação e de cobertura, os passivos subordinados e as posições curtas quanto aos valores.

Os passivos financeiros são classificados para efeitos da sua avaliação numa das seguintes categorias:

- "Passivos financeiros ao justo valor com variações em perdas e ganhos". Esta carteira de passivos financeiros é subdividida, por sua vez, em duas:
  - Carteira de negociação: são passivos financeiros emitidos com a intenção de serem readquiridos num futuro próximo. Fazem parte desta carteira as posições curtas de valores, os passivos financeiros que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, para a qual existem provas de acções recentes para obter ganhos a curto prazo e os instrumentos derivados, sempre que não sejam instrumentos de cobertura.
  - Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos: Passivos financeiros híbridos que, não fazendo parte da carteira de negociação, são obrigatoriamente avaliados integralmente pelo seu justo valor, incluindo os seguros de vida ligados a fundos de investimento, quando os activos financeiros a que se encontram ligados também são avaliados ao seu justo valor, com variações em perdas e ganhos.
- "Passivos financeiros de justo valor com variações no património líquido": nesta categoria incluem-se os passivos financeiros associados aos "Activos financeiros disponíveis para venda" originados como consequência de transferências de activos que tenham de ser avaliados pelo seu justo valor com variações no "Património líquido".
- "Passivos financeiros ao custo amortizado": nesta categoria incluem-se os passivos financeiros não incluídos em nenhuma das categorias anteriores.

No reconhecimento inicial no balanço, os passivos financeiros são registados pelo seu justo valor. Depois do reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado, excepto:

- Os incluídos na categoria "Passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos", que serão avaliados pelo seu justo valor, excepto os derivados que tenham como activo subjacente instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser estimado de maneira fiável, que serão avaliados ao custo.

- Os passivos financeiros designados como rubricas cobertas, ou como instrumentos de cobertura contabilística que seguem os critérios e regras estabelecidos no parágrafo i) desta mesma Nota.

Dá-se baixa dos passivos financeiros do balanço consolidado do Grupo quando estes se tiverem extinguido ou adquirido. A diferença entre o valor contabilístico dos passivos financeiros extintos e a contraprestação entregue é imediatamente reconhecida na conta de ganhos e perdas.

#### f.3) Ganhos e perdas dos instrumentos financeiros

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros são registados, dependendo da carteira em que se encontrem classificados, seguindo os seguintes critérios:

- Para os instrumentos financeiros incluídos na categoria de justo valor com variações em perdas e ganhos, as variações de justo valor registam-se directamente na conta de ganhos e perdas, distinguindo, para os instrumentos que não sejam derivados, entre a parte atribuível aos rendimentos adquiridos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos, consoante a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras. Os juros dos instrumentos financeiros classificados dentro desta categoria são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.
- Para os instrumentos financeiros avaliados a custo amortizado, as variações do seu justo valor são reconhecidas quando o instrumento financeiro causa baixa no balanço consolidado e, no caso dos activos financeiros, quando ocorre a sua deterioração. Os juros dos instrumentos financeiros classificados dentro desta categoria são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.
- Para os activos financeiros disponíveis para venda aplicam-se os seguintes critérios: (i) Os juros adquiridos calculam-se de acordo com o método do juro efectivo, e, se for o caso, os dividendos adquiridos são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, (ii) As perdas por deterioração são registadas de acordo com o descrito nesta mesma Nota, (iii) As variações de câmbio são reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas quando se trata de activos financeiros monetários e, transitoriamente, no património líquido, como "Acertos por avaliação", quando se tratar de activos financeiros não monetários até que se dá baixa das mesmas no balanço consolidado, altura em que estas diferenças são introduzidas na conta consolidada de ganhos e perdas, (iv) As restantes variações de valor reconhecem-se directamente no património líquido consolidado do Grupo até ocorrer a baixa no balanço consolidado do activo financeiro.

g) Garantias Financeiras

Consideram-se “garantias financeiras” os contratos pelos quais o Grupo se obriga a pagar quantias específicas por um terceiro, caso este não o faça. Os principais contratos reunidos nesta epígrafe, que são incluídos na informação "Pro memoria" no final do balanço consolidado, são avais (tanto financeiros como técnicos), garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pelo Grupo, contratos de seguros, bem como os derivados de crédito nos quais o Grupo age como fiador.

Quando o Grupo emite este tipo de contratos, estes são reconhecidos na epígrafe de "Passivos financeiros a custo amortizado - Outros passivos financeiros" do passivo do balanço consolidado pelo seu justo valor e simultaneamente na rubrica "Investimentos a crédito - Crédito de clientes" pelo valor actual dos fluxos de caixa futuros, pendentes de recepção, utilizando, para ambas as rubricas, um tipo de desconto similar ao dos activos financeiros concedidos pelo Grupo à contraparte com prazo e risco similares. Após a emissão, este tipo de contratos são avaliados, registando as diferenças em relação à conta de ganhos e perdas como rendimento financeiro ou como comissão recebida em função de se tratar da conta de "Crédito a clientes" ou de "Outros passivos financeiros" de passivo, respectivamente.

Adicionalmente ao mencionado no parágrafo anterior, as garantias financeiras serão cobertas tal como estabelecido na Nota 3.h) em relação à cobertura do risco de crédito.

h) Deterioração do valor dos activos financeiros

O valor contabilístico dos activos financeiros é corrigido pelo Grupo, com débito na conta de ganhos e perdas, quando existe uma prova objectiva de que ocorreu uma redução por deterioração.

- Instrumentos de dívida a custo amortizado

Existe uma prova objectiva de deterioração nos instrumentos de dívida, entendidos como os créditos e valores representativos de dívida, quando, como resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo (um "acontecimento que causa a perda"), e esse acontecimento ou acontecimentos que causam a perda tenham impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro do grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com fiabilidade.

O desaparecimento de um mercado activo, devido ao facto de os instrumentos financeiros de uma entidade não cotizarem mais, não é, por si só, uma prova de deterioração do valor. A redução na qualificação de crédito da entidade não é, por si só, uma prova de perda de valor, ainda que pudesse ser indicativa da deterioração quando considerada juntamente com outras informações disponíveis. Uma descida no justo valor do activo financeiro abaixo do seu custo ou do seu custo amortizado não é, necessariamente, prova de deterioração do valor (por exemplo, uma descida no justo valor de um instrumento de dívida como consequência de um aumento na taxa de juro livre de riscos).

A prova objectiva de deterioração determina-se individualmente para os instrumentos de dívida significativos e individual e colectivamente para os grupos de instrumentos que não sejam individualmente significativos.

No caso de instrumentos de dívida avaliados pelo seu custo amortizado, o montante das perdas por deterioração é igual à diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, mesmo que o Grupo considere, para os instrumentos cotados como substituto do valor actual dos fluxos de caixa, o valor de mercado dos mesmos, sempre que este seja suficientemente fiável. O montante das perdas estimadas por deterioração é reconhecido na conta de ganhos e perdas, utilizando como contrapartida uma rubrica compensadora para corrigir o valor dos activos. Quando a recuperação da perda é considerada difícil, dá-se baixa deste montante do activo.

O valor actual dos fluxos futuros previstos é calculado, descontando à taxa de juro efectiva da operação (se a operação foi contratada à taxa fixa) ou à taxa de juro efectiva da operação na data da actualização (se a operação foi contratada à taxa variável). Os fluxos futuros previstos são determinados tendo em conta as garantias, tipos de risco e circunstâncias nas quais se prevê que ocorram as cobranças.

No caso de "Activos financeiros disponíveis para venda", o custo das perdas por deterioração é igual à diferença positiva entre o seu custo de aquisição, líquido de qualquer amortização do principal, e o seu justo valor menos qualquer perda por deterioração previamente reconhecida na conta de ganhos e perdas. Quando existem provas objectivas de que uma redução no justo valor se deve à sua deterioração, as menos-valias latentes reconhecidas como "Acertos por avaliação" de "Património líquido" são imediatamente registadas na conta de ganhos e perdas.

As recuperações das perdas por deterioração de instrumentos de dívida são reconhecidas na conta de ganhos e perdas do período no qual ocorre a recuperação.

Todos os instrumentos de dívida que se encontram classificados pelo Grupo como deteriorados, assim como os que, colectivamente, têm perdas por deterioração por terem montantes vencidos com uma antiguidade superior a três meses, têm o seu ganho de juros interrompido.

Com a finalidade de determinar as perdas por deterioração, o Grupo classifica os seus riscos como risco normal, sub-padrão, duvidoso ou frustrado.

O Grupo considera riscos sub-padrão, os instrumentos de dívida e riscos contingentes que, sem cumprir os critérios para serem classificados individualmente como duvidosos ou frustrados, apresentem debilidades que podem pressupor a assunção de perdas por se tratarem, entre outras, de operações de clientes que fazem parte de colectivos em dificuldades ou de operações não documentadas adequadamente.

O Grupo considera activos deteriorados (riscos duvidosos), os instrumentos de dívida, assim como os riscos e compromissos contingentes, para os quais existem evidências objectivas de deterioração, que fazem referência, fundamentalmente, à existência de falhas de pagamento, incumprimentos, refinanciamentos e à existência de dados que evidenciem a possibilidade de não recuperar a totalidade dos fluxos futuros acordados ou, quando se trata de instrumentos de capital, de não recuperar integralmente o valor contabilístico.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer valor registado, dá-se baixa do mesmo no balanço consolidado, sem prejuízo das acções que se possam levar a cabo para tentar conseguir a sua cobrança.

Um instrumento de dívida sofre deterioração por insolvência quando se manifesta um envelhecimento da capacidade de pagamento do devedor (risco imputável ao cliente) ou por se materializar o risco-país, entendendo como tal aquele que coincide com os devedores residentes no mesmo país pelas circunstâncias específicas deste, diferentes do risco habitual.

Para determinar as perdas por deterioração deste tipo de activos, o Grupo avalia as possíveis perdas da seguinte forma:

- Individualmente, para todos os activos significativos e para aqueles que, não sendo significativos, não se incluem em grupos homogéneos de características similares: antiguidade dos montantes vencidos, tipo de garantia, sector de actividade, área geográfica, etc.
- Colectivamente: O Grupo agrupa os activos que não foram identificados de forma individual em grupos homogéneos em função da contraparte, situação da operação, garantia, antiguidade dos montantes vencidos e estabelece para cada grupo as perdas por deterioração (perdas identificadas) que devem ser reconhecidas nas contas anuais consolidadas na base de um calendário de morosidade baseado na experiência do Grupo e do Sector, ou em função do valor actual dos fluxos de caixa que se espera cobrar (para riscos sub-padrão).
- Para além das perdas identificadas de forma específica, o Grupo cobre as perdas inerentes incorridas dos riscos não identificados como deteriorados (risco normal) através de uma cobertura global, que corresponde à perda estatística pendente de atribuição a operações concretas, e se determina tendo em conta a experiência histórica de deterioração e outras circunstâncias conhecidas à data das demonstrações financeiras. Esta perda global é quantificada por aplicação dos parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e na informação histórica que existe do sector financeiro espanhol. O Banco de Espanha actualiza periodicamente os parâmetros utilizados para determinar esta perda global, de acordo com a evolução dos dados do sector.

Dado que o Grupo não conta com informação estatística suficiente sobre a sua experiência histórica de perdas por deterioração, utilizou os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e na informação que tem do sector, que são modificados periodicamente de acordo com a evolução das condições do sector e do meio.

Deste modo, estas perdas por deterioração inerentes incorridas são determinadas através da aplicação de percentagens aos instrumentos de dívida não avaliados pelo seu justo valor com variações em perdas e ganhos e aos riscos contingentes classificados como risco normal, variando as referidas percentagens em função da classificação dos instrumentos entre as diferentes categorias de risco (sem risco, baixo, médio-baixo, médio-alto e alto).

- Instrumentos de capital

Existe uma prova objectiva de que os instrumentos de capital se deterioraram quando, após o seu reconhecimento inicial, ocorre um evento ou uma combinação deles que faça crer que não se vai poder recuperar o seu valor contabilístico.

A Entidade também considera como prova de deterioração as situações nas quais o emissor do activo financeiro está declarado, ou é provável que o declarem em concurso ou em qualquer situação de reorganização financeira, ou tenha dificuldades financeiras significativas.

O Grupo considera que, em geral e salvo prova em contrário, o valor do investimento não é recuperável quando ocorrer uma diminuição no seu valor significativo e prolongado (40% - 18 meses).

No caso de instrumentos de capital avaliados pelo justo valor e incluídos na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda", a perda por deterioração é calculada como a diferença entre o seu custo de aquisição e seu justo valor, menos as perdas por deterioração previamente reconhecidas. As menos-valias latentes reconhecidas directamente como "Acertos por avaliação" no "Património líquido" são registadas na conta de ganhos e perdas quando se determina que a redução do justo valor se deve à sua deterioração. Se, posteriormente, se recuperarem todas ou parte das perdas por deterioração, o seu montante é reconhecido na rubrica "Acertos por Avaliação" do "Património líquido".



No caso de instrumentos de capital avaliados pelo método do custo na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda", a perda por deterioração é calculada como a diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados conforme o tipo de rentabilidade de mercado para outros valores similares. Para a determinação da deterioração tem-se em consideração o património líquido da entidade participada, excepto os "Acertos por avaliação" devidos a coberturas de fluxos de caixa, corrigido pelas mais-valias tácitas existentes à data da avaliação. Estas perdas são registadas na conta de ganhos e perdas, diminuindo directamente o instrumento de capital, sem que o seu montante possa ser recuperado posteriormente, excepto em caso de venda.

i) Coberturas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados financeiros (swaps, contratos a prazo, futuros, opções e combinações destes instrumentos), tanto formalizados em contratos padrão negociados em mercados organizados, como negociados de forma bilateral com a contraparte à margem de mercados organizados ("derivados OTC").

Todos os derivados financeiros (incluindo os contratados inicialmente com a intenção de servirem de cobertura) que não reúnem as condições que permitem considerá-los de cobertura são tratados para efeitos contabilísticos como "derivados de negociação".

Para que um derivado financeiro se considere de cobertura tem de, necessariamente:

- Cobrir um dos seguintes três tipos de riscos: i) As variações no valor dos activos e passivos devidas a oscilações nos preços e na taxa de juro e/ou taxa de câmbio a que se encontre sujeita a posição ou saldo a cobrir ("cobertura de justos valores"), ii) As alterações nos fluxos de caixa estimados com origem nos activos e passivos financeiros, compromissos e transacções previstas, que seja altamente provável que uma entidade do Grupo leve a cabo ("cobertura de fluxos de caixa") e iii) O investimento líquido num negócio no estrangeiro ("cobertura de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro").
- Eliminar eficazmente algum risco inerente ao elemento ou posição coberta durante todo o prazo previsto de cobertura, o que implica que, desde a sua contratação, se espera que esta actue com um alto grau de eficácia ("eficácia prospectiva") e que exista uma evidência suficiente de que a cobertura foi eficaz durante a vida do elemento ou posição coberta ("eficácia retrospectiva").
- Estar documentado que a contratação do derivado financeiro teve lugar especificamente para servir de cobertura, incluindo a forma em que se pensava conseguir e medir uma cobertura eficaz, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo.

A eficácia da cobertura dos derivados definidos como de cobertura fica devidamente documentada por meio dos testes de efectividade, realizados pelo Grupo, para verificar se as diferenças ocorridas devido às variações de preços de mercado entre o elemento coberto e sua cobertura se mantêm em parâmetros razoáveis ao longo da vida das operações, cumprindo assim as previsões estabelecidas no momento da contratação.

O Grupo considera que uma relação de cobertura é altamente eficaz quando, desde o seu início e durante a vida da operação, as variações nos fluxos de caixa ou no justo valor das rubricas cobertas, ocasionadas pelos riscos cobertos são compensadas quase na sua totalidade pelas mudanças nos fluxos de caixa ou no justo valor da sua cobertura. Este requisito é cumprido quando os resultados da cobertura tenham oscilado, em relação aos da rubrica coberta, numa variação de 80% a 125%.

Quando, em algum momento, esta relação deixa de ser cumprida, as operações de coberturas deixarão de ser tratadas como tal e são reclassificadas como derivados de negociação.

As coberturas podem aplicar-se tanto a elementos ou saldos individuais, como a carteiras de activos e passivos financeiros. Neste último caso, os activos ou passivos financeiros da carteira coberta devem expor o Grupo ao mesmo tipo de risco.

O Grupo classifica as suas coberturas contabilísticas em função do tipo de risco que cobrem em: coberturas do valor, coberturas de fluxos de caixa e coberturas de investimentos líquidos de negócios no estrangeiro. A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo não tinha coberturas de fluxos de caixa nem coberturas de investimentos líquidos de negócios no estrangeiro.

#### i.1) Contabilização das coberturas de justo valor

O ganho ou perda que surge ao avaliar os instrumentos de cobertura, a justo valor, bem como o atribuível ao risco coberto, reconhece-se imediatamente na conta de ganhos e perdas, apesar de a rubrica coberta ser avaliada pelo seu custo amortizado, ou seja, um activo financeiro incluído na categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

Quando a rubrica coberta é avaliada pelo seu custo amortizado, o seu valor contabilístico é ajustado no montante do ganho ou perda que se regista na conta de ganhos e perdas, como consequência da cobertura. Quando esta rubrica deixa de estar coberta pelas variações do seu justo valor, o montante do referido ajuste é reconhecido na conta de ganhos e perdas, utilizando o método da taxa de juro efectiva recalculada à data em que deixa de estar ajustada, devendo estar completamente amortizado aquando do vencimento da rubrica coberta.

#### j) Operações de transferência de activos financeiros

O Grupo dá baixa, no balanço consolidado, de um activo financeiro transferido quando transmite integralmente a terceiros todos os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa que gera ou quando, mesmo conservando estes direitos, assume a obrigação contratual de os pagar aos cessionários, e os riscos e benefícios associados à propriedade do activo são substancialmente transferidos.

No caso de transferências de activos nos quais os riscos e benefícios associados à propriedade do activo são substancialmente retidos, não se dá baixa do activo financeiro transferido no balanço consolidado, sendo reconhecido um passivo financeiro associado por um montante igual à contraprestação recebida, que se avalia posteriormente pelo seu custo amortizado. O activo financeiro transferido continua a ser avaliado com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Na conta de ganhos e perdas são reconhecidos, sem compensar, tanto os rendimentos do activo financeiro transferido, como os gastos do passivo financeiro.

No caso de transferências de activos em que os riscos e benefícios associados à propriedade do activo nem são transferidos nem são substancialmente retidos, e o Grupo mantém o controlo do activo, reconhece-se um activo financeiro por um montante igual à sua exposição às variações de valor do activo financeiro transferido e um passivo financeiro associado ao activo financeiro transferido, que se avalia de uma forma em que o valor contabilístico líquido entre ambos os instrumentos é igual a:

- Quando o activo financeiro transferido é avaliado pelo seu custo amortizado: O custo amortizado dos direitos e obrigações retidos pelo Grupo.
- Quando o activo financeiro transferido é avaliado pelo seu justo valor: O justo valor dos direitos e obrigações retidos pelo Grupo avaliados separadamente.

No caso de o Grupo não reter o controlo do instrumento financeiro transferido, dá-se baixa no balanço consolidado e reconhece-se qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.

O Grupo não reconheceu, a não ser que fosse necessário como consequência de um acontecimento posterior, os activos e passivos relacionados por transferências realizadas antes de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a excepção mencionada nas NIIF. A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o Grupo tem activos titularizados e que deram baixa no balanço consolidado de acordo com o anterior regulamento aplicável no montante de 14 359 e 19 350 milhares de euros respectivamente (Nota 11.2) que, se não tivessem sido cancelados, implicariam, basicamente, um aumento por esse montante do activo e do passivo do Grupo nas referidas datas.

Desde 2004, o Grupo não efectuou transferências de activos (cessões, titularizações, etc.) nas quais se tenham retido os riscos e benefícios associados aos activos e que, por esse motivo, tenham sido mantidas no balanço do Grupo.

#### k) Activos corpóreos

O activo corpóreo inclui os valores dos imóveis, terrenos, mobiliário, veículos, equipamento de informática e outras instalações propriedade do Grupo ou adquiridas em regime de arrendamento financeiro. Os activos corpóreos são classificados em função do seu destino em: activos corpóreos de uso próprio, investimentos imobiliários, outros activos cedidos em arrendamento operacional e activos corpóreos afectos à Obra Social.

Os activos corpóreos de uso próprio incluem principalmente agências e sucursais bancárias (tanto construídas como em desenvolvimento) propriedade do Grupo. Estes activos são avaliados pelo seu custo menos a sua amortização acumulada e, se existir, menos qualquer perda por deterioração.

O custo dos activos corpóreos inclui os desembolsos realizados, tanto inicialmente na sua aquisição e produção, como posteriormente, se ocorrer uma ampliação, substituição ou melhoria, quando, em ambos os casos, se considere provável obter benefícios económicos futuros da sua utilização.

Para determinados elementos de uso próprio e de livre disposição, o Grupo considerou que o custo de aquisição, na data de transição para as NIIF, era o valor de mercado desses elementos obtido de taxações realizadas por peritos independentes. De acordo com o referido anteriormente, na data de transição, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo reavaliou o "Activo corpóreo" em 190 578 milhares de euros.

O custo de aquisição ou produção dos activos corpóreos, líquido do seu valor residual, é amortizado linearmente, em função dos anos de vida útil estimada dos diferentes elementos, de acordo com a seguinte especificação:

	Anos de Vida Útil	Percentagens de amortização utilizadas
Edifícios de uso próprio	40-50	2%-2,5%
Investimentos Imobiliários	40-50	2%-2,5%
Mobiliário	10	10%
Instalações	8-12	8%-12%
Veículos	6	16%
Equipamentos de mecanização	4	25%

Os gastos de conservação e manutenção, que não aumentam a vida útil do activo, são incluídos na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrerem.

Os activos corpóreos que necessitam de um período superior a um ano para estarem em condições de utilização incluem, como parte do seu custo de aquisição ou custo de produção, os gastos financeiros que se tenham contraído antes da colocação em condições de funcionamento e que tenham sido expedidos pelo fornecedor ou correspondam a empréstimos ou outro tipo de financiamento alheio, directamente atribuível à sua aquisição, fabrico ou construção. A capitalização dos custos financeiros é suspensa, se for o caso, durante os períodos em que se interrompe o desenvolvimento dos activos e finaliza assim que se tenham completado substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo para o uso a que se destina.

Os activos adquiridos com pagamento diferido são reconhecidos por um montante equivalente ao seu preço a pronto pagamento, reflectindo-se um passivo pelo montante pendente de pagamento. Nos casos em que o adiamento excede o período normal (180 dias para imóveis, 90 dias para o resto) os gastos derivados do adiamento são descontados do custo de aquisição e são atribuídos à conta de ganhos e perdas, como gasto financeiro.

Dá-se baixa dos activos corpóreos no balanço consolidado quando se dispõe deles, inclusive quando são cedidos em arrendamento financeiro, ou quando ficam permanentemente retirados de utilização e não se espera obter benefícios económicos futuros pela sua alienação, cessão ou abandono. A diferença entre o montante da venda e o seu valor contabilístico é reconhecida na conta de ganhos e perdas do período em que ocorre a baixa do activo.

O Grupo avalia periodicamente se existem indícios, tanto internos como externos, de que algum activo corpóreo possa estar deteriorado à data a que se referem as demonstrações financeiras. Para os activos identificados, estima o montante recuperável do activo corpóreo, entendido como o maior entre: (i) o seu justo valor menos os custos de venda necessários e (ii) o seu valor de utilização. Se o valor recuperável, assim determinado, for inferior ao valor contabilístico, a diferença entre ambos é reconhecida na conta de ganhos e perdas, reduzindo o valor contabilístico do activo até ao seu montante recuperável.

Os princípios contabilísticos aplicados aos activos cedidos em arrendamento operacional, activos não correntes em venda e activos afectos à Obra Social são agregados nas Notas 3.n), 3.o) e 3.v).

#### l) Existências

Esta epígrafe inclui os terrenos e restantes propriedades que o Grupo tem para venda dentro da sua actividade de promoção imobiliária, bem como qualquer tipo de activo, diferente dos instrumentos financeiros, que se tem para venda no decurso normal do negócio e que se encontram em processo de produção, construção ou desenvolvimento.

As existências são avaliadas pelo montante menor entre o seu custo e o seu valor líquido realizável, sendo este último entendido como o preço estimado de venda das existências no decurso normal do negócio, menos os custos estimados para terminar a sua produção e os necessários para levar a cabo a sua venda.

O custo das existências que não sejam intercambiáveis de forma normal e o dos bens e serviços produzidos e segregados para projectos específicos é determinado de maneira individualizada e o custo das demais existências é determinado por aplicação do método de "primeira entrada, primeira saída (FIFO)".

Tanto as diminuições como, se for o caso, as posteriores recuperações do valor líquido de realização das existências são reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas do exercício em que têm lugar.

Dá-se baixa do valor contabilístico das existências no balanço consolidado e regista-se o mesmo como um gasto no período em que se reconhecer o rendimento proveniente da sua venda.

m) Fundos de comércio e outros activos incorpóreos

m.1) Fundos de comércio

Os fundos de comércio só são registados quando foram adquiridos a título oneroso e representam pagamentos antecipados realizados pela entidade adquirente dos benefícios económicos futuros derivados dos activos da entidade adquirida, que não sejam individualmente e separadamente identificáveis e reconhecíveis.

Os fundos de comércio adquiridos antes de 1 de Janeiro de 2004 encontram-se registados pelo seu valor líquido contabilístico a 31 de Dezembro de 2003 e os adquiridos a partir da referida data encontram-se avaliados pelo seu custo de aquisição. Em ambos os casos, e pelo menos anualmente ou sempre que existam indícios de deterioração, avalia-se se ocorreu neles alguma deterioração que reduza o seu valor recuperável a um montante inferior ao custo líquido registado e, em caso afirmativo, procede-se ao seu saneamento oportuno em relação à conta consolidada de ganhos e perdas. As perdas por deterioração dos fundos de comércio não são objecto de reversão posterior.

m.2) Outros activos incorpóreos

O Grupo classifica como outros activos incorpóreos, os activos não monetários em relação aos quais se julga ser provável a percepção de benefícios económicos e cujo custo pode ser estimado de maneira fiável.

Os activos incorpóreos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente são avaliados pelo seu custo menos a amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido. Os anos de vida útil e as percentagens de amortização utilizados nos activos incorpóreos são os seguintes:

	<u>Anos de Vida Útil</u>	<u>Percentagens de amortização utilizadas</u>
Aplicações informáticas	3	33,33%
Concessões administrativas	10	10%

Todos os activos incorpóreos do Grupo têm vida útil definida (amortizam-se ao longo da vida útil do activo).

Se for o caso, o Grupo reconhece contabilisticamente qualquer perda que tenha ocorrido no valor registado destes activos, com origem na sua deterioração, utilizando-se como contrapartida a epígrafe "Perdas por deterioração de activos - Outros activos incorpóreos" da conta de ganhos e perdas. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioração destes activos e, se for o caso, das recuperações das perdas por deterioração registadas em exercícios anteriores, são similares aos aplicados para os activos corpóreos (ver Nota 3.k).

n) Arrendamentos

O Grupo classifica os contratos de arrendamento em função do fundo económico da operação, independentemente da sua forma jurídica, como arrendamentos financeiros ou operacionais. Arrendamentos financeiros são aqueles arrendamentos nos quais o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo objecto do contrato, classificando como operacionais os restantes arrendamentos.

No fecho do exercício de 2009, o Grupo possuía investimentos imobiliários em arrendamento no valor de 159 669 milhares de euros (2008: 162 983 milhares de euros), sendo que os rendimentos de exploração de investimentos imobiliários do exercício de 2009 ascendiam aos 3 300 milhares de euros (2008: 3 615 milhares de euros). No fecho dos exercícios de 2009 e 2008 não existia outro immobilizado corpóreo em arrendamento operacional.

Os créditos por arrendamentos financeiros são reflectidos no activo do balanço consolidado pelo investimento líquido no arrendamento, que é igual ao valor actualizado das cobranças que o locador tem de receber do locatário durante o prazo do arrendamento, mais qualquer valor residual cujo pagamento tenha sido garantido ao locador, directa ou indirectamente, pelo locatário ou por terceiros com capacidade financeira suficiente, e qualquer valor residual não garantido que corresponda ao locador. No fecho do exercício de 2009, o saldo dos créditos por arrendamentos financeiros era de 130 325 milhares de euros (2008: 165 481 milhares de euros).

Os custos directos iniciais, entendidos como os imputáveis à negociação e contratação do arrendamento, são incluídos na avaliação inicial do crédito e diminuem os rendimentos a reconhecer ao longo do período do arrendamento.

Os rendimentos financeiros serão registados na conta de ganhos e perdas, aplicando o método da taxa de juro efectiva, de tal forma que se obtém um rendimento financeiro constante sobre o investimento líquido feito pelo locador.

Os critérios contabilísticos aplicados às perdas por deterioração e baixa do balanço são iguais aos aplicados aos restantes activos financeiros.

o) Activos não correntes em venda

O Grupo qualifica como "Activos não correntes em venda", os activos não correntes (activos cujo prazo de realização ou recuperação se espera que seja superior a um ano a partir da data à qual se referem as demonstrações financeiras) e grupos de disposição (conjunto de activos, juntamente com os passivos directamente associados a eles, dos quais se vai dispor de forma conjunta, numa única transacção, ou uma parte de uma unidade ou um conjunto de unidades) cujo valor contabilístico se pretende recuperar através da sua venda, encontrando-se o activo em condições óptimas de venda e sendo esta última altamente provável.

No momento da sua classificação dentro desta categoria, estes activos geralmente são avaliados pelo menor montante entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor contabilístico. Apesar do anterior, os activos financeiros, os activos por impostos diferidos e os activos por contratos de seguros e resseguros são avaliados de acordo com as suas normas correspondentes.

O Grupo classificou os seus activos adjudicados ou as doações em pagamento de dívidas nesta categoria e avalia-os inicialmente pelo montante líquido dos activos financeiros entregues. Os activos não correntes em venda não são amortizados enquanto pertencerem a esta categoria.

As perdas pela deterioração deste tipo de activos, entendidas como as reduções iniciais ou posteriores do seu valor contabilístico até ao seu justo valor menos os custos de venda, são reconhecidas na conta de ganhos e perdas. Do mesmo modo, quando ocorre uma recuperação do valor, este é reconhecido na conta de ganhos e perdas até um montante igual ao das perdas por deterioração anteriormente reconhecidas.

Nos casos em que o Grupo financia a venda de activos não correntes ao comprador, as perdas e ganhos que surgem da realização deste tipo de activos são reconhecidos na conta de ganhos e perdas do exercício no qual se realiza a venda, a menos que o comprador seja uma parte vinculada ou existam dúvidas sobre a recuperação dos montantes financiados, nos quais o ganho é periodizado em proporção às cobranças procedentes do respectivo activo financeiro.

p) Gastos com pessoal e benefícios pós-emprego

p.1) Benefícios a curto prazo

Este tipo de remunerações é avaliado, sem actualização, pelo montante que se tem de pagar pelos serviços recebidos, sendo registado, geralmente, como gastos com pessoal do exercício e como uma conta de periodização de passivo, pela diferença entre o gasto total e o montante já saldado.

p.2) Compromissos com pensões

Todos os compromissos adquiridos com pensões e similares, indicados neste parágrafo, são objecto de cobertura por parte do Grupo através de planos de pensões, apólices de seguros ou fundos internos de pensões.

Os compromissos com pensões dos empregados da Caja Duero têm origem no Acordo Quadro em Matéria de Segurança Social de 23 de Março de 2001, que substitui o sistema de Segurança Social regulado no Estatuto de Empregados de Caixas de Aforro ao abrigo da Disposição Adicional Terceira da Convenção Colectiva para os anos 1998 - 2000.



Antes deste Acordo, a Caja Duero tinha promovido um Plano de Pensões que constituía compromissos com pensões estabelecidos na Convenção Colectiva para as Caixas de Aforro e no qual se estabeleciam dois sub-planos:

- Sub-plano 1, no qual se integram todos os empregados efectivos no quadro que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, assim como os beneficiários cujas prestações ocorreram posteriormente a 3 de Novembro de 1988 e foram reguladas pelas condições anteriores à XIV Convenção Colectiva das Caixas de Aforro, sempre e quando estes últimos tenham estado ao abrigo da Instituição de Previdência do Pessoal da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria constituída a 27 de Janeiro de 1984. Este sub-plano tem prestação definida para todas as contingências cobertas.
- Sub-plano 2, no qual se integram todos os empregados com pelo menos dois anos de antiguidade no quadro do empregador e beneficiários cujas condições de segurança social sejam reguladas na referida XIV Convenção Colectiva. Serão, por isso, todos os empregados que ingressaram na Caja Duero após 29 de Maio de 1986. Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências cobertas, excepto para os beneficiários cuja prestação já esteja definida.

Em virtude do novo sistema de segurança social, dá-se a opção a todos os empregados da Caja Duero para que, livre e voluntariamente, adiram a um novo sistema de segurança social de contribuição definida para as prestações de reforma com reconhecimento de serviços passados, constituindo-se, para isso, três novos sub-planos no Plano de Pensões: 4, 5 e 6. Para os empregados que decidirem permanecer no sistema de segurança social anterior à assinatura do acordo, os compromissos com pensões ficam tal e como o determinem as respectivas convenções colectivas para as Caixas de Aforros e da Banca Privada.

Por tudo isso, o Plano de Pensões apresenta a seguinte estrutura de sub-planos:

- Sub-plano 1, no qual se integram empregados que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, sempre e quando estes não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 4. Este sub-plano é de prestação definida para a contingência de reforma e as derivadas do falecimento do reformado, bem como para as contingências de falecimento do activo e incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.
- Sub-plano 2, no qual se integram os seguintes empregados, desde que não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 5:
  - a) Empregados da Caja Duero que ingressaram na Entidade após 29 de Maio de 1986.
  - b) Empregados da Caja Duero, procedentes do Banco Credit Lyonnais España, S.A., cuja antiguidade no Banco mencionado fosse posterior a 8 de Março de 1980.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para a contingência de reforma e de prestação definida para os beneficiários cuja prestação já está definida e a prestação mínima garantida para as contingências de falecimento do activo e de incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.

- Sub-plano 3, no qual se integram exclusivamente empregados da Caja Duero procedentes do Banco Credit Lyonnais España, S.A., cuja antiguidade reconhecida pelo citado Banco, para efeitos de segurança social, seja anterior a 8 de Março de 1980, desde que não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 6.

Este sub-plano é de prestação definida para a contingência de reforma e as derivadas do falecimento do reformado, bem como para as contingências de falecimento do activo e incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.

- Sub-plano 4, no qual se integram os empregados que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de prestação definida (prestação mínima garantida) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

- Sub-plano 5, no qual se integram os empregados que ingressaram na Caja Duero após 29 de Maio de 1986 e os procedentes do Banco Credit Lyonnais España, S.A. que ingressaram no referido Banco após 8 de Março de 1980, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de prestação definida (prestação mínima garantida) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

- Sub-plano 6, no qual se integram os empregados da Caja Duero procedentes do Banco Credit Lyonnais España S.A., com uma antiguidade reconhecida para efeitos de segurança social pelo referido Banco, anterior a 8 de Março de 1980, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de prestação definida (prestação mínima garantida) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

Da mesma forma, estabelece-se no Acordo que, para a cobertura das contingências não cobertas pelo Plano de pensões, a Caja Duero contratará com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. uma ou várias apólices de seguros aptas para a cobertura de compromissos com pensões.

Tendo em conta o indicado anteriormente, os compromissos com pensões da Caja Duero estão instrumentados através de:

- Plano de Pensões dos Empregados da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, antes mencionado.
- Apólices de seguros contratadas com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A., (sociedade participada em 50% pelo Grupo Caja Duero), Caja Madrid Vida, Mapfre Vida e Winterthur Vida para pessoal passivo e em pré-reforma do antigo Credit Lyonnais Espanha S.A..
- BBVA Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões para os empregados das agências de Portugal.
- Fundo interno autorizado pelo Banco de Espanha.

O Conselho de Administração da Entidade, reunido a 26 de Outubro de 2006, aprovou um Plano de Pré-reformas que foi oferecido aos empregados nascidos entre 1 de Janeiro de 1947 e 31 de Dezembro de 1950, e que, entre outras condições, tivessem uma antiguidade mínima de 10 anos no quadro. Da mesma forma, nas sociedades do grupo Gesduero, S.G.I.I.C., S.A., Unión del Duero, Cía. de Seguros de Vida, S.A. e Unión del Duero, Cía. de Seguros Generales, S.A. ofereceram-se planos de pré-reforma com as condições anteriormente indicadas. No exercício de 2006, 266 empregados aderiram a este Plano (262 na Caja Duero e 4 nas restantes sociedades), ascendendo o passivo actuarial a 95 525 milhares de euros, que foi registado com introdução na conta de resultados do exercício de 2006.

O número total de empregados em pré-reforma no Grupo (que incluem os que aderiram ao Plano mencionado no parágrafo anterior mais outras pré-reformas) ascendia, a 31 de Dezembro de 2009, a 281 pessoas (2008: 322 pessoas).

Da mesma forma, existe um programa de reforma parcial para os empregados com mais de 60 anos de idade. A 31 de Dezembro de 2009, 98 pessoas estavam abrangidas por este programa (2008: 98 pessoas), que é renovável apenas por acordo expresso das partes. Os empregados a tempo parcial mantêm, com o Grupo, um contrato de trabalho a tempo parcial, com uma jornada de trabalho equivalente a 15% do tempo inteiro. Ao mesmo tempo, a Entidade acorda contratos de relevo, de duração indefinida, com novos empregados.

#### Plano de contribuição definida

O Grupo reconhece as contribuições para estes planos como um encargo por gasto do exercício.

#### Plano de prestação definida

O Grupo calcula o valor actual das obrigações legais e implícitas do seu plano de prestação definida à data das demonstrações financeiras, depois de deduzir qualquer perda actuarial e ganho actuarial, o custo dos serviços passados penderes de reconhecimento e o justo valor dos activos do plano, tal como estabelece a norma vigente. O valor assim obtido é registado como uma provisão para fundos de pensões de prestação definida.

O Grupo considera activos do plano aqueles que cumprem as seguintes características:

- São propriedade de um terceiro separado legalmente que não seja parte vinculada.
- Estão disponíveis exclusivamente para pagar ou financiar os compromissos com os empregados.
- Não podem retornar à Entidade, salvo quando os compromissos com os empregados tenham sido liquidados ou para saldar prestações saldadas anteriormente pela Entidade.
- Não são instrumentos intransferíveis emitidos pela Entidade.

O montante líquido do custo dos serviços do período corrente, do custo por juros, do rendimento esperado de qualquer activo do plano, das perdas e ganhos actuariais, do custo dos serviços passados e do efeito de qualquer tipo de redução ou liquidação do plano é reconhecido pela Entidade na conta de ganhos e perdas do exercício.

O custo dos serviços passados é reconhecido imediatamente como gasto na conta de ganhos e perdas, a não ser que as mudanças no plano estejam condicionadas a que o empregado permaneça na Entidade por um período específico de tempo, em cujo caso o gasto se distribui linearmente no referido período.

Os compromissos com pensões cobertos pela Entidade com apólices de seguros emitidas por Entidades do grupo são registados no passivo como fundos de pensões, registando-se na conta de ganhos e perdas o gasto líquido do exercício relacionado com os mesmos.

#### p.3) Outras retribuições a longo prazo a favor dos empregados

Os compromissos assumidos com o pessoal em pré-reforma, os prémios de antiguidade, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à reforma que dependam da antiguidade do empregado na Entidade e outros conceitos similares são tratados contabilisticamente, no aplicável, de acordo com o estabelecido para os planos pós-emprego de prestação definida, com a ressalva de que todos os custos dos serviços passados e as perdas e ganhos actuariais são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, de forma imediata.

#### p.4) Indemnizações por cessação

As indemnizações por cessação são reconhecidas como uma provisão por fundos de pensões e obrigações similares e como um gasto com pessoal, unicamente quando a Entidade está comprometida de forma demonstrável a rescindir o vínculo que a une a um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma, ou a pagar retribuições por cessação como resultado de uma oferta realizada para incentivar a rescisão voluntária por parte dos empregados.

q) Remunerações ao pessoal baseadas em instrumentos de capital

O Grupo não mantém com os seus empregados sistemas de remuneração através de instrumentos de capital.

r) Outras provisões e contingências

O Grupo diferencia entre provisões e passivos contingentes. As primeiras são saldos credores que cobrem obrigações presentes à data do balanço, ocorridas como consequência de acontecimentos passados dos quais podem derivar prejuízos patrimoniais para o Grupo, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência; concretos quanto à sua natureza, mas indeterminados quanto ao seu custo e/ou momento de cancelamento, enquanto os segundos são obrigações possíveis ocorridas como consequência de acontecimentos passados, cuja materialização está condicionada a que ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade do Grupo.

As contas anuais consolidadas do Grupo agrupam todas as provisões significativas em relação às quais se estima que a probabilidade de ter de se cumprir a obrigação seja maior do que o contrário. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais consolidadas, mas informa-se sobre os mesmos em contas de ordem.

As provisões, que se quantificam tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências do evento que as originaram e voltam a ser estimadas em cada fecho contabilístico, utilizam-se para confrontar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas; procedendo-se à sua reversão, total ou parcial, quando as referidas obrigações deixam de existir ou diminuem.

r.1) Procedimentos judiciais e/ ou reclamações em curso

No fecho do exercício encontravam-se em curso diferentes procedimentos judiciais e reclamações instaurados contra o Grupo com origem no desenvolvimento habitual da sua actividade. Tanto os conselheiros legais do Grupo como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não produzirá um efeito significativo nas contas anuais consolidadas dos exercícios nos quais terminem.

s) Comissões

O Grupo classifica as comissões que cobra ou paga nas seguintes categorias:

s.1) Comissões financeiras

Este tipo de comissões, que fazem parte integral do rendimento ou custo efectivo de uma operação financeira, e que se cobram ou pagam adiantadamente, são reconhecidas na conta de ganhos e perdas com carácter geral ao longo da vida esperada do financiamento, líquidas dos custos directos relacionados, como um acerto ao custo ou rendimento efectivo da operação.

s.2) Comissões não financeiras

Este tipo de comissões surgem habitualmente pela prestação de serviços e são registadas na conta de ganhos e perdas ao longo do período em que dura a execução do serviço, ou então, se se tratar de um serviço que é executado num acto singular, no momento da realização do acto singular.

t) Permutas de activos corpóreos e incorpóreos

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não foram realizadas permutas de activos corpóreos e incorpóreos de montante significativo.

u) Contratos de seguros

O Grupo emite e assume contratos de seguro e resseguro, entendidos como aqueles em que o risco de seguro significativo é tomado e cedido por outra parte, denominada tomador ou cedente do contrato, acordando compensar ou receber deste, se um evento futuro incerto e específico o afectar favorável ou desfavoravelmente. Os custos por este tipo de contratos são classificados no passivo e activo do balanço consolidado como contratos de seguro e resseguro.

Os passivos por contratos de seguros são avaliados pelo Grupo como as estimativas actuais de futuros fluxos de caixa, consequência dos seus contratos de seguro, assim como os custos relacionados líquidos de qualquer gasto de aquisição diferido ou activo incorpóreo relacionado. Não obstante o anterior, o Grupo regista, contra o património líquido, as variações de passivos por contratos de seguros relacionados com activos financeiros disponíveis para venda, com o objectivo de evitar assimetrias na atribuição das variações dos activos financeiros em relação aos passivos por contratos de seguro. O Grupo só dá baixa dos passivos por contratos de seguro no balanço consolidado quando deixam de existir as obrigações específicas associadas aos mesmos.

Os direitos de cobrança por contratos de resseguros são registados no activo como "Activos por resseguros", verificando-se de forma periódica se estes activos estão deteriorados, para o que deve existir uma evidência objectiva de que o Grupo pode não receber todas as quantias estabelecidas nos termos do contrato, podendo quantificar-se de forma fiável a quantia que não se vai receber, em cujo caso, se reconhece a perda correspondente na conta de ganhos e perdas directamente contra os referidos activos.

O Grupo introduz na conta consolidada de ganhos e perdas os montantes dos prémios que emitem e agravam o custo dos sinistros a que devem fazer face quando ocorre a liquidação final dos mesmos. O Grupo periodiza no fecho de cada exercício tanto os valores pagos e não obtidos às suas contas de ganhos e perdas, bem como os custos incorridos e não imputados às contas de ganhos e perdas.

v) Fundos e obras sociais

A Caja Duero reflecte no seu passivo as dotações para o fundo da obra social, dotações que procedem da aplicação do lucro do exercício e que, por isso, não são reflectidas como gasto do mesmo.

Os rendimentos e gastos da obra social, assim como os lucros e as perdas, são agrupados directamente contra o fundo da obra social e em caso algum são imputados na conta de ganhos e perdas do Grupo, excepto se o valor da obra social se materializar através de actividades próprias do Grupo, em cujo caso, se reduz o fundo da obra social, reconhecendo simultaneamente um rendimento na conta de ganhos e perdas.

w) Imposto sobre lucros

O gasto por imposto sobre lucros é determinado pelo imposto a pagar em relação ao resultado fiscal de um exercício, uma vez consideradas as variações durante o referido exercício derivadas das diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações e de bases tributáveis negativas.

O gasto por imposto sobre lucros é reconhecido na conta de ganhos e perdas, excepto quando a transacção é registada directamente no património líquido e nas combinações de negócio nas quais o imposto diferido é registado como mais um elemento patrimonial da mesma.

Para que as deduções e bonificações, e os créditos por bases tributáveis negativas, sejam efectivos deverão cumprir-se os requisitos estabelecidos na norma vigente e sempre que seja provável a sua recuperação, seja porque existem impostos diferidos suficientes ou por terem ocorrido devido a situações específicas, cuja ocorrência no futuro se julgue improvável.

O efeito impositivo das diferenças temporárias é incluído, se for o caso, nas respectivas rubricas de impostos antecipados ou diferidos registados nas epígrafes "Activos fiscais" e "Passivos fiscais" do balanço consolidado em anexo.

Pelo menos em cada fecho contabilístico, o Grupo revê os impostos diferidos registados e, portanto, os activos e passivos fiscais relacionados contabilizados, realizando as correcções consideradas oportunas caso esses impostos diferidos não estivessem vigentes ou sejam recuperáveis.

x) Recursos de clientes fora do balanço

O Grupo agrupa em contas de ordem, pelo seu justo valor, os recursos confiados por terceiros para o seu investimento em sociedades e fundos de investimento, fundos de pensões, contratos de seguro-poupança e contratos de gestão discricionária de carteiras, diferenciando entre os recursos geridos pelo Grupo e os comercializados pelo Grupo, mas geridos por terceiros alheios ao mesmo.

Adicionalmente, nas contas de ordem, são registados pelo justo valor ou, no caso de não existir uma estimativa fiável dos mesmos, pelo custo, os activos adquiridos em nome do Grupo por conta de terceiros e os valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados e restantes instrumentos financeiros que se mantêm em forma de depósito, garantia ou comissão no Grupo, para os quais tem uma responsabilidade em relação a terceiros.

As comissões cobradas pela prestação destes serviços são agrupadas na epígrafe de comissões recebidas da conta de ganhos e perdas e foram detalhadas na Nota 3.s) deste relatório.

y) Fundo de Garantia de Depósitos

A Caja Duero está integrada no Fundo de Garantia de Depósitos. No exercício de 2009, o gasto incorrido pelas contribuições realizadas a este organismo ascendeu a 4 033 milhares de euros (2008: 3 840 milhares de euros), aproximadamente, tendo sido registados no capítulo "Outros Encargos de Exploração" da conta consolidada de ganhos e perdas em anexo.

z) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, utilizam-se as seguintes expressões, nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes; entendendo-se por estes, os investimentos a curto prazo de grande liquidez e sob risco de alterações no seu valor.
- Actividades de exploração: actividades típicas das entidades de crédito, bem como outras actividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- Actividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios, de activos a longo prazo e outros investimentos não incluídos na caixa e seus equivalentes.
- Actividades de financiamento: actividades que produzem mudanças no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das actividades de exploração.



aa) Demonstração de variações no património líquido consolidado

A demonstração de variações no património líquido consolidado mostra o total das variações ocorridas no património líquido consolidado durante o exercício. Esta informação apresenta-se discriminada, por sua vez, em duas demonstrações:

- Demonstrações consolidadas de rendimentos e gastos totais: apresenta os rendimentos e gastos gerados como consequência da actividade do Grupo durante o exercício, distinguindo aqueles registados como resultados na conta de ganhos e perdas do exercício e os rendimentos e gastos registados, de acordo com o disposto na norma vigente, directamente no património líquido.
- Demonstração total de variações no património líquido consolidado: apresenta todas as variações ocorridas nas contas do património líquido consolidado, incluindo as que têm origem em mudanças nos critérios contabilísticos e em correcções de erros. Esta demonstração mostra, por isso, uma conciliação do valor contabilístico no início e no fim do exercício, em todas as rubricas que formam o património líquido consolidado, agrupando os movimentos ocorridos em função da sua natureza.

#### 4. ERROS E ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2009, e até a data de formulação das contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum erro, nem alteração nas estimativas contabilísticas que, devido à sua importância relativa, fosse necessário incluir nas contas anuais consolidadas formuladas pelo Conselho de Administração da Caja Duero.

#### 5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Inclui-se, em seguida, a distribuição dos lucros do exercício de 2009 da Entidade dominante que o Conselho de Administração da Caja Duero proporá à Assembleia Geral para a sua aprovação, juntamente com a distribuição do exercício de 2008, aprovada pela Assembleia Geral com data de 28 de Abril de 2009.

	Milhares de euros	
	2009	2008
Lucro do exercício após o Imposto de Sociedades	<u>49 746</u>	<u>87 181</u>
Total distribuível	<u>49 746</u>	<u>87 181</u>
Para reservas	49 746	69 181
Para fundo de obra social	<u>-</u>	<u>18 000</u>
Total distribuído	<u>49 746</u>	<u>87 181</u>

Os resultados das sociedades dependentes consolidadas serão aplicados da maneira acordada pelas respectivas Assembleias Gerais de Accionistas.

## 6. GESTÃO DO CAPITAL

A 10 Junho de 2008 entrou em vigor a Circular 3/2008, de 22 de Maio, do Banco de Espanha, sobre a determinação e o controlo dos recursos próprios mínimos das entidades de crédito. Esta Circular, que derroga a Circular 5/1993 do Banco de Espanha, estabelece novos critérios para o cálculo dos requisitos, processo de supervisão e disciplina de mercado em relação aos recursos próprios das entidades de crédito.

Os objectivos estratégicos marcados pela Caja Duero, em relação à gestão que realiza dos seus recursos próprios, são os seguintes:

- Cumprir, sempre, tanto a nível individual como consolidado, a norma aplicável em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.
- Procurar a máxima eficiência na gestão dos recursos próprios de maneira que, juntamente com outras variáveis de rentabilidade e risco, o consumo de recursos próprios seja considerado uma variável fundamental nas análises associadas à tomada de decisões de investimento do Grupo.

Para cumprir estes objectivos, a Caja Duero dispõe de uma série de políticas e processos de gestão dos recursos próprios, cujas principais directrizes são:

- A Direcção da Caja Duero realiza o acompanhamento e controlo dos níveis de cumprimento da norma do Banco de Espanha em matéria de recursos próprios, dispondo de alarmes que lhe permitem garantir, a qualquer momento, o cumprimento da norma aplicável. Neste sentido, existem planos de contingências para assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos na norma aplicável.
- No planeamento estratégico e comercial da Caja Duero, bem como na análise e acompanhamento das operações do Grupo, considera-se um factor chave na tomada de decisões, o impacto das mesmas sobre os recursos próprios computáveis do Grupo e a relação consumo-rentabilidade-risco. Neste sentido, a Caja Duero dispõe de procedimentos nos quais se estabelecem os parâmetros que devem servir de guia para a tomada de decisões em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.

A Circular 3/2008 do Banco de Espanha estabelece os elementos que devem ser computados como recursos próprios, para efeitos do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos nas referidas normas. Os recursos próprios para efeitos do disposto nas referidas normas diferem dos recursos próprios calculados de acordo como o disposto nas NIIF-UE, já que consideram como tais determinadas rubricas e incorporam a obrigação de deduzir outras que não estão contempladas nas mencionadas NIIF-UE. Por outro lado, os métodos de consolidação e avaliação de sociedades participadas a aplicar para efeitos do cálculo dos requisitos de recursos próprios mínimos do Grupo diferem, de acordo com a norma vigente, dos aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas e das demonstrações financeiras consolidadas, o que provoca também a existência de diferenças para efeitos do cálculo dos recursos próprios ao abrigo de uma e outra norma.

A gestão que o Grupo realiza dos seus recursos próprios adequa-se, no que a definições conceptuais diz respeito, ao disposto na Circular 3/2008 do Banco de Espanha.

A 31 de Dezembro de 2009 e a 31 de Dezembro de 2008, os recursos próprios computáveis do Grupo e da Caja Duero excediam os exigidos pela referida norma, e apresentavam os seguintes números:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Reservas e outros	1 226 064	1 128 248
Deduções	(96 052)	(122 054)
Recursos próprios básicos	<u>1 130 012</u>	<u>1 006 194</u>
Reservas de reavaliação (incluindo acertos por avaliação)	162 008	123 709
Perdas por deterioração colectiva (parcialmente)	118 695	120 481
Financiamento subordinado	482 500	282 500
Fundos da Obra Social	15 488	15 491
Recursos próprios de segunda categoria	<u>778 691</u>	<u>542 181</u>
Outras deduções	(69 283)	(72 739)
Recursos próprios computáveis	<u>1 839 420</u>	<u>1 475 636</u>
Recursos próprios mínimos	<u>1 143 541</u>	<u>1 110 285</u>
Tier 1	1 095 370	969 824
Tier 2	744 050	505 812
Rácio de solvência (%)	12,87%	10,63%

## 7. GESTÃO DO RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em seguida, são descritos os riscos financeiros em que o Grupo incorre como consequência da sua actividade, bem como os objectivos e políticas de gestão, assumpção, medição e controlo do risco, incluindo as estratégias e processos, a estrutura e a organização das unidades relevantes da gestão do risco.

### 7.1. Introdução: objectivos e estratégias

O risco é inerente à actividade bancária, e uma gestão eficaz do mesmo é condição necessária para que as entidades financeiras gerem valor e lucros de forma sustentável no tempo e sejam capazes de agir ao abrigo de parâmetros que ajustem o nível dos riscos assumidos à rentabilidade esperada.

A gestão e o controlo do risco na Caja Duero considera-se um todo conceptual e organizacional, baseado num enquadramento de princípios, políticas, procedimentos e metodologias de avaliação que se integram na estrutura de decisão. Neste sentido, combina-se uma estrutura funcional de riscos baseada na existência de comissões que permitem tomar decisões de maneira ágil e de uma Direcção de Riscos com nível de Subdirecção Geral directamente dependente da Direcção Geral.

A função de riscos está separada das unidades de negócio, onde tem origem, e as unidades de gestão e controlo do mesmo. Dentro da Direcção de Riscos, e com a finalidade de cobrir os diferentes aspectos da gestão do risco, estruturam-se três áreas diferenciadas:

#### Área de Risco de Crédito:

Realiza as funções de análise e sanção das operações, bem como os processos de acompanhamento das operações de risco de crédito que se encontrem em situação "normal". Encarrega-se de aplicar e transmitir ao resto da organização a política de assumpção de riscos marcada pelos Órgãos de Gestão da Entidade.

Está estruturada nos seguintes departamentos:

- Análise de Riscos, que se configura numa unidade central de análise encarregue do estudo e sanção das operações dentro do seu nível de capacidades.
- Acompanhamento

#### Área de Recuperações

Está estruturada numa unidade central cuja função principal é o apoio às zonas e à equipa especial de recuperações na gestão dos riscos em mora ou de difícil recuperação, além de controlar a gestão dos procedimentos de recobro, as empresas externas e a gestão de insolventes.

## Área de Controlo Global do Risco

Estabelece os procedimentos de tramitação e acompanhamento do risco de crédito. Realiza os trabalhos para a adaptação às directrizes do regulador na área de riscos.

Da mesma forma, estabelece os procedimentos de tramitação, controlo e sanção das operações do risco operacional e controla as operações de risco de mercado.

Está estruturada em dois departamentos:

- Gestão e procedimentos
- Risco de mercado

Os Órgãos de Gestão das entidades são quem define e estabelece os limites e as políticas de assumpção dos diferentes tipos de riscos. No caso da Caja Duero, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva são os órgãos de autoridade máxima na matéria. Neste sentido, o documento "Políticas e procedimentos de risco de crédito" foi aprovado pelo Conselho de Administração, dando assim cumprimento ao disposto no Anexo IX da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, cujo conteúdo, nos assuntos referentes à rede comercial, é trasladado para o resto da organização através do caderno de operações. Este é actualizado periodicamente em conformidade com as normas emanadas da Comissão Central de Riscos nas matérias delegadas pela Comissão Executiva.

Entre as suas funções, os Órgãos de Gestão resolvem as operações acima dos poderes delegados aos órgãos imediatamente inferiores, asseguram-se que os níveis de risco assumidos, tanto individuais como globais, cumprem os objectivos fixados e supervisionam o grau de cumprimento dos objectivos de risco, bem como das ferramentas de gestão utilizadas e qualquer outra actuação relevante relacionada com esta matéria. Por sua vez, a Direcção de Topo fixa os planos de negócio, supervisiona as decisões do dia-a-dia e assegura a sua consistência com os objectivos e políticas emanadas pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva.

### 7.2. Risco de crédito

O risco de crédito nasce da possibilidade perdida, causada pelo incumprimento das obrigações contratuais das contrapartes. No caso dos financiamentos reembolsáveis outorgados a terceiros (na forma de créditos, empréstimos, depósitos, títulos e outras) produz-se como consequência da não recuperação dos principais, juros e restantes conceitos no que diz respeito ao montante, prazo e restantes obrigações estabelecidas nos contratos. Nos riscos fora do balanço deriva-se o incumprimento pela contraparte das suas obrigações perante terceiros, o que exige assumi-los como próprios em virtude do compromisso contraído.

Os sistemas de gestão e de controlo de risco de crédito no Grupo Caja Duero têm como objectivo a identificação, a medição, o controlo e a avaliação deste tipo de riscos e baseiam-se nos procedimentos de análises, concessão, formalização e cobranças e em políticas prudentes de diversificação e aceitação de garantias.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o Grupo utilizou o método padrão estabelecido na Circular 3/2008, do Banco de Espanha, para o cálculo dos requerimentos de recursos próprios por risco de crédito. Apesar disso, para facilitar a gestão nos procedimentos de sanção das operações, desenvolveram-se e implantaram-se modelos automáticos de qualificação creditícia para os clientes mais importantes.

A Direcção de Riscos é complementada por uma estrutura funcional que se baseia na existência de Comissões que têm como objectivo prioritário a análise de pedidos de operações de risco e a sua posterior sanção. Com o objectivo de dar uma resposta ágil aos pedidos dos clientes, estabelecem-se circuitos de decisão que se exercem nos órgãos estruturais em matéria de riscos existentes:

- A Comissão Executiva.
- A Comissão Central de Riscos.
- A Comissão de Serviços de Apoio à Rede
- A Comissão de Riscos das Zonas
- A Comissão de Riscos das Agências.

Os circuitos de delegação de poderes para a concessão de operações de crédito iniciam-se na comissão de riscos da agência, passando às zonas que analisarão, sancionarão ou remeterão a operação aos sectores superiores (Comissão de Serviços de Apoio à Rede, Comissão Central de Riscos e Comissão Executiva, consoante o montante, a garantia, o tipo de cliente ou de finalidade).

A Comissão Central de Riscos actua, para além das suas contribuições por montante, garantia e tipo de clientes, por delegação directa da Comissão Executiva nas seguintes matérias:

- Estabelecimento das políticas de risco da Entidade de acordo com as circunstâncias do mercado e da estratégia do Grupo em cada momento.
- Supervisão e modificação, se necessário, das ferramentas e algoritmos utilizados, para a análise do risco em todas as suas vertentes: pessoas físicas, pessoas jurídicas, promotores, risco de cartões, etc.
- Supervisão e modificação, se necessário, da atribuição, às Agências, dos níveis de risco do Quadro de Atribuições.
- Supervisão, modificação e aprovação, se necessário, dos procedimentos de risco instaurados.
- Autorização, modificação ou diminuição da classificação dos riscos e do seu nível de cobertura nos casos que são facultativos, de acordo com a norma vigente.

Existe um Comité de Riscos e Mora, constituído pela alta direcção, com o objectivo de intensificar as acções de acompanhamento das operações do risco de crédito, no âmbito do risco. O seu objectivo é controlar e estabelecer de forma individualizada a política de actuação sobre os clientes com riscos maiores.

O Departamento de Acompanhamento de operações de Activo, dentro da Área de Risco de Crédito, dispõe de ferramentas e procedimentos para facilitar e melhorar as tarefas de acompanhamento.

Para a gestão de recuperação das operações de crédito, a Caja Duero conta com um aplicativo denominado SEDAS que, juntamente com as equipas especializadas, asseguram um acompanhamento adequado das operações que não foram pagas.

A recuperação dos riscos não pagos de menor montante é realizada, numa primeira fase, através das próprias agências e zonas com o apoio das pessoas designadas de cada Zona da Área de Recuperações.

Durante o exercício de 2009, o Grupo levou a cabo, seguindo a prática bancária habitual, o refinanciamento ou renegociação de dívidas com o objectivo de obter melhorias nas garantias creditícias dessas operações e de aumentar a probabilidade de cobrabilidade ou recuperabilidade das mesmas, não sendo significativas as renegociações de operações que, modificando as condições originais e originando garantias adicionais, tenham implicado a sua nova classificação contabilística como deterioradas.

A 31 de Dezembro de 2009, os activos duvidosos ascendiam, no Grupo, aos 744 477 milhares de euros (2008: 510 693 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de deterioração de 270 428 milhares de euros (2008: 136 582 milhares de euros), o que implica uma cobertura média de 36% (em 2008: 27%). Para além disso, a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo classificou 441 309 milhares de euros como activos de risco sub-padrão (2008: 415 857 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de deterioração de 43 202 milhares de euros (2008: 37 100 milhares de euros). Existe ainda uma cobertura genérica de perda por deterioração de investimentos de crédito no montante de 153 555 milhares de euros (em 2008: 194 948 milhares de euros).

Aquando do fecho do exercício de 2009 os passivos contingentes duvidosos ascendem aos 40 810 milhares de euros (2008: 63 923 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de deterioração de 12 340 milhares de euros (2008: 16 241 milhares de euros). Para além disso, os passivos contingentes considerados como risco sub-padrão ascendiam aos 13 089 milhares de euros (em 2008 não existiam passivos contingentes considerados como risco sub-padrão) e, para os mesmos, conta-se com coberturas de perdas por deterioração no montante de 1 963 milhares de euros. Adicionalmente, existe uma cobertura genérica de perda por deterioração para riscos contingentes no montante de 8 496 milhares de euros (2008: 10 034 milhares de euros).

Conforme o estabelecido no Anexo IX, na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, a Caja Duero, enquanto se desenvolvem os métodos de cálculo de coberturas colectivas para coberturas específicas em função da antiguidade dos não pagos, aplica as percentagens de cobertura por calendário de morosidade estabelecidas pelo Banco de Espanha. Da mesma forma, para estimar a cobertura genérica utilizam-se, também, os parâmetros estabelecidos no regulamento mencionado. As coberturas sub-padrão oscilam normalmente entre 5% e 20% do risco, em função do tipo de garantia das operações.

- Exposição total ao risco de crédito

O quadro seguinte mostra a exposição total ao risco de crédito do Grupo no fecho dos exercícios de 2009 e 2008.

	Milhares de euros	
	2009	2008
Crédito a clientes	13 741 688	13 655 694
Entidades de crédito	1 323 817	822 059
Valores representativos de dívida	3 778 509	3 988 121
Derivados	136 619	175 939
<b>Total do activo</b>	<b>18 980 633</b>	<b>18 641 813</b>
Riscos Contingentes	870 217	976 805
Compromissos Contingentes	2 118 122	2 363 054
<b>Total de compromissos e riscos contingentes</b>	<b>2 988 339</b>	<b>3 339 859</b>
<b>Exposição máxima</b>	<b>21 968 972</b>	<b>21 981 672</b>

Em seguida, apresenta-se em detalhe, para cada classe de instrumentos financeiros, o montante máximo do risco de crédito que se encontra coberto por cada uma das principais garantias reais e outras melhorias de crédito de que o Grupo dispõe a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

<i>Exercício de 2009</i>	Milhares de euros						Total
	Garantia imobiliária	Garantias por depósitos em numerário	Outras garantias reais	Avalizados por entidades financeiras	Avalizados por outras entidades	Restantes	
Crédito a clientes	8 610 983	1 338	1 569 602	5 995	559 730	2 994 040	13 741 688
Entidades de crédito	4 915	-	-	-	-	1 318 902	1 323 817
Valores representativos de dívida	-	-	2 662 184	-	-	1 116 325	3 778 509
Derivados	-	-	-	70 360	-	66 259	136 619
<b>Total do activo</b>	<b>8 615 898</b>	<b>1 338</b>	<b>4 231 786</b>	<b>76 355</b>	<b>559 730</b>	<b>5 495 526</b>	<b>18 980 633</b>
Riscos Contingentes	-	-	-	891	10	869 316	870 217
Compromissos Contingentes	-	-	-	-	-	2 118 122	2 118 122
<b>Total de compromissos e riscos contingentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>891</b>	<b>10</b>	<b>2 987 438</b>	<b>2 988 339</b>
<b>Exposição máxima</b>	<b>8 615 898</b>	<b>1 338</b>	<b>4 231 786</b>	<b>77 246</b>	<b>559 740</b>	<b>8 482 964</b>	<b>21 968 972</b>



<i>Exercício de 2008</i>	Milhares de euros						Total
	Garantia imobiliária	Garantias por depósitos em numerário	Outras garantias reais	Avalizados por entidades financeiras	Avalizados por outras entidades	Restantes	
Crédito a clientes	9 559 970	64 008	203 033	8 661	479 824	3 340 198	13 655 694
Entidades de crédito	5 289	-	-	-	-	816 770	822 059
Valores representativos de dívida	-	-	2 107 115	-	-	1 881 006	3 988 121
Derivados	-	-	-	46 740	-	129 199	175 939
<b>Total do activo</b>	<b>9 565 259</b>	<b>64 008</b>	<b>2 310 148</b>	<b>55 401</b>	<b>479 824</b>	<b>6 167 173</b>	<b>18 641 813</b>
Riscos Contingentes	-	-	-	1 036	10	975 759	976 805
Compromissos Contingentes	-	-	-	-	-	2 363 054	2 363 054
<b>Total de compromissos e riscos contingentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 036</b>	<b>10</b>	<b>3 338 813</b>	<b>3 339 859</b>
Exposição máxima	9 565 259	64 008	2 310 148	56 437	479 834	9 505 986	21 981 672

As taxas históricas de incumprimento, dos instrumentos financeiros nos quais a Caja Duero assume risco de crédito, no fecho dos exercícios de 2009 e 2008, são as seguintes:

	%	
	2009	2008
Crédito a clientes	5,25	3,65
Entidades de crédito	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Derivados	-	-
<b>Total do activo</b>	<b>3,93</b>	<b>2,74</b>
Riscos Contingentes	4,78	6,55
Outros compromissos e riscos contingentes	-	-
<b>Total de compromissos e riscos contingentes</b>	<b>1,36</b>	<b>1,89</b>

Tendo em conta a classificação estabelecida pelo Banco de Espanha no Anexo IX da Circular 4/2004, a qualidade creditícia dos activos financeiros da Entidade dominante, sujeitos a risco de crédito, não classificados como duvidosos nem classificados como risco sub-padrão, e antes dos acertos por avaliação, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Risco		
Sem risco visível	3 087 003	3 319 233
Baixo risco	8 220 077	7 223 848
Risco médio-baixo	4 107 569	4 173 308
Médio risco	2 414 707	2 864 706
Risco médio-alto	322 146	416 259
Alto risco	43 886	56 354
	<u>18 195 388</u>	<u>18 053 708</u>

A qualidade creditícia dos saldos com entidades de crédito, valores representativos de dívida e derivados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentava os seguintes detalhes:

Rating (Moody's)	Milhares de euros	
	2009	2008
Entre Aaa e Aa3	4 729 836	4 546 788
Entre A1 e A3	328 720	288 413
Entre Baa1 e Baa3	46 961	-
Outros saldos não qualificados	133 428	150 918
	<u>5 238 945</u>	<u>4 986 119</u>

### 7.3. Risco de concentração

A Caja Duero efectua um acompanhamento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco creditício, ao abrigo de diferentes dimensões relevantes: áreas geográficas, sectores económicos, produtos e grupos de clientes.

A distribuição do risco por área geográfica, segundo a localização dos clientes do Grupo, é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2009		2008	
	Total do activo	Compromissos e riscos contingentes	Total do activo	Compromissos e riscos contingentes
Negócios em Espanha	18 709 111	2 938 982	18 336 896	3 274 746
Negócios com outros países da UE	271 522	49 357	304 917	65 113
Total	<u>18.980 633</u>	<u>2 988 339</u>	<u>18 641 813</u>	<u>3 339 859</u>

A principal exposição ao risco centra-se no "Crédito a clientes" concedido pela Caja Duero. A 31 de Dezembro de 2009, os investimentos a crédito, antes dos acertos por avaliação do sector "residentes-negócios em Espanha" representava aproximadamente 98% do saldo do "Crédito a clientes" (2008: 96%), sendo a sua distribuição por sectores de actividade, a seguinte:

	Milhares de euros					
	2009			2008		
	Risco	Distribuição (%)	Dos quais: Activos duvidosos	Risco	Distribuição (%)	Dos quais: Activos duvidosos
Agricultura, pecuária e silvicultura e pesca	417 347	3	7 723	445 287	3	7 435
Indústrias	952 012	7	66 697	928 720	7	22 607
Construção	947 026	7	160 163	1 438 957	11	88 593
Serviços:						
<i>Comércio e hotelaria</i>	701 785	5	36 141	782 885	6	14 994
<i>Transporte e comunicações</i>	124 226	1	5 441	128 207	1	1 376
<i>Outros serviços</i>	3 456 354	26	284 180	3 257 732	25	257 955
Crédito a particulares:						
<i>Habituação</i>	5 695 319	42	83 219	5 327 294	40	53 738
<i>Consumo e outros</i>	1 064 875	8	57 381	876 457	7	36 265
Instituições sem fins lucrativos	22 787	-	9	26 083	-	6
Não classificados	85 654	1	1 641	61 884	-	1 646
<b>Crédito a Clientes</b>	<b>13 467 385</b>	<b>100</b>	<b>702 595</b>	<b>13 273 506</b>	<b>100</b>	<b>484 615</b>

#### 7.4 Risco País

Entende-se por risco-país, aquele que coincide nas dívidas de um país, consideradas globalmente, por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual. Compreende o risco soberano, o risco de transferência e os restantes riscos derivados da actividade financeira internacional. Risco soberano é o dos credores dos Estados ou de entidades garantidas por eles, quanto forem ineficazes as acções legais contra o mutuário ou o obrigado em última instância ao pagamento, por razões de soberania. Risco de transferência é o dos credores estrangeiros dos residentes de um país em que existe uma incapacidade geral para fazer face às suas dívidas, por carecer da moeda ou das moedas em que estejam denominadas.

Actualmente, as operações sujeitas a estes tipos de risco são mínimas no Grupo.

#### 7.5 Risco de Contrapartida

O risco creditício por operações de mercado, ou risco de contrapartida, é o assumido com as entidades financeiras derivado da própria operação financeira da entidade.

Para o controlo do risco de contrapartida, a Caja Duero dispõe de ferramentas que, em tempo real, informam os operadores de mercado do saldo disponível dos limites estabelecidos para qualquer contrapartida. Diariamente, a partir do Departamento de Controlo de Risco de Mercado, informa-se a Direcção do cumprimento dos limites estabelecidos.

A autorização dos limites corresponde ao Comité de Activos e Passivos, os parâmetros mais importantes para o estabelecimento dos limites de contrapartida baseia-se principalmente no Rating e no nível dos recursos próprios do Grupo.

As operações de compra e venda a prazo e de derivados concentram-se em contrapartidas, que são entidades financeiras de países da OCDE, de excelente qualidade creditícia, de forma que em 2009, 75% das transacções foram contratadas com estas entidades (2008: 74%). O restante corresponde fundamentalmente a operações com clientes particulares de baixo montante.

### Teoria dos produtos derivados por vencimento

Exercício de 2009	Milhares de euros					Total
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Compra e venda de divisas	77 718	5 828	25 894	70 214	-	179 654
Opções sobre taxas de juro	43 400	87 790	70 876	1 231 356	201 545	1 634 967
Opções sobre valores	-	-	173 490	453 812	-	627 302
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	28 144	-	28 144
Perm. financeiras sobre juros	78 763	399 500	185 180	648 044	907 174	2 218 661
Perm. financeiras sobre risco de câmbio	-	-	-	-	117 308	117 308
<b>Total</b>	<b>199 881</b>	<b>493 118</b>	<b>455 440</b>	<b>2 431 570</b>	<b>1 226 027</b>	<b>4 806 036</b>

  

Exercício de 2008	Milhares de euros					Total
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Compra e venda de divisas	5 195	-	12 295	117 540	-	135 030
Futuros sobre juros	2 800	-	-	-	-	2 800
Opções sobre taxas de juro	500	8 060	1 743 195	709 230	128 317	2 589 301
Opções sobre valores	34 375	32 500	144 937	376 302	-	588 114
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	24 444	-	24 444
Perm. financeiras sobre juros	130 892	218 025	318 139	812 836	924 443	2 404 335
Perm. financeiras sobre risco de câmbio	-	-	-	-	127 937	127 937
<b>Total</b>	<b>173 762</b>	<b>258 585</b>	<b>2 218 566</b>	<b>2 040 351</b>	<b>1 180 696</b>	<b>5 871 961</b>

### 7.6. Risco de liquidez

Define-se como o risco de o Grupo incorrer em perdas, ao ter de desfazer ou fechar posições de mercado, alienar activos ou adquirir passivos, por falta de recursos líquidos para fazer face ao cumprimento das obrigações assumidas. Por isso, é um risco associado à capacidade do Grupo de financiar os compromissos adquiridos a preços razoáveis e levar a cabo os seus planos de negócio com fontes de financiamento estáveis.

Os factores que influenciam podem ser de carácter exógeno ou endógeno, como consequência dos intervalos temporais entre os fluxos de cobranças e pagamentos.

O risco de liquidez é gerido de um ponto de vista global do Grupo, coordenando os vencimentos de activos e passivos, realizando uma vigilância permanente dos limites estabelecidos de desfasamento temporário, com um apoio decidido na política comercial e através da criação de diversos programas de financiamento.

A política de limites que define e quantifica as diferentes situações de risco de liquidez da Caja Duero não foi alterada nos exercícios de 2009 e 2008.

A Caja Duero estabeleceu um sistema de limites quantitativos sobre vários indicadores de liquidez, com o propósito de limitar a exposição ao risco de liquidez. O Comité de Gestão de Activo e Passivos é o órgão encarregue de monitorizar e tomar, se for caso disso, as devidas medidas com o propósito de alcançar os níveis de risco adequados. Os indicadores estabelecidos e as limitações fixadas para os mesmos são:

- Rácio de Perfil de Liquidez (RPL)

O Rácio de Perfil de Liquidez (RPL) mede a liquidez disponível (liquidez em conta mais os activos aptos para conversão em liquidez com rapidez suficiente e sem custos significativos) em relação aos compromissos a curto prazo

O RPL é um indicador dinâmico de grande utilidade pois permite a gestão a curto e médio/longo prazo da posição de liquidez da Entidade, proporcionando informação sobre a liquidez disponível, assim como o efeito sobre a referida liquidez dos instrumentos de financiamento acessíveis para a Entidade. É o resultado da divisão da liquidez disponível entre os compromissos a curto prazo.

- Indicador de Apelo ao Mercado de Capitais

Este rácio de financiamento grossista sobre o financiamento total mede a dependência do mercado grossista para realizar os investimentos. Este rácio é um indicador a longo prazo utilizado no desenho do Plano de Financiamento.

Para uma gestão correcta da liquidez, a Caja Duero estabeleceu como indicador objectivo de liquidez o Rácio de Perfil de Liquidez (RPL). Com base no referido indicador são estabelecidos os seguintes cenários:

- Iliquidez Ligeira: este tipo de situação de iliquidez não pressupõe um problema para a Caja, uma vez que define um cenário em que a Entidade tem a capacidade de reacção necessária para enfrentar e resolver a situação, sem problemas. Concretiza-se num RPL inferior a 6%.
- Iliquidez Grave: este tipo de situação de iliquidez implica a necessidade de uma actuação rápida. Concretiza-se num RPL inferior a 2%.
- Iliquidez crítica: este tipo de situação de iliquidez crítica implica a necessidade de uma reacção contundente. Concretiza-se num RPL inferior a 0%.

A 31 de Dezembro de 2009 o indicador Rácio de Perfil de Liquidez (RPL) situava-se nos 16,03% (2008: 16,8%), pelo que a situação de liquidez da Entidade manifesta-se numa posição folgada, longe dos 6% do primeiro limite de liquidez, classificado como ligeiro.

O detalhe da situação de liquidez básica da Caja Duero a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros		
	2009	2008	Variação
<u>Financiamento grossista</u>			
Depósitos de bancos centrais	(1 814)	(684)	(1 130)
Depósitos de entidades de crédito	(252)	(147)	(105)
Credores grossistas	(111)	(159)	48
Promissórias e efeitos	(526)	(746)	220
Títulos hipotecários	(300)	(399)	99
Títulos hipotecários singulares	(3 537)	(3 090)	(447)
Outros valores emitidos	(870)	(220)	(650)
Dívida subordinada e acções preferenciais	(650)	(382)	(268)
Total de financiamento grossista	<u>(8 060)</u>	<u>(5 827)</u>	<u>(2 233)</u>
<u>Activos líquidos</u>			
Depósitos em outros bancos centrais	248	155	93
Depósitos em entidades de crédito	417	182	235
Valores representativos de dívida	3 387	2 380	1 007
Outros instrumentos de capital	614	584	30
Total de financiamento grossista	<u>4 666</u>	<u>3 301</u>	<u>1 365</u>
Gap de liquidez	(3 394) 42%	(2 526) 43%	(868) 1%
<u>Pro-memoria. Dados não incluídos em epígrafes anteriores:</u>			
<i>Limite total da apólice do BE</i>	2 267	873	1 394

Em seguida, discriminam-se os instrumentos financeiros da Caja Duero, por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, sem ter em conta os saldos com contribuição de outras sociedades do Grupo, nem os acertos por avaliação que se incluem nas epígrafes correspondentes dos balanços consolidados. As datas de vencimento que foram consideradas para a construção da tabela anexa são as obtidas em função dos prazos contratuais de vencimento remanescentes (a experiência histórica da Caja Duero deixa antever que as futuras modificações contratuais hipotéticas dos vencimentos dos instrumentos financeiros não alterarão significativamente a posição de liquidez da Caja Duero):

Exercício de 2009	Milhares de euros								
	À Ordem	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não determinado e sem classificar	Total
<b>Activo</b>									
Caixa e depósitos em bancos centrais	246 916	-	-	-	-	-	-	-	246 916
Depósitos em entidades de crédito	64 885	1 228 483	7 090	5 828	329	1 493	3 327	-	1 311 435
Crédito a clientes	883 389	288 970	437 893	389 287	803 668	3 792 167	7 544 151	17 807	14 157 332
Valores representativos de dívida	-	172 535	24 972	100 850	348 345	2 222 281	908 384	-	3 777 367
Outros activos com vencimento	14 305	1	-	-	-	-	-	-	14 306
<b>Total</b>	<b>1 209 495</b>	<b>1 689 989</b>	<b>469 955</b>	<b>495 965</b>	<b>1 152 342</b>	<b>6 015 941</b>	<b>8 455 862</b>	<b>17 807</b>	<b>19 507 356</b>
<b>Passivo</b>									
Depósitos de bancos centrais	-	49 521	110 000	-	1 650 000	-	-	-	1 809 521
Depósitos de entidades de crédito	75 177	93 699	149 531	392 479	35 841	226 530	52 551	1 649	1 027 457
Depósitos de clientes	5 326 391	3 064 539	1 702 940	1 157 209	1 434 339	1 071 332	733 505	35 567	14 525 822
Débitos representados por valores negociáveis	-	27 291	23 135	497 185	493 944	504 921	-	-	1 546 476
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	548 674	100 000	648 674
Outros passivos com vencimento	30 437	-	-	-	-	-	-	-	30 437
<b>Total</b>	<b>5 432 005</b>	<b>3 235 050</b>	<b>1 985 606</b>	<b>2 046 873</b>	<b>3 614 124</b>	<b>1 802 783</b>	<b>1 334 730</b>	<b>137 216</b>	<b>19 588 387</b>
Gap	(4 222 510)	(1 545 061)	(1 515 651)	(1 550 908)	(2 461 782)	4 213 158	7 121 132	(119 409)	(81 031)
Gap acumulado	(4 222 510)	(5 767 571)	(7 283 222)	(8 834 130)	(11 295 912)	(7 082 754)	38 378	(81 031)	
<b>Exercício de 2008</b>									
Milhares de euros									
	À Ordem	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não determinado e sem classificar	Total
<b>Activo</b>									
Caixa e depósitos em bancos centrais	153 391	-	-	-	-	-	-	-	153 391
Depósitos em entidades de crédito	43 433	250 040	407 796	96 094	1 437	6 818	3 700	11	809 329
Crédito a clientes	690 250	350 032	534 922	513 209	866 063	3 334 363	7 685 380	11 730	13 985 949
Valores representativos de dívida	-	36 451	162 441	-	50 875	1 642 334	2 092 232	-	3 984 333
Outros activos com vencimento	14 742	-	-	-	-	-	-	-	14 742
<b>Total</b>	<b>901 816</b>	<b>636 523</b>	<b>1 105 159</b>	<b>609 303</b>	<b>918 375</b>	<b>4 983 515</b>	<b>9 781 312</b>	<b>11 741</b>	<b>18 947 744</b>
<b>Passivo</b>									
Depósitos de bancos centrais	-	12 647	271 556	395 000	-	-	-	-	679 203
Depósitos de entidades de crédito	49 522	225 446	417 788	112 484	225 128	473 592	36 957	1 649	1 542 566
Depósitos de clientes	4 282 587	3 398 700	2 256 996	1 094 913	1 827 136	1 106 924	933 505	29 914	14 930 675
Débitos representados por valores negociáveis	-	100 581	419 596	193 972	38 547	620 000	-	-	1 372 696
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	381 000	381 000
Outros passivos com vencimento	30 846	-	-	-	-	-	-	-	30 846
<b>Total</b>	<b>4 362 955</b>	<b>3 737 374</b>	<b>3 365 936</b>	<b>1 796 369</b>	<b>2 090 811</b>	<b>2 200 516</b>	<b>970 462</b>	<b>412 563</b>	<b>18 936 986</b>
Gap	(3 461 139)	(3 100 851)	(2 260 777)	(1 187 066)	(1 172 436)	2 782 999	8 810 850	(400 822)	10 758
Gap acumulado	(3 461 139)	(6 561 990)	(8 822 767)	(10 009 833)	(11 182 269)	(8 399 270)	411 580	10 758	

Se for realizada uma análise de vencimentos numa entidade financeira que tenha um elevado financiamento retalhista (como é o caso da Caja Duero), geralmente, a duração de activos é maior do que a de passivos, pelo que, geralmente, se cria um gap negativo a curto prazo. Este facto é motivado por se projectarem os vencimentos das operações em função do seu prazo residual, sem considerar nenhuma hipótese de renovação dos activos e/ou passivos. Também é importante mencionar que o cálculo não considera hipóteses dinâmicas pois as estratégias internas de captação líquida de liquidez são ignoradas, o que é especialmente importante no mercado retalhista no qual a Caja Duero trabalha.

A experiência histórica da Caja Duero demonstra que os passivos retalhistas à ordem têm uma duração estável no tempo e que uma grande percentagem de contas a prazo com os clientes são, geralmente, renovadas ao vencerem. Os manuais de procedimentos da Caja Duero agrupam os procedimentos a seguir em caso de iliquidez nos mercados. Com base nas projecções de liquidez efectuadas em contextos desfavoráveis, a Caja Duero continuaria a possuir a capacidade de fazer frente aos seus passivos, até mesmo com níveis de stress pouco prováveis.

#### 7.7. Risco de mercado

Este risco compreende os riscos resultantes de possíveis variações adversas das taxas de juro dos activos e passivos, das taxas de câmbio, nas quais estão denominadas as massas patrimoniais ou fora do balanço, e dos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis.

Para minimizar o referido risco, existem na Caja Duero os seguintes comités: Direcção, Tesouraria e Activos e Passivos. Estes comités gerem tanto os activos e passivos, como a carteira de participações.

A gestão de activos e passivos é fundamentada na utilização de instrumentos, na gestão dos fluxos de caixa derivados da operação habitual, e na tomada de posições a longo prazo, que garantam uma margem financeira assumindo um determinado comportamento do mercado.

A carteira de participações está em conformidade com o Grupo Financeiro e Empresarial, já que a Caja Duero toma parte activa na economia nacional e, sobretudo, regional, investindo naqueles sectores estratégicos que supõe terem maior potencial de crescimento. A finalidade destas carteiras não é a obtenção de lucros a curto prazo por movimentos do mercado, mas a de se situar estrategicamente para aproveitar as sinergias, tanto verticais como horizontais, que possam aparecer nos diferentes mercados.

A necessidade de controlar e gerir o risco de mercado, tal como recomenda o órgão regulador e as boas práticas bancárias internacionais, fez com que a Caja Duero se integrasse no projecto sectorial de risco de mercado coordenado pela Confederação Espanhola de Caixas de Aforro.

Durante o ano de 2007 sistematizou-se o controlo de diversos parâmetros do risco de mercado, como o VAR, a sensibilidade, resultados, etc., da carteira de negociação, estabelecendo limites de cujo cumprimento a Direcção do Grupo é informada com periodicidade diária.



O acompanhamento dos riscos de mercado é realizado diariamente, pelo Departamento de Risco de Mercado, dentro da Área de Controlo Global do Risco, reportando periodicamente aos órgãos de gestão sobre os níveis de risco existente e o cumprimento dos limites estabelecidos.

Também se utilizam medidas para validar a adequação dos modelos de avaliação do risco de mercado utilizados (Back testing), bem como relatórios de Stress testing, que consistem em submeter as carteiras a cenários teóricos de extrema volatilidade para conhecer o seu impacto nas posições de mercado do Grupo.

Os relatórios obtidos permitirão avaliar a gestão realizada nos mercados financeiros em que a Entidade tome posições, medir os riscos de forma homogénea, fixar e distribuir limites, atribuir de forma eficiente os recursos próprios e manter a Direcção de Topo e os órgãos reguladores informados de todos os riscos assumidos na carteira de negociação.

O risco de mercado em termos de VAR da Caja Duero, a 31 de Dezembro de 2009, ascende a 7 278 milhares de euros (2008: 26 792 milhares de euros), não divergindo significativamente no Grupo.

## 7.8 Risco da taxa de juro

Este risco faz referência ao impacto que as mudanças no nível geral das taxas de juro podem ter na conta de resultados (fluxos de geração de rendimentos e gastos) ou no valor patrimonial. A causa é os desfasamentos nas datas de vencimento ou reapreciação das massas de activos e passivos que produz uma resposta diferente perante as variações na taxa de juro.

A Caja Duero gere o risco de juro através do comité de Activos e Passivos e, para realizar esta função, as principais medidas utilizadas são o *gap* estático de sensibilidade e simulações da margem financeira futura e balanço futuro, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração tanto a gestão de activos e passivos como o estabelecimento dos limites dos riscos.

### a) *Gap* de taxas de juros de Activos e Passivos

Para o *gap* de taxas de juro, agrupam-se os diferentes vencimentos e/ou reapreciações, analisando os desfasamentos em cada período entre as diferentes massas de activo, passivo e fora do balanço. O acompanhamento de *Gaps* temporários permite identificar concentrações de risco em determinados períodos, e tomar as decisões adequadas para neutralizar as exposições excessivas que, ao produzirem movimentos adversos nas curvas das taxas, causariam um grande impacto na rentabilidade ou na solvência.

A estrutura de vencimentos e reapreciações é a base para os processos de simulação que medem a exposição da margem financeira e o valor patrimonial da Entidade perante os movimentos nas taxas de juro.

## b) Simulações

Permitem analisar o impacto potencial das flutuações das taxas de juro na margem financeira e no valor patrimonial, contemplando vários cenários, tanto da evolução do mercado como do negócio. A combinação da informação real com a informação assumida desenvolve diferentes cenários com os quais podemos calcular a sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial, bem como a optimização do balanço futuro, mantendo níveis de risco aceitáveis.

- Sensibilidade da margem financeira: mede as variações em rendimentos e gastos financeiros como consequência dos deslocamentos das curvas da taxa de juro. Realiza-se um estudo a curto prazo e a sensibilidade é obtida por comparação entre as margens actuais e as esperadas num cenário de movimento de taxas.
- Sensibilidade do balanço: mede o impacto potencial de uma variação de taxas de juro nos valores actuais dos activos e passivos. Realiza-se um estudo a longo prazo para medir a incidência do risco ao longo da estrutura de prazos do balanço.

Em termos gerais, as técnicas utilizadas para a mitigação deste risco são baseadas na contratação de instrumentos de taxa fixa e derivados financeiros para a realização de coberturas de taxa de juro.

A tabela seguinte resume a exposição da Caja Duero, que representa aproximadamente 99% dos activos e passivos do Grupo (2008: 99%), ao risco da taxa de juro, agrupando o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros em função da data de revisão da taxa de juro ou da data de vencimento para operações a taxa fixa. Para construir o quadro anexo, utilizaram-se as datas contratuais de revisão das taxas de juro que não diferem das datas esperadas no caso de operações a taxa variável. Para as operações a taxa fixa, utilizou-se a data de vencimento contratual esperada. Da mesma forma, o quadro mostra a taxa de juro média para cada grupo de instrumentos e a faixa de revisão ou vencimento (montantes em milhares de euros).

Exercício de 2009	Até 1 mês		Entre 1 e 3 meses		Entre 3 meses e 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Entre 4 e 5 anos		Mais de 5 anos		Não sensíveis	Total
	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	Milhares de euros
<b>Activo</b>																		
Caixa e depósitos em bancos centrais	175 188	0,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72 404	247 592
Carteira de negociação	172 000	-	15 000	-	161 100	-	10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81 227	439 327
Activos financeiros disponíveis para venda	526	4,00	20 138	0,84	-	-	10 731	4,76	2	5,10	-	-	209	4,75	316 570	3,14	620 026	968 202
Investimentos a crédito	2 931 109	2,30	2 481 824	3,18	8 150 886	3,09	334 261	4,27	124 496	4,92	93 981	4,66	51 489	5,05	104 152	4,05	789 624	15 061 822
Carteira de investimento a vencimento	1 552 000	0,94	536 400	2,23	-	-	100 000	4,00	338 800	3,29	331 700	3,25	205 200	3,27	-	-	(18 068)	3 046 032
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 478 908	1 478 908
<b>Total</b>	<b>4 830 823</b>	<b>1,73</b>	<b>3 053 362</b>	<b>2,98</b>	<b>8 311 986</b>	<b>3,03</b>	<b>454 992</b>	<b>4,13</b>	<b>463 298</b>	<b>3,73</b>	<b>425 681</b>	<b>3,56</b>	<b>256 898</b>	<b>3,63</b>	<b>420 722</b>	<b>3,37</b>	<b>3 024 121</b>	<b>21 241 883</b>
<b>Passivo</b>																		
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77 743	77 743
Passivos financeiros ao custo amortizado	4 953 724	1,12	2 884 034	1,49	5 559 359	2,16	609 213	1,48	1 236 422	2,71	757 514	1,62	2 534 752	0,12	846 174	3,89	318 565	19 699 758
Outros passivos -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	277 353	277 353
<b>Total</b>	<b>4 953 724</b>	<b>1,12</b>	<b>2 884 034</b>	<b>1,49</b>	<b>5 559 359</b>	<b>2,16</b>	<b>609 213</b>	<b>1,48</b>	<b>1 236 422</b>	<b>2,71</b>	<b>757 514</b>	<b>1,62</b>	<b>2 534 752</b>	<b>0,12</b>	<b>846 174</b>	<b>3,89</b>	<b>673 661</b>	<b>20 054 854</b>
Gap	(122 901)		169 327		2 752 627		(154 220)		(773 124)		(331 834)		(2 277 854)		(425 452)		2 350 460	1 187 029
Gap acumulado	(122 901)		46 426		2 799 053		2 644 833		1 871 709		1 539 875		(737 979)		(1 163 431)		1 187 029	

Exercício de 2008	Até 1 mês		Entre 1 e 3 meses		Entre 3 meses e 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Entre 4 e 5 anos		Mais de 5 anos		Não sensíveis	Total
	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	Milhares de euros
<b>Activo</b>																		
Caixa e depósitos em bancos centrais	59 680	3,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94 838	154 518
Carteira de negociação	35 002	-	163 002	-	40 557	-	-	-	10 000	-	-	-	-	-	-	-	101 477	350 038
Activos financeiros disponíveis para venda	1 000 000	3,21	224 972	2,88	1 182	7,20	526	4,00	10 732	4,76	2	5,10	30 000	4,20	1 465 578	3,63	540 078	3 273 070
Investimentos a crédito	1 918 076	3,05	3 216 362	4,81	7 798 239	5,80	233 840	5,47	151 665	5,68	125 425	5,90	105 003	5,49	190 419	3,68	748 396	14 487 425
Carteira de investimento a vencimento	537 479	3,05	331 400	4,16	-	0,00	-	-	100 000	4,00	-	-	-	-	-	-	-	968 879
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 364 042	1 364 042
<b>Total</b>	<b>3 550 237</b>	<b>3,19</b>	<b>3 935 736</b>	<b>3,26</b>	<b>7 839 978</b>	<b>3,29</b>	<b>234 366</b>	<b>3,82</b>	<b>272 397</b>	<b>3,13</b>	<b>125 427</b>	<b>3,01</b>	<b>135 003</b>	<b>3,11</b>	<b>1 655 997</b>	<b>3,2</b>	<b>2 848 831</b>	<b>20 597 972</b>
<b>Passivo</b>																		
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79 339	79 339
Passivos financeiros ao custo amortizado	5 335 187	3,36	3 837 316	4,15	4 256 224	4,39	1 404 875	4,51	41 712	1,88	504 536	2,18	2 206 893	0,35	770 559	3,93	383 958	19 118 260
Outros passivos -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299 303	299 303
<b>Total</b>	<b>5 335 187</b>	<b>2,04</b>	<b>3 837 316</b>	<b>2,37</b>	<b>4 256 224</b>	<b>2,14</b>	<b>1 404 875</b>	<b>2,39</b>	<b>41 712</b>	<b>3,31</b>	<b>504 536</b>	<b>2,72</b>	<b>2 206 893</b>	<b>2,54</b>	<b>770 559</b>	<b>4,11</b>	<b>762 600</b>	<b>19 496 902</b>
Gap	(1 784 950)		98 420		3 583 754		(1 170 509)		(146 315)		(379 109)		(2 071 890)		885 438		2 086 231	1 101 070
Gap acumulado	(1 784 950)		(1 686 530)		1 897 224		726 715		580 400		201 291		(1 870 599)		(985 161)		1 101 070	

Assumindo que os activos e passivos financeiros a 31 de Dezembro de 2009 permanecem estáveis até o vencimento ou liquidação, um aumento de 100 pontos base nas taxas de juro aumentaria os lucros líquidos para o ano seguinte em aproximadamente 7 099 milhares de euros (2008: diminuição de 9 957 milhares de euros).

## 7.9. Risco de câmbio

A exposição ao risco de câmbio é muito reduzida, sendo a política do Grupo a de manter um perfil baixo por este risco. A tabela seguinte resume a exposição ao risco de câmbio.

<i>Exercício de 2009</i>	Milhares de euros			
	EUR	USD	Outros	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e depósitos em bancos centrais	247 071	144	452	247 667
Depósitos em entidades de crédito	1.318 608	3 061	2 148	1 323 817
Crédito a clientes	13 688 323	51 831	1 534	13 741 688
Valores representativos de dívida	3 778 509	-	-	3 778 509
Outros instrumentos de capital	750 485	-	-	750 485
Derivados de negociação	75 044	6 089	-	81 133
Derivados de cobertura	55 486	-	-	55 486
Activos não correntes em venda	280 557	-	15 143	295 700
Participações	224 008	-	6 976	230 984
Activos por Resseguros	5 859	-	-	5 859
Activo Corpóreo	605 226	-	-	605 226
Activo Incorpóreo	2 371	-	-	2 371
Activos Fiscais	164 735	-	-	164 735
Restantes activos	106 041	30	-	106 071
Total	<u>21 302 323</u>	<u>61 155</u>	<u>26 253</u>	<u>21 389 731</u>
<u>Passivo</u>				
Depósitos em outros bancos centrais	1 813 890	-	-	1 813 890
Depósitos de entidades de crédito	1 054 292	1 379	974	1 056 645
Depósitos de clientes	14 552 654	27 339	1 409	14 581 402
Derivados de negociação	71 654	6 089	-	77 743
Débitos representados por valores negociáveis e passivos subordinados	2 194 048	-	-	2 194 048
Outros passivos financeiros	49 531	-	-	49 531
Derivados de cobertura	7 620	-	-	7 620
Passivos associados a Activos não correntes em venda	49 369	-	-	49 369
Passivos por contratos de seguros	23 465	-	-	23 465
Provisões	131 029	101	11	131 141
Passivos Fiscais	115 116	-	-	115 116
Fundo da Obra Social	34 309	-	-	34 309
Restantes passivos	16 462	-	-	16 462
Total	<u>20 113 439</u>	<u>34 908</u>	<u>2 394</u>	<u>20 150 741</u>
Posição líquida por divisas do balanço	<u>1 188 884</u>	<u>26 247</u>	<u>23 859</u>	<u>1 238 990</u>
Compra e venda de divisas	-	(29 692)	(4)	(29 696)

Exercício de 2008

	Milhares de euros			
	EUR	USD	Outros	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e depósitos em bancos centrais	153 735	267	547	154 549
Depósitos em entidades de crédito	813 952	6 094	2 013	822 059
Crédito a clientes	13 592 812	60 757	2 125	13 655 694
Valores representativos de dívida	3 988 121	-	-	3 988 121
Outros instrumentos de capital	583 964	-	-	583 964
Derivados de negociação	103 396	-	-	103 396
Derivados de cobertura	66 282	6 261	-	72 543
Activos não correntes em venda	173 845	-	-	173 845
Participações	272 591	-	20 183	292 774
Activos por Resseguros	5 403	-	-	5 403
Activo Corpóreo	599 030	-	-	599 030
Activo Incorpóreo	2 268	-	-	2 268
Activos Fiscais	208 177	-	-	208 177
Restantes activos	81 794	39	-	81 833
<b>Total</b>	<b>20 645 370</b>	<b>73 418</b>	<b>24 868</b>	<b>20 743 656</b>
<u>Passivo</u>				
Depósitos em outros bancos centrais	649 815	34 232	-	684 047
Depósitos de entidades de crédito	1 564 177	1 680	1 953	1 567 810
Depósitos de clientes	15 008 763	29 603	1 779	15 040 145
Derivados de negociação	73 078	6 261	-	79 339
Débitos representados por valores negociáveis e passivos subordinados	1 766 309	-	-	1 766 309
Outros passivos financeiros	57 245	-	-	57 245
Derivados de cobertura	14 853	-	-	14 853
Passivos associados a Activos não correntes em venda	62 138	-	-	62 138
Passivos por contratos de seguros	22 185	-	-	22 185
Provisões	150 594	58	12	150 664
Passivos Fiscais	81 295	-	-	81 295
Fundo da Obra Social	34 005	-	-	34 005
Restantes passivos	25 030	-	-	25 030
<b>Total</b>	<b>19 509 487</b>	<b>71 834</b>	<b>3 744</b>	<b>19 585 065</b>
Posição líquida por divisas do balanço	1 135 883	1 584	21 124	1 158 591
Compra e venda de divisas		(2 218)	(19)	(2 237)

O montante das diferenças de câmbio, reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas, ascende, no exercício de 2009, a ganhos de 634 milhares de euros (2008: 1 539 milhares de euros de ganhos).

#### 7.10 Justo valor dos instrumentos financeiros

Como se descreve na Nota 3.f), excepto para os instrumentos financeiros classificados nas epígrafes de "Investimentos a crédito" e "Carteira de investimento a vencimento" e para os instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser estimado de forma fiável ou instrumentos derivados que tenham como activo subjacente os referidos instrumentos de capital, os activos financeiros do Grupo aparecem registados no balanço consolidado em anexo pelo seu justo valor.

Da mesma forma, excepto os passivos financeiros registados na epígrafe de "Passivos financeiros ao custo amortizado", o resto dos passivos financeiros aparecem registados pelo seu justo valor no balanço consolidado em anexo. Para além disso, alguns elementos registados nas epígrafes de "Passivos financeiros ao custo amortizado" estão sujeitos a relações de cobertura de justo valor (ver Notas 3.i e 13), tendo-se ajustado o seu valor num montante equivalente às variações experimentadas no seu justo valor como consequência do risco coberto, principalmente, o risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume o valor contabilístico dos instrumentos financeiros que não se encontram registados no balanço consolidado pelo seu justo valor:

	Milhares de euros	
	2009	2008
<u>Activos financeiros</u>		
Investimentos a crédito	15 065 505	14 477 753
Activos disponíveis para venda	201 987	173 126
Carteira de investimento a vencimento	3 046 032	968 879
<u>Passivos financeiros</u>		
Passivos financeiros ao custo amortizado	19 695 516	19 115 556

Dado que a maior parte dos activos financeiros registados nas epígrafes de "Investimentos a crédito" são a taxa variável, revista pelo menos anualmente, e que a maior parte dos "Passivos financeiros ao custo amortizado" têm vencimento inferior a um ano, os Administradores estimam que o seu justo valor não difere dos valores pelos quais aparecem contabilizados no balanço consolidado, considerando neste apenas os efeitos das variações nas taxas de juro.

A 31 de Dezembro de 2009, o justo valor da carteira de investimento a vencimento era de 3 064 855 milhares de euros (2008: 953 048 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2009, os créditos e depósitos a prazo a clientes, com taxa de juro fixa e não associados a relações de cobertura de justo valor, mais-valias de 15 520 e menos-valias de 21 406 milhares de euros, respectivamente (em 2008: 26 451 e 15 835 milhares de euros, respectivamente). O resto dos activos e passivos financeiros a taxa fixa, não associados a relações de cobertura de justo valor, têm maioritariamente vencimento residual inferior ao ano, pelo que as variações no seu justo valor consequência de movimentos nas taxas de juro de mercado não seriam significativas.

O justo valor detalhado das diferentes carteiras de activos financeiros, dependendo do método de determinação do seu justo valor, é, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o seguinte:

	Milhares de euros	
	Justo valor	
	2009	2008
Instrumentos financeiros a justo valor segundo cotações publicadas em mercados activos		
Carteira de negociação	358 194	246 746
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>825 366</u>	<u>3 178 845</u>
Total	<u>1 183 560</u>	<u>3 425 591</u>
Instrumentos financeiros a justo valor segundo a técnica de avaliação apoiada em dados observáveis de mercado		
Carteira de negociação	81 133	103 396
Activos financeiros disponíveis para venda	97 415	4 489
Derivados de cobertura	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>
Total	<u>234 034</u>	<u>180 428</u>

#### 7.11. Risco Operacional

A Caja Duero assume como definição de risco operacional a estabelecida no documento "Convergência internacional de medidas e normas de capital" do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, que o define: "como o risco de perda devido à inadequação ou às falhas dos processos, do pessoal e dos sistemas internos, assim como devido a acontecimentos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico e o risco de reputação".

A Caja Duero continua a participar, tal como em exercícios anteriores, no Projecto Sectorial de Controlo Global do Risco, coordenado pela Confederação Espanhola de Caixas de Aforro, com o fim de se adaptar às normas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia. No centro deste grupo de trabalho desenvolveram-se várias ferramentas que melhoram a gestão de Risco Operacional na Entidade, permitindo manter um modelo baseado num enfoque duplo, quantitativo e qualitativo, em função da natureza da informação utilizada.

- A análise quantitativa baseia-se na recolha de informação numa base de dados de eventos operacionais, com o propósito de a analisar e efectuar o seu acompanhamento. Para além disso, está a proceder-se à recolha de indicadores de risco relevantes.
- A análise qualitativa fundamenta-se na identificação, medição e acompanhamento do risco operacional. Foi realizada uma avaliação qualitativa do risco operacional na Entidade, o que permite a auto-avaliação da qualidade dos controlos internos de cada uma das áreas de actividade para as diferentes taxas de risco definidas. Possibilita a melhoria contínua dos processos operacionais e da estrutura de controlo existente. A qualificação no relatório global da Entidade foi Boa.



Independentemente deste projecto, a Caja implementou, durante 2006, os procedimentos e circuitos para a autorização, contabilização e informação dos eventos de perdas por risco operacional, aos que se encontram subordinados desde a rede de agências até à Direcção de Topo da Entidade.

A pirâmide de delegação de poderes, na Caja Duero, para o controlo e sanção dos eventos de risco operacional é a seguinte:

- Comissão Central de Riscos
- Comissão Central de Risco Operacional
- Comissão de Zonas de Risco Operacional

## 8. CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS

A composição da epígrafe "Caixa e depósitos em bancos centrais" dos balanços consolidados em anexo, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Caja	71 729	93 712
Banco de Espanha:		
Restantes depósitos	173 530	57 176
Outros bancos centrais	1 732	2 534
Acertos por avaliação:		
Juros adquiridos	676	1 127
Total	<u>247 667</u>	<u>159 549</u>

O prazo restante do vencimento destas epígrafes encontra-se detalhado na Nota 7.6 sobre risco de liquidez.

A maior parte dos depósitos mantidos no Banco de Espanha encontram-se subordinados ao cumprimento do coeficiente de reservas mínimas, segundo o estipulado no regulamento legal em vigor.

## 9. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

O capítulo do activo e passivo dos balanços consolidados, em detalhe, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2009	2008	2009	2008
Valores representativos de dívida	358 194	246 746	-	-
Derivados de negociação	81 133	103 396	77 743	79 339
Total	<u>439 327</u>	<u>350 142</u>	<u>77 743</u>	<u>79 339</u>

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros.

O detalhe dos valores representativos de dívida classificados em função da sua contraparte é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Dívida do Estado	105 506	39 397
Entidades de crédito	252 688	207 349
Total	<u>358 194</u>	<u>246 746</u>

Os juros obtidos não vencidos no fecho do exercício de 2009 pelos valores representativos de dívida ascendiam a 1 440 milhares de euros (2008: 2 154 milhares de euros). Os referidos juros fazem parte do saldo contabilístico registado nesta epígrafe do balanço de situação.

A 31 de Dezembro de 2008 não existiam activos classificados nesta epígrafe que estivessem cedidos temporariamente, ocupados ou subordinados a garantias. A 31 de Dezembro de 2009 os títulos classificados nesta cedidos temporariamente eram de 98 861 milhares de euros. Não existem outros títulos ou afectos à garantia.

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 do risco de liquidez.

Os derivados de negociação, em conformidade com o indicado na Nota 3.f., estão classificados na carteira de negociação e, como tal, são avaliados pelo seu justo valor, registando-se as variações que pudessem ocorrer no seu justo valor, directamente na conta de ganhos e perdas.

Em seguida, detalham-se, para os exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os valores hipotéticos e os justos valores dos derivados financeiros registados como "derivados de negociação" classificados por tipo de mercado:

	Milhares de euros					
	Hipotéticos		Justo valor			
	Contas de ordem		Activo		Passivo	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<u>Por tipos de mercado</u>						
Mercados Organizados	-	2 800	-	-	-	-
Mercados não Organizados	3 702 031	4 718 868	81 133	103 396	77 743	79 339
Total	<u>3 702 031</u>	<u>4 721 668</u>	<u>81 133</u>	<u>103 396</u>	<u>77 743</u>	<u>79 339</u>

As operações contratadas em 2008 em mercados organizados correspondem a futuros financeiros. Em relação às operações contratadas em mercados não organizados, a sua classificação por tipo de produto, contraparte, prazo restante e tipo de risco é a seguinte:

	Milhares de euros	
	Hipotéticos	
	2009	2008
<u>Por tipos de produto</u>		
Operações a prazo com divisas		
<i>Compra</i>	74 801	65 675
<i>Vendas</i>	104 853	69 355
Permutas	1 231 965	1 381 978
Opções		
<i>Compradas</i>	1 201 737	1 677 674
<i>Vendidas</i>	1 088 675	1 524 186
Total	<u>3 702 031</u>	<u>4 718 868</u>
<u>Por contraparte</u>		
Entidades de crédito. Residentes	1 715 329	2 468 989
Entidades de crédito. Não residentes	579 115	711 045
Outras entidades financeiras. Residentes	205 126	217 498
Outros sectores. Residentes.	1 202 461	1 321 336
Total	<u>3 702 031</u>	<u>4 718 868</u>
<u>Por prazo restante</u>		
Até 1 ano	919 778	1 809 298
Mais de 1 ano e até 5 anos	2 291 070	2 333 754
Mais de 5 anos	491 183	575 816
Total	<u>3 702 031</u>	<u>4 718 868</u>
<u>Por tipo de riscos</u>		
Risco de câmbio	325 106	287 411
Risco de taxa de juro	2 749 623	3 843 343
Risco sobre acções	627 302	588 114
Total	<u>3 702 031</u>	<u>4 718 868</u>

## 10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe deste capítulo do activo financeiro dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Valores representativos de dívida	374 283	2 772 496
Outros instrumentos de capital	750 485	583 964
Total	<u>1 124 768</u>	<u>3 356 460</u>

Durante o exercício de 2008 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros.

Durante o exercício de 2009 realizaram-se as seguintes transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros:

- Foram transferidos valores representativos de dívida da carteira de investimentos a vencimento cujo justo valor no dia da transferência era de 1 193 328 milhares de euros. A 31 de Dezembro de 2009, o valor contabilístico era de 1 199 002 milhares de euros (ver Nota 12).

Seguidamente é incluída a informação relativa a esta carteira de instrumentos financeiros:

	Milhares de euros				Método de avaliação
	Custo de aquisição, líquido de deterioração	Justo valor	Mais-valia / menos-valia registada no património	Deterioração registada na conta de ganhos e perdas do exercício	
<u>31.12.09</u>					
Instrumentos de dívida					
Cotados	372 752	374 283	1 072	-	(a)
Não cotados	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Cotados	395 213	451 083	39 109	5 732	(a)
Não cotados					
A justo valor	44 532	97 415	37 018	-	(b)
A custo de aquisição	201 987	201 987	-	5 115	(c)
<u>31.12.08</u>					
Instrumentos de dívida					
Cotados	2 759 835	2 772 496	(20 063)	11 724	(a)
Não cotados	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Cotados	414 949	406 346	(6 022)	18 600	(a)
Não cotados					
A justo valor	5 802	4 492	(917)	-	(b)
A custo de aquisição	173 126	173 126	-	14 000	(c)

- (a) Justo valor de acordo com cotações publicadas em mercados organizados
- (b) Inclui títulos não cotados cujo justo valor é determinado em função de preços utilizados em transacções recentes, efectuadas entre accionistas, e participações em fundos de investimento cujo justo valor corresponde ao valor liquidativo comunicado pela Entidade Gestora.
- (c) Corresponde a instrumentos de património cujo justo valor não pode ser determinado de forma fidedigna. A deterioração destes títulos é realizada de acordo com o estabelecido na nota 3.h.

No fecho dos exercícios de 2009 e 2008 não existem activos que tenham sido parcialmente deteriorados, isto é, activos cuja deterioração tenha sido efectuada parcialmente contra a conta de resultados e parcialmente contra a conta de "Acertos por avaliação" de património líquido.

O montante registado, durante o exercício de 2008, na conta de ganhos e perdas, pelos instrumentos de dívida corresponde à provisão colectiva que estabelece o Anexo IX da Circular 4/2004 do Banco de Espanha.

Os resultados por operações financeiras com activos financeiros disponíveis para venda ascenderam aos 52 867 milhares de euros (2008: 25 474 milhares de euros).

#### 10.1 Valores representativos de dívida

O detalhe dos valores representativos de dívida classificados em função da sua contraparte é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Administrações públicas espanholas	347 652	1 575 498
Entidades de crédito	8 538	2 889
Outros sectores residentes	16 808	1 205 996
Outros sectores não residentes	1 563	4 074
Acertos por avaliação		
Correcções de valor por deterioração de activos	(278)	(15 961)
Total	<u>374 283</u>	<u>2 772 496</u>

Os juros obtidos não vencidos no exercício de 2009 dos valores representativos de dívida ascendem a 9 658 milhares de euros (2008: 45 916 milhares de euros). Estes juros são incluídos como parte integrante do saldo desta epígrafe.

A 31 de Dezembro de 2008, esta epígrafe incluía obrigações de titularização, no montante de 1 204 064 milhares de euros, emitidos por fundos de titularização que têm subscrito depósitos a prazo (formalizados como títulos hipotecários privados) emitidos pela Caja Duero pelo mesmo montante. Em 2009, as obrigações de titularização que correspondem a fundos de titularização que têm subscrito depósitos a prazo emitidos pela Caja Duero encontram-se classificados na carteira de investimentos a vencimento (Nota 12).

Do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de activos disponíveis para venda, a Entidade tinha cedido a 31 de Dezembro de 2009, um montante de 211 524 milhares de euros (2008: 1 704 546 milhares de euros), que, juntamente com os adquiridos temporariamente a entidades de crédito, permitiram ceder um montante efectivo de 415 071 milhares de euros a entidades de crédito (Nota 19.2) (2008: 1 064 696 milhares de euros) e 776 424 milhares de euros a clientes (Nota 19.3) (2008: 1 166 586 milhares de euros) e 101 788 milhares de euros a Administrações Públicas (Nota 19.3) (2008: 29 989 milhares de euros).

Para além disso, do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de activos disponíveis para venda, a Entidade tinha subordinado a garantias a 31 de Dezembro de 2009, um montante de 126 132 milhares de euros (2008: 1 053 421 milhares de euros), correspondentes a um montante nominal de 123 489 milhares de euros (2008: 1 061 872 milhares de euros), dos quais 22 939 milhares de euros nominais (2008: 961 357 milhares de euros) encontravam-se afectos à apólice de financiamento no Banco de Espanha.

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 do risco de liquidez.

## 10.2 Outros instrumentos de capital

Este capítulo dos balanços consolidados em anexo agrega os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como acções e quotas participativas, que têm a natureza de instrumentos de capital para o emissor, salvo aquelas sociedades em que se exerça controlo ou se possua uma participação superior a 20% ou aquelas em que, ostentando uma percentagem de participação inferior, é exercida uma influência significativa. Neste capítulo são incluídas as participações em fundos de investimento.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a distribuição do saldo deste capítulo, em função do sector de actividade do emissor, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
De entidades de crédito	57 023	46 235
De outros sectores residentes	680 276	528 304
De não residentes	13 186	9 425
Total	<u>750 485</u>	<u>583 964</u>

A 31 de Dezembro de 2009, os títulos contabilizados pelo seu custo de aquisição, por não ser possível determinar o seu justo valor, por não existir suficiente informação fiável ou de mercado, ascendiam aos 201 987 milhares de euros (2008: 173 126 milhares de euros), sendo detalhados da seguinte forma:

<u>Sociedade</u>	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Grupo Isolux Corsán, S.A. (a)	-	31 454
Aciturri Aeronáutica, S.L. (ver Nota 2.c.1)	35 153	-
Afianzamientos de Riesgo E.F.C., S.A.	20 000	20 000
Galletas Siro, S.A. (d)	18 522	-
Lazora, S.A.	15 000	15 000
Arco Wine Investment Group, S.A.	14 954	14 954
Palau Pharma, S.A.	12 000	12 000
Desarrollo de Proyectos Martinsa Grupo-Norte, S.A.	10 468	10 468
Magnum Capital L.P.	13 179	9 418
Carey Value Added, S.L. (c)	9 864	13 114
Celeris Servicios Financieros, S.A. E.F.C.	6 261	6 261
ADE Capital Sodical Sociedad de Capital Riesgo	5 369	5 369
Lazora II, S.A.	4 125	4 124
Tirant Inversión, F.C.R.	3 134	2 824
Alter Inmuebles, S.A. (b)	3 947	1 083
Altavista Hotelera, S.A. (b)	2 612	2 439
EBM Alisma, F.C.R.	2 281	2 281
EBN Vaccaria, F.C.R.	2 270	2 270
Outras	22 848	20 067
<b>Total</b>	<b>201 987</b>	<b>173 126</b>

- (a) Participação indirecta através da Carteras Perseidas, S.L Em 2009 esta participação foi registada a justo valor.
- (b) Participação indirecta através do Grupo de Negocios Duero, S.A.U.
- (c) Em 2008 possuía a denominação de Losán Hotels World Value Added I, S.L.
- (d) Participação indirecta através da Madrigal Participaciones, S.A.

### 10.3. Perdas por deterioração

O detalhe das perdas por deterioração, de instrumentos de dívida, contabilizadas no fecho dos exercícios de 2009 e 2008 para os activos da carteira de activos financeiros disponíveis para a venda é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo inicial da provisão determinada colectivamente	15 961	4 246
Dotações incluídas nos resultados do exercício	-	11 724
Fundos recuperados	-	(9)
Transferência à carteira de investimentos a vencimento	(15 639)	-
Outros	(44)	-
<b>Saldo final da provisão determinada colectivamente</b>	<b>278</b>	<b>15 961</b>

Para além disso, durante o exercício de 2009 registaram-se perdas por deterioração por instrumentos de capital, que fazem parte da carteira de activos disponíveis para venda, pelo montante de 10 847 milhares de euros (2008: 32 600 milhares de euros).

## 11. INVESTIMENTOS A CRÉDITO

O detalhe deste capítulo do activo dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Depósitos em entidades de crédito	1 323 817	822 059
Crédito a clientes	13 741 688	13 655 694
Total	<u>15 065 505</u>	<u>14 477 753</u>

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros.

### 11.1 Depósitos em entidades de crédito

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos em entidades de crédito apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Contas a prazo	352 226	135 318
Aquisições temporárias de activos	890 291	625 619
Outras contas	66 874	44 800
Cheques a cargo de outras entidades de crédito	14 305	14 668
Acertos por avaliação		
Juros adquiridos		
Entidades residentes	100	1 623
Entidades não residentes	21	31
Total	<u>1 323 817</u>	<u>822 059</u>

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

Do saldo dos activos adquiridos temporariamente a entidades de crédito, o Grupo tinha cedido, a 31 de Dezembro de 2009, um montante de 703 132 milhares de euros (2008: 618 737 milhares de euros) a entidades de crédito (Nota 19.2), administrações públicas (Nota 19.3) e a clientes, sendo o montante e valor pelo qual figuram registados no passivo de 702 331 milhares de euros (2008: 625 091 milhares de euros).



## 11.2 Crédito a clientes

A seguir, faz-se a discriminação destas epígrafes dos balanços consolidados em anexo, atendendo à modalidade e situação do crédito, bem como ao sector da contraparte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Por modalidade e situação do crédito:		
Carteira Comercial	651 821	772 258
Devedores com garantia real	9 901 146	9.515 988
Outros devedores a prazo	2 564 706	2.813 156
Arrendamentos financeiros	130 325	165 481
Comissões por garantias financeiras	5 981	6 923
Devedores à ordem e vários	184 135	209 094
Activos duvidosos	744 477	510 693
Acertos por avaliação	(440 903)	(337 899)
Total	<u>13 741 688</u>	<u>13 655 694</u>
Por sectores:		
Administrações públicas espanholas	350 510	330 790
Outros sectores residentes	13 079 490	12 975 012
Outros sectores não residentes	<u>311 688</u>	<u>349 892</u>
Total	<u>13 741 688</u>	<u>13 655 694</u>
Por modalidade da taxa de juro:		
Fixa	568 714	1 365 847
Variável	<u>13 172 974</u>	<u>12 289 847</u>
Total	<u>13 741 688</u>	<u>13 655 694</u>

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existiam operações de créditos de clientes afectos a operações de garantia.

Da mesma forma, a 31 de Dezembro de 2009, na epígrafe "Depósitos de clientes - obrigações a prazo" (Nota 19.3), são incluídos títulos hipotecários singulares no montante de 3 687 milhões de euros (em 2008: 3 090 milhões de euros) e na epígrafe "Débitos representados por valores negociáveis" (Nota 19.4) títulos hipotecários no montante de 300 milhões de euros (em 2008: 400 milhões de euros). Estes passivos emitidos pela Caja Duero contam com a garantia dos créditos com garantia real e das Administrações Públicas espanholas.

O detalhe dos arrendamentos financeiros concedidos, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Investimento total bruto em arrendamentos	267 678	307 900
Menos: amortizações de principal efectuadas	(137 353)	(142 419)
Valor real das cobranças mínimas a receber	<u>130 325</u>	<u>165 481</u>
Outras informações:		
- Valor residual não garantido reconhecido a favor do arrendador	5 936	7 090
- Rendimentos financeiros não adquiridos	93	206

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o Grupo não realizou titularizações de operações de crédito sobre clientes. Apesar disso, em exercícios anteriores, realizaram-se titularizações das quais a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo vivo ascende a 14 359 e 19 350 milhares de euros, respectivamente. O detalhe destes activos em função de se foram cancelados, ou não, de acordo com o critério descrito na Nota 3.j. é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Activos titularizados:		
Investimentos a crédito		
Cancelados	14 359	19 350
Não cancelados	-	-
Total	<u>14 359</u>	<u>19 350</u>

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante das operações titularizadas apresentava a seguinte discriminação:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Empréstimos hipotecários para habitação	<u>14 359</u>	<u>19 350</u>
Total	<u>14 359</u>	<u>19 350</u>

O detalhe dos acertos por avaliação efectuados sobre as operações classificadas como "Crédito a clientes" é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Acertos por avaliação:		
Correcções de valor por deterioração de activos	(467 185)	(368 631)
Juros adquiridos	64 934	69 519
Comissões, prémios e descontos na aquisição	<u>(38 652)</u>	<u>(38 787)</u>
Total	<u>(440 903)</u>	<u>(337 899)</u>

O movimento dos activos financeiros deteriorados que deram baixa no activo, por a sua recuperação ser considerada difícil, é o seguinte:

	Milhares de euros
Saldo a 31.12.07	<u>185 460</u>
Acréscimos	53 362
Recuperações	
Por cobranças em numerário sem financiamento adicional	(7 311)
Por adjudicação de activos	(5 292)
Baixas definitivas	
Por remissão	(6 343)
Por outras causas	(43 039)
Variação líquida por diferenças de câmbio	<u>2</u>
Saldo a 31.12.08	<u>176 839</u>
Acréscimos	63 939
Recuperações	
Por cobranças em numerário sem financiamento adicional	(11 664)
Por adjudicação de activos	(31 424)
Baixas definitivas	
Por remissão	(1 871)
Por outras causas	(1)
Variação líquida por diferenças de câmbio	<u>(1)</u>
Saldo a 31.12.09	<u>195 817</u>

O montante dos rendimentos financeiros obtidos durante o exercício de 2009, acumulados dos créditos a clientes deteriorados com uma antiguidade entre 1 e 3 meses foi de 272 milhares de euros (em 2008: 333 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2009, o Grupo tinha classificado riscos sub-padrão (ver Nota 3.i) no montante de 441 309 milhares de euros (2008: 415 857 milhares de euros).

A classificação dos activos deteriorados pendentes de cobrança em função da sua antiguidade é a seguinte:

*Exercício de 2009*

	Milhares de euros					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 18 meses	De 18 a 24 meses	Mais de 24 meses	
Operações sem garantia real	76 441	90 570	66 987	77 914	20 624	332 536
Operações com outra garantia real	59 526	114 422	58 676	25 358	17 074	275 056
Com garantia de penhor parcial	207	-	-	-	-	207
	<u>136 174</u>	<u>204 992</u>	<u>125 663</u>	<u>103 272</u>	<u>37 698</u>	<u>607 799</u>

	Milhares de euros					Total
	Até 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos	Mais de 6 anos	
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	133 085	2 748	845	-	-	136 678
Total						<u>744 477</u>

*Exercício de 2008*

	Milhares de euros					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 18 meses	De 18 a 24 meses	Mais de 24 meses	
Operações sem garantia real	148 123	50 835	24 455	8 871	4 800	237 084
Operações com outra garantia real	121 595	37 558	10 193	2 849	2 062	174 257
Com garantia de penhor parcial	20 606	-	-	-	-	20 606
	<u>290 324</u>	<u>88 393</u>	<u>34 648</u>	<u>11 720</u>	<u>6 862</u>	<u>431 947</u>

	Milhares de euros					Total
	Até 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos	Mais de 6 anos	
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	73 935	4 811	-	-	-	78 746
Total						<u>510 693</u>

Para além disso, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existem activos deteriorados por risco-país.

A classificação dos activos deteriorados pendentes de cobrança em função da sua antiguidade é a seguinte:

*Exercício de 2009*

	Milhares de euros			Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	
Operações sem garantia real		18 456	6 942	32 139
Operações com garantia real sobre habitações terminadas		13 853	3 793	19 235
Operações com outra garantia real		5 204	5 240	15 838
Com garantia de penhor parcial		-	-	-
		<u>37 513</u>	<u>15 975</u>	<u>67 212</u>

*Exercício de 2008*

	Milhares de euros			Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	
Operações sem garantia real	25 459	13 215	10 618	49 292
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	2 708	1 081	1 466	5 255
Operações com outra garantia real	11 353	3 417	2 989	17 759
Com garantia de penhor parcial	-	-	-	-
	<u>39 520</u>	<u>17 713</u>	<u>15 073</u>	<u>72 306</u>

## 11.3. Perdas por deterioração

O detalhe das perdas por deterioração contabilizadas pelo Grupo no fecho dos exercícios de 2009 e 2008 para os activos da carteira de Investimentos a Crédito é o seguinte:

<i>Exercício de 2009</i>	Milhares de euros			Total
	Específica	Genérica	Risco País	
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	173 683	194 948	-	368 631
Dotações com encargo nos resultados				
Determinadas individualmente	193 695	-	-	193 695
Determinadas colectivamente	-	7 027	-	7 027
Recuperação de dotações com depósito nos resultados	(1 582)	(40 237)	-	(41 819)
Utilização de saldos	(52 165)	(8 042)	-	(60 207)
Diferenças de câmbio	(1)	(141)	-	(142)
Saldo a 31.12.09	<u>313 630</u>	<u>153 555</u>	<u>-</u>	<u>467 185</u>
Dos quais:				
Em função da forma da sua determinação:				
Determinado individualmente	313 630	-	-	313 630
Determinado colectivamente	-	153 555	-	153 555
Em função da área geográfica de localização do risco:				
Espanha	298 534	148 929	-	447 463
Resto da Europa	15 096	4 626	-	19 722
Em função da natureza do activo coberto:				
Crédito a clientes	313 630	153 555	-	467 185

<i>Exercício de 2008</i>	Milhares de euros			Total
	Específica	Genérica	Risco País	
Saldo a 31.12.07	106 203	191 455	-	297 658
Dotações com encargo nos resultados				
Determinadas individualmente	112 538	-	-	112 538
Determinadas colectivamente	-	15 406	-	15 406
Recuperação de dotações com depósito nos resultados	(1 891)	(11 847)	-	(13 738)
Eliminação de saldos frustrados em relação a fundos constituídos	(43 164)	-	-	(43 164)
Diferenças de câmbio	(3)	(66)	-	(69)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	<u>173 683</u>	<u>194 948</u>	<u>-</u>	<u>368 631</u>
Dos quais:				
Em função da forma da sua determinação:				
Determinado individualmente	173 683	-	-	173 683
Determinado colectivamente	-	194 948	-	194 948
Em função da área geográfica de localização do risco:				
Espanha	166 522	189 498	-	356 020
Resto da Europa	7 161	5 450	-	12 611
Em função da natureza do activo coberto:				
Crédito a clientes	173 683	194 948	-	368 631

Ao 31 de Dezembro de 2009, a cobertura específica do risco de crédito incluía um montante de 43 202 milhares de euros por riscos incluídos na categoria de sub-padrão (em 2008: 37 100 milhares de euros).

O detalhe da rubrica "Perdas por deterioração - Investimentos a crédito" da conta de ganhos e perdas a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Dotações	200 637	127 944
Amortização de insolvências	1 591	4 549
Recuperação de activos frustrados	(1 913)	(3 082)
Restantes recuperações	(41 819)	(13 820)
Outros	-	645
Total	<u>158 496</u>	<u>116 236</u>

## 12. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A VENCIMENTO

O detalhe da carteira de investimento a vencimento, classificada em função da sua contraparte, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Entidades de crédito	77 858	65 140
Outros sectores residentes	2 986 997	903 867
Acertos por avaliação		
Correcções de valor por deterioração de activos	<u>(18 823)</u>	<u>(128)</u>
Total	<u>3 046 032</u>	<u>968 879</u>

A 31 de Dezembro de 2009, a carteira de investimento a vencimento inclui um saldo de 1 199 002 milhares de euros em títulos que foram transferidos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda em Março de 2009. Os ganhos ou perdas registados antes da transferência, como acerto por avaliação em património líquido, figuram no balanço juntamente com os correspondentes a activos disponíveis para venda, sendo que o seu saldo a 31 de Dezembro de 2009 era de 17 216 milhares de euros em menos-valias. Estas menos-valias serão transferidas para a conta de ganhos e perdas no prazo remanescente até ao vencimento dos vários títulos.

No exercício de 2008 não foram realizadas transferências entre activos incluídos nesta carteira nem em outras carteiras de activos financeiros.

Os juros obtidos não vencidos no exercício de 2009 dos valores representativos de dívida ascendem a 9 658 milhares de euros. Estes juros são incluídos como parte integrante do saldo desta epígrafe.

A 31 de Dezembro de 2009, esta epígrafe inclui obrigações de titularização, no montante de 2 566 148 milhares de euros, emitidos por fundos de titularização que têm subscrito depósitos a prazo (formalizados como títulos hipotecários privados) emitidos pela Caja Duero pelo mesmo montante.

Do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de investimento a vencimento, o Grupo tinha afectos a garantias, a 31 de Dezembro de 2009, um montante de 2 471 649 milhares de euros, correspondentes a um montante nominal de 2 479 348 milhares de euros que estavam afectos à apólice de financiamento do Banco de Espanha. Para além disso, a 31 de Dezembro de 2009, do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de investimentos a vencimento, a Entidade tinha cedido, a 31 de Dezembro de 2009, um montante de 330 427 milhares de euros, que estavam cedidos temporariamente a terceiros por um montante efectivo de 316 859 milhares de euros.

Os restantes prazos de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 do risco de liquidez.

O detalhe das perdas por deterioração do risco de crédito de instrumentos da carteira de investimento a vencimento, no fecho dos exercícios de 2009 e 2008, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Saldo inicial da provisão determinada colectivamente	128	-
Dotações incluídas nos resultados do exercício	3 056	128
Transferência de activos financeiros disponíveis para venda	<u>15 639</u>	<u>-</u>
Saldo final da provisão determinada colectivamente	<u><u>18 823</u></u>	<u><u>128</u></u>

### 13. DERIVADOS DE COBERTURA (ACTIVO E PASSIVO)

Os derivados designados como instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor, de acordo com o disposto na Nota 3.i.

O detalhe dos derivados de cobertura, por tipo de coberturas, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2009	2008	2009	2008
Micro-coberturas				
Coberturas de justo valor	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>	<u>7 620</u>	<u>14 853</u>
Total	<u><u>55 486</u></u>	<u><u>72 543</u></u>	<u><u>7 620</u></u>	<u><u>14 853</u></u>

Os derivados de cobertura correspondem a contratos de permutas financeiras para cobrir o risco da taxa de juro de depósitos a prazo, retirados aos clientes à taxa de juro fixa, e instrumentos de dívida comprados à taxa de juro fixa.



Em seguida, são detalhados, para os exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os valores hipotéticos e os justos valores dos derivados financeiros registados como "derivados de cobertura" classificados por tipo de mercado, tipo de produto, contraparte, prazo restante e tipo de risco:

	Milhares de euros					
	Hipotéticos		Justo valor			
	Contas de ordem		Activo		Passivo	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<u>Por tipos de mercado</u>						
Mercados Organizados	-	-	-	-	-	-
Mercados não Organizados	1 104 005	1 162 455	55 486	72 543	7 620	14 853
Total	<u>1 104 005</u>	<u>1 162 455</u>	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>	<u>7 620</u>	<u>14 853</u>
<u>Por tipos de produto</u>						
Permutas	1 104 005	1 162 455	55 486	72 543	7 620	14 853
Total	<u>1 104 005</u>	<u>1 162 455</u>	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>	<u>7 620</u>	<u>14 853</u>
<u>Por contraparte</u>						
Entidades de crédito. Residentes	467 800	513 750	17 164	36 175	862	6 483
Entidades de crédito. Não residentes	636 205	648 705	38 322	36 368	6 758	8 370
Total	<u>1 104 005</u>	<u>1 162 455</u>	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>	<u>7 620</u>	<u>14 853</u>
<u>Por prazo restante</u>						
Até 1 ano	230 000	58 450	13 882	11 242	41	417
Mais de 1 ano e até 5 anos	140 500	370 500	13 887	29 193	19	182
Mais de 5 anos	733 505	733 505	27 717	32 108	7 560	14 255
Total	<u>1 104 005</u>	<u>1 162 455</u>	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>	<u>7 620</u>	<u>14 853</u>
<u>Por tipo de riscos cobertos</u>						
Risco de taxa de juro	1 104 005	1 162 455	55 486	72 543	7 620	14 853
Total	<u>1 104 005</u>	<u>1 162 455</u>	<u>55 486</u>	<u>72 543</u>	<u>7 620</u>	<u>14 853</u>

Os ganhos e perdas dos derivados de cobertura e das rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, apresentaram o seguinte detalhe nos exercícios de 2009 e 2008:

	Milhares de euros	
	2009	2008
<u>Ganhos</u>		
Derivados de cobertura	29 444	27 001
Rubricas cobertas	-	10 287
	<u>29 444</u>	<u>37 288</u>
<u>Perdas</u>		
Derivados de cobertura	(7 759)	(37 169)
Rubricas cobertas	(21 453)	-
	<u>(29 212)</u>	<u>(37 169)</u>

#### 14. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES EM VENDA

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos não correntes em venda apresentam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros			
	2009		2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activo corpóreo adjudicado e outros investimentos imobiliários				
Custo	242 252	-	92 770	-
Correcções de valor por deterioração	(7 243)	-	-	-
Diode España, S.A.				
Activo Corpóreo	12 170	-	11 766	-
Fundo de Comércio de consolidação	1 410	-	5 790	-
Depósitos em entidades de crédito	4 525	21 101	515	27 373
Activos / Passivos financeiros	31 153	24 259	48 464	29 200
Passivos Fiscais	-	2 956	-	4 244
Restantes activos / passivos	<u>11 433</u>	<u>1 053</u>	<u>14 540</u>	<u>1 321</u>
Total	<u>295 700</u>	<u>49 369</u>	<u>173 845</u>	<u>62 138</u>

Durante os exercícios de 2009 e 2008, as adjudicações de activos procedentes da regularização de créditos não supuseram a liberação, contra a conta de ganhos e perdas do exercício, de deterioração ou provisões de risco de crédito previamente constituídas pelas operações regularizadas.

A 31 de Dezembro de 2009, o saldo de activos corpóreos adjudicados e outros investimentos imobiliários corresponde a 72% da inclusão do exercício de 2009, a 23% da inclusão do exercício de 2008 e, no que diz respeito ao restante, a 5% da inclusão de exercícios anteriores.

O Grupo possui taxações dos activos adjudicados e outros investimentos imobiliários, realizadas por profissionais independentes, de acordo com os seguintes detalhes:

	Milhares de euros		
	Valor líquido contável	Valor líquido contável dos activos avaliados por avaliador independente	Valor de taxaço dos activos avaliados por avaliador independente
- Exercício de 2009	235 009	233 921	282 551
- Exercício de 2008	92 770	74 473	82 647

Os avaliadores independentes utilizados durante os exercícios de 2009 e 2008 foram fundamentalmente a Tasaciones Inmobiliarias, S.A. (Tinsa) e a Técnicos en Tasación, S.A. (Tecnitasa). Os métodos de avaliação utilizados pelos avaliadores foram, essencialmente, o método de valor residual para os lotes e o método de comparação para as habitações.

A 31 de Dezembro de 2009, os activos que totalizam 90% do valor líquido contável dos activos adjudicados e outros investimentos imobiliários avaliados por avaliadores independentes correspondiam a taxações efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2009 (a 31 de Dezembro de 2008, os activos que totalizavam 97% do valor líquido contável dos activos avaliados por avaliadores independentes correspondiam a taxações efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2008).

Nos exercícios de 2009 e 2008, a participação na Diode España, S.A. (sociedade participada em 100% pelo Grupo) foi considerada como um activo não corrente em venda. A informação dos exercícios de 2009 e 2008 da Diode España, S.A. é incluída no Anexo I, sendo que o resultado dos exercícios de 2009 e 2008 ascendeu aos 3 805 milhares de euros e aos 110 milhares de euros de perdas e ganhos, respectivamente.

## 15. PARTICIPAÇÕES

Neste capítulo dos balanços consolidados, em anexo, inclui-se o valor contabilístico das acções de sociedades com uma participação directa ou indirecta da Caja Duero ou outras sociedades do Grupo, igual ou superior a 20%, e que se integram na consolidação pelo método da participação (Nota 2.c). No Anexo I indicam-se as percentagens de participação, directa e indirecta, e outra informação relevante das referidas sociedades.

O detalhe esta epígrafe dos balanços consolidados em anexo é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Entidades Associadas		
Valor teórico da participação	138 566	178 609
Fundos de comércio	92 418	114 165
Total	<u>230 984</u>	<u>292 774</u>

O detalhe do fundo de comércio é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	55 183	55 183
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	22 558	22 558
Aciturri Aeronáutica, S.L. (Nota 2.c.1)	-	20 853
Dibaq Dipotreg, S.A.	4 912	3 067
Outros	9 765	12 504
Total	<u>92 418</u>	<u>114 165</u>

Como indicado na Nota 3.m, no fecho dos exercícios de 2009 e 2008 avaliou-se a existência de possíveis deteriorações nos fundos de comércio, procedendo-se ao saneamento do valor não recuperável em relação à conta de ganhos e perdas.

No fecho dos exercícios de 2009 e 2008 a epígrafe "Participações", apresenta a seguinte composição, em função da admissão ou não para cotação dos títulos que a integram, bem como a percentagem que representam sobre o total:

	2009		2008	
	Milhares de euros	% sobre o total	Milhares de euros	% sobre o total
Com cotação	-	-	-	-
Sem cotação	<u>230 984</u>	<u>100</u>	<u>292 774</u>	<u>100</u>
Total	<u><u>230 984</u></u>	<u><u>100</u></u>	<u><u>292 774</u></u>	<u><u>100</u></u>

No Anexo I está incluído o detalhe das participações, assim como os dados mais relevantes das mesmas a 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, esta epígrafe dos balanços consolidados em anexo experimentou os seguintes movimentos:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Saldo inicial	292 774	210 358
Inclusões	5 959	90 184
Baixas	(28 125)	-
Saneamentos	(3 740)	(7 700)
Acertos de consolidação e outros	<u>(35 884)</u>	<u>(68)</u>
Saldo final	<u><u>230 984</u></u>	<u><u>292 774</u></u>

O detalhe das transacções mais significativas ocorridas nesta epígrafe durante os exercícios de 2009 e 2008 é o seguinte:

- Durante o exercício de 2009 as inclusões mais significativas foram: desembolsos na Blindados Grupo Norte, S.A. no montante de 2 739 milhares de euros, aumentando-se a participação até aos 24,26% (em 2008 possuía-se 23,24%); tomada de posse de 21,47% da Numzaan, S.L., por um montante de 10 733; e inclusões de 25% na Inmobiliaria CHDOM e de 25,00% na Inmobiliaria CHDOR.
- Durante o exercício de 2009 as baixas mais significativas foram a descida na participação da Aries Complex, S.A. e da Fonteduro, S.A. (ver Nota 2.c) que possuíam valores consolidados, a 31 de Dezembro de 2008, no montante de 27 296 milhares de euros e de 829 milhares de euros, respectivamente. Estas descidas não supuseram resultados na conta consolidada de ganhos e perdas do exercício de 2009.

- Durante o exercício de 2008, as inclusões mais significativas na carteira de participações foram as seguintes: transferência, a partir da carteira de empresas do grupo, da participação não vendida da Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. e Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. por um montante de 26 004 milhares de euros; transferência, a partir da carteira de activos disponíveis para venda, da participação na Blindados Grupo Norte, S.A. (23,23%) pelo montante de 5 480 milhares de euros; aquisição de uma participação na Metales Extruidos, S.L. (20%) com um custo de aquisição de 14 500 milhares de euros; aquisição de uma participação na Industrias Derivadas del Aluminio, S.L. (25,9%), com um custo de aquisição de 39 100 milhares de euros; e a aquisição de uma participação na Qualia Lácteos, S.L. (26,47%), com um custo de aquisição de 4 500 milhares de euros.
- Durante o exercício de 2008, não ocorreram baixas significativas na carteira de participações associadas.

## 16. ACTIVO CORPÓREO

O detalhe desta epígrafe dos balanços consolidados, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Uso próprio	424 106	414 489
Investimentos Imobiliários	161 903	165 217
Outros activos do Grupo	40	2
Afecto à obra social (Nota 25)	19 177	19 322
Total	<u>605 226</u>	<u>599 030</u>

Durante o exercício de 2008 não se registaram correcções de valor por deterioração do activo corpóreo. No exercício de 2009 registou-se uma deterioração de 5 000 milhares de euros na epígrafe de "Investimentos imobiliários".

A inclusão mais significativa ocorrida no imobilizado durante o exercício de 2008 foi a aquisição de um edifício de escritórios em Méndez Álvaro, Madrid, com um custo de aquisição de 55 817 milhares de euros.

Fazendo parte do saldo líquido, a 31 de Dezembro de 2009, do activo corpóreo, existem rubricas de um montante aproximado de:

- 2 738 milhares de euros (2 965 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2008) correspondentes ao imobilizado corpóreo propriedade do Grupo radicado fora de Espanha.
- 4 299 milhares de euros (4 375 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2008) correspondentes a um imobilizado corpóreo para uso próprio, que a Entidade dominante adjudicou no processo de recuperação de quantidades que lhe são devidas por terceiros.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo não tinha qualquer compromisso firme de compra ou venda de imobilizado de montante significativo, nem imobilizado corpóreo que se encontrasse temporariamente fora de serviço.

### Uso próprio

O detalhe desta epígrafe dos balanços consolidados e os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2009 e 2008, nesta epígrafe, são mostrados a seguir:

Exercício de 2009	Milhares de euros				
	Equipamento Informático	Mobiliário, Instalações e Outros	Edifícios	Obras em curso	Total
<u>Valor de Custo (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31.12.08	52 644	121 639	390 518	13 031	577 832
Inclusões	1 379	1 423	2 760	23 620	29 182
Baixas	(138)	(3 831)	(1 502)	-	(5 471)
Transferências	-	2 962	4 423	(11 688)	(4 303)
Saldo a 31.12.09	<u>53 885</u>	<u>122 193</u>	<u>396 199</u>	<u>24 963</u>	<u>597 240</u>
<u>Amortização Acumulada (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31.12.08	47 634	85 217	36 058	-	168 909
Inclusões	2 138	6 314	3 625	-	12 077
Baixas	(133)	(2 299)	(354)	-	(2 786)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.09	<u>49 639</u>	<u>89 232</u>	<u>39 329</u>	<u>-</u>	<u>178 200</u>
Valor líquido a 31.12.09 (Caja Duero)					419 040
Imobilizado de uso próprio das restantes sociedades do grupo					<u>5 066</u>
Total					<u>424 106</u>

Exercício de 2008	Milhares de euros				
	Equipamento Informático	Mobiliário, Instalações e Outros	Edifícios	Obras em curso	Total
<u>Valor de Custo (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31.12.07	52 113	117 390	385 140	7 499	562 142
Inclusões	962	1 603	8 386	74 823	85 774
Baixas	(431)	(722)	(1 198)	-	(2 351)
Transferências	-	3 368	(1 810)	(69 291)	(67 733)
Saldo a 31.12.08	<u>52 644</u>	<u>121 639</u>	<u>390 518</u>	<u>13 031</u>	<u>577 832</u>
<u>Amortização Acumulada (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31.12.07	45 818	79 174	32 909	-	157 901
Inclusões	2 245	6 597	3 619	-	12 461
Baixas	(429)	(554)	(231)	-	(1 214)
Transferências	-	-	(239)	-	(239)
Saldo a 31.12.08	<u>47 634</u>	<u>85 217</u>	<u>36 058</u>	<u>-</u>	<u>168 909</u>
Valor líquido a 31.12.08 (Caja Duero)					408 923
Imobilizado de uso próprio das restantes sociedades do grupo					<u>5 566</u>
Total					<u>414 489</u>

## Investimentos imobiliários, arrendamentos operacionais e afectos à obra social

O detalhe destas epígrafes dos balanços consolidados e os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2009 e 2008, nestas epígrafes, são mostrados a seguir:

	Milhares de euros				Total
	Investimentos Imobiliários		Afecto à Obra Social		
	Edifícios	Terrenos, parcelas e lotes	Mobiliários e Instalações	Imóveis	
<u>Valor de Custo</u>					
Saldo a 31.12.07	118 864	2 248	8 733	24 559	154 404
Inclusões	336	-	730	219	1 285
Baixas	(9 765)	(14)	-	-	(9 779)
Transferências	67 733	-	-	-	67 733
Saldo a 31.12.08	177 168	2 234	9 463	24 778	213 643
Inclusões	309	-	217	373	899
Baixas	(1 360)	-	-	-	(1 360)
Transferências	4 303	-	-	-	4 303
Saldo a 31.12.09	180 420	2 234	9 680	25 151	217 485
<u>Amortização Acumulada</u>					
Saldo a 31.12.07	12 865	-	6 876	7 320	27 061
Inclusões	1 146	-	316	411	1 873
Baixas	(65)	-	-	(4)	(69)
Transferências	239	-	-	-	239
Saldo a 31.12.08	14 185	-	7 192	7 727	29 104
Inclusões	6 723	-	321	414	7 458
Baixas	(157)	-	-	-	(157)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.09	20 751	-	7 513	8 141	36 405
Valor líquido a 31.12.08	162 983	2 234	2 271	17 051	184 539
Valor líquido a 31.12.09	159 669	2 234	2 167	17 010	181 080

O Grupo possui taxações, realizadas por profissionais independentes, dos investimentos imobiliários, segundo os seguintes detalhes:

	Milhares de euros		
	Valor líquido contável	Valor líquido contável dos activos avaliados por avaliador independente	Valor taxação dos activos avaliados por avaliador independente
- Exercício de 2009	161 903	124 094	139 126
- Exercício de 2008	165 217	77 975	81 594

Os avaliadores independentes utilizados durante os exercícios de 2009 e 2008 foram fundamentalmente a Tasaciones Inmobiliarias, S.A. (Tinsa) e a Técnicos en Tasación, S.A. (Tecnitasa). Os métodos de avaliação utilizados pelos avaliadores foram, essencialmente, o método de valor residual para os lotes e o método de comparação para as habitações.

A 31 de Dezembro de 2009, os activos que totalizam 90% do valor contabilístico líquido dos investimentos imobiliários avaliados por avaliadores independentes correspondiam a taxações efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2009 (a 31 de Dezembro de 2008, todos os activos avaliados por avaliadores independentes correspondiam a taxações efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2008).

## 17. ACTIVOS INCORPÓREOS

A composição desta epígrafe dos balanços consolidados em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Fundos de comércio	1 540	1 540
Outros Activos incorpóreos	831	728
Total	<u>2 371</u>	<u>2 268</u>

Não há activos incorpóreos de montante significativo com restrições de uso ou titularidade nem com vida útil indefinida. Durante os exercícios de 2009 e 2008, não foi necessário registar perdas por deterioração para estes activos.



## 18. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A composição do saldo destes capítulos do activo e do passivo dos balanços consolidados em anexo, para os exercícios de 2009 e 2008, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
<u>Restantes activos:</u>		
Existências		
Custo amortizado	79 210	43 823
Periodizações	10 478	10 317
Restantes		
Operações a decorrer	1 907	1 904
Outros conceitos	14 476	25 789
Total	<u>106 071</u>	<u>81 833</u>
<u>Restantes passivos:</u>		
Periodizações	15 748	24 000
Restantes		
Operações a decorrer	391	512
Outros conceitos	323	518
Total	<u>16 462</u>	<u>25 030</u>

O detalhe das existências é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Promoções imobiliárias (a)	68 291	29 553
Comerciais (b)	10 919	14 270
Total	<u>79 210</u>	<u>43 823</u>

- (a) Corresponde a promoções imobiliárias das sociedades do grupo Rochduero, S.L., Alqunia Duero, S.L., Lares Val del Ebro, S.A
- (b) Correspondem a existências comerciais da sociedade Marcos Sotoserrano, S.L.

O Grupo possui taxações, realizadas por profissionais independentes, das existências correspondentes a promoções imobiliárias, segundo os seguintes detalhes:

	Milhares de euros		
	Valor líquido contável	Valor líquido contável dos activos avaliados por avaliador independente	Valor de taxação dos activos avaliados por avaliador independente
- Exercício de 2009	68 291	54 659	57 057
- Exercício de 2008	29 553	16 551	32 626

Os avaliadores independentes utilizados durante os exercícios de 2009 e 2008 foram fundamentalmente a Tasaciones Inmobiliarias, S.A. (Tinsa) e a Thirsa. Os métodos de avaliação utilizados pelos avaliadores foram, essencialmente, o método de valor residual para os lotes e o método de comparação para as habitações. Todas as taxações utilizadas têm uma data posterior a 1 de Janeiro de 2009).

## 19. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O detalhe deste capítulo do passivo dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Depósitos em outros bancos centrais	1 813.890	684 047
Depósitos de entidades de crédito	1 056 645	1 567 810
Depósitos de clientes	14 581 402	15 040 145
Débitos representados por valores negociáveis	1 544 508	1 383 820
Passivos subordinados	649 540	382 489
Outros passivos financeiros	49 531	57 245
Total	<u>19 695 516</u>	<u>19 115 556</u>

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não se realizaram transferências de passivos incluídos nesta epígrafe para outras carteiras de passivos financeiros.

A Assembleia Geral da Caja Duero, na sua sessão celebrada a 18 de Dezembro de 2009, acordou autorizar o Conselho de Administração da Entidade, para que possa, em uma ou várias vezes, directamente através da Entidade ou através de Sociedades do seu Grupo e, se for caso disso, com outorgamento de garantia plena pela Caja, levar a cabo a emissão de obrigações subordinadas, acções preferenciais, títulos, obrigações e participações hipotecárias, promissórias, obrigações de tesouraria, obrigações de caixa e quaisquer classes de valores representativos de um empréstimo, bem como a titularização de direitos de cobrança, nas condições, e no momento que o Conselho de Administração considere oportuno, e nos montantes que se estimem convenientes, dentro dos limites legais vigentes para cada instrumento, e dentro dos seguintes limites quantitativos:

- Financiamento subordinado: até ao limite máximo de 300 milhões de euros.
- Acções preferenciais: até 225 milhões de euros.
- Outros valores representativos de uma dívida não computáveis: até 3 000 milhões de euros.
- Programas de promissórias: até um saldo vivo nominal máximo de 2 500 milhões de euros.
- Titularização de direitos de cobrança: até 3 000 milhões de euros.

#### 19.1 Depósitos em outros bancos centrais

A composição da epígrafe "Depósitos de bancos centrais" dos balanços é a seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Banco de Espanha		
Depósitos	1 809 520	679 203
Acertos por avaliação		
Juros adquiridos	<u>4 370</u>	<u>4 844</u>
	<u>1 813 890</u>	<u>684 047</u>

## 19.2 Depósitos de entidades de crédito

O detalhe desta epígrafe do passivo dos balanços consolidados em função da natureza do instrumento é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Contas a prazo	549 413	439 105
Cessão temporária de activos	415 071	1 064 696
Outras contas	89 007	51 206
Acertos por avaliação		
Juros adquiridos		
Entidades residentes	3 184	12 807
Entidades não residentes	-	14
Custos de Transacção	(30)	(18)
Total	<u>1 056 645</u>	<u>1 567 810</u>

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

## 19.3 Depósitos de clientes

A composição deste capítulo dos balanços consolidados em anexo, atendendo à contraparte e tipo de passivo financeiro, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Por contraparte e tipo de instrumento financeiro:		
Administrações públicas espanholas	403 102	386 442
Outros sectores residentes		
Depósitos à ordem		
Contas correntes	2 284 817	2 027 614
Contas poupança	2 686 090	1 837 517
Dinheiro electrónico	28	29
Outros fundos à ordem	9 638	23 831
Depósitos a prazo		
Obrigações a prazo	7 888 474	8 947 516
Contas poupança - habitação	47 094	43 019
Passivos financeiros híbridos	213 871	276 520
Depósitos recebidos por resseguro	2 656	2 526
Outros fundos a prazo	7 770	6 605
Cessão temporária de activos	776 424	1 166 586
Acertos por avaliação	80 339	127 216
Administrações públicas não residentes	6 641	1 867
Outros sectores não residentes	<u>174 458</u>	<u>192 857</u>
Total	<u>14 581 402</u>	<u>15 040 145</u>

A 31 de Dezembro de 2009, a epígrafe "Obrigações a prazo" inclui títulos hipotecários privados emitidos pela Caja Duero no montante de 3 537 000 milhares de euros (2008: 3 090 000 milhares de euros) e cédulas territoriais no montante de 150 000 milhares de euros (em 2008 não foram emitidas cédulas territoriais).

A 31 de Dezembro de 2009, a epígrafe "Administrações Públicas" inclui cessões temporárias de activos no montante de 101 788 milhares de euros (2008: 29 989 milhares de euros).

Os restantes prazos de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

#### 19.4 Débitos representados por valores negociáveis

Nesta epígrafe inclui-se o montante das obrigações e outras dívidas representadas por valores negociáveis ao portador ou à ordem, diferentes dos que têm natureza de passivos subordinados. Também se inclui o componente que seja considerado passivo financeiro dos valores emitidos que sejam instrumentos financeiros compostos.

A composição deste capítulo do balanço em anexo, atendendo ao tipo de passivo financeiro, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Por tipo de passivo financeiro:		
Promissórias e efeitos	521 175	745 895
Títulos hipotecários		
Emitidos	300 000	400 000
Menos: subscritos por empresas do grupo	-	(1 283)
Outros valores não conversíveis	720 000	220 000
Acertos por avaliação		
Juros adquiridos	14 817	19 819
Custos de Transacção	(11 368)	(264)
Prémios/descontos na emissão	(116)	(347)
Total	<u>1 544 508</u>	<u>1 383 820</u>

O detalhe das emissões pendentes de vencimento a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Taxa de Juro	Data de Amortização	Milhares de euros	
			Valor Nominal	Montante subscrito
<u>31.12.09</u>				
Promissórias de empresas: quinto programa	0,420% – 2,296%	Nov. - 2010	525 490	521 175
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero III	Euribor 6m + 0,10%	29/06/2012 (a)	50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero IV	Euribor 6m + 0,10%	29/09/2012 (b)	50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero V	6,5%	29.06.2010	150 000	150 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero VI	2,847%	28.06.2013	50 000	50 000
Obrigações Simples Caja Duero I, 2008	6,625%	30.06.2010	220 000	220 000
1ª Emissão de Obrigações Simples Aval do Estado	2,1%	03.12.2010	150 000	150 000
2ª Emissão de Obrigações Simples Aval do Estado	3,125%	19.06.2012	180 000	180 000
3ª Emissão de Obrigações Simples Aval do Estado	3,235%	19.06.2012	50 000	50 000
4ª Emissão de Obrigações Simples Aval do Estado	Euribor 6m + 0,48%	09.07.2012	10 000	10 000
5ª Emissão de Obrigações Aval do Estado	2,451%	09.10.2012	110 000	110 000

31.12.08

Promissórias de empresas: terceiro programa	4,527% – 4,669%	Jan. 09	15 950	15 254
Promissórias de empresas: quarto programa	2,397% – 5,530%	Nov. 09	749 241	730 641
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero I	Euribor 6m + 0,10%	29.10.2009	50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero II	Euribor 6m + 0,10%	29.12.2009	100 000	100 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero III	Euribor 6m + 0,10% (c)	29/06/2012 (a)	50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero IV	Euribor 6m + 0,10% (d)	29/09/2012 (b)	50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero V	6,5%	29.06.2010	150 000	150 000
Obrigações Simples Caja Duero I, 2008	6,625%	30.06.2010	220 000	220 000

(a) A emissão será amortizada ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, passados três anos da referida data, ou seja, a partir de 29/06/2010, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.

(b) A emissão será amortizada ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, passados três anos da referida data, ou seja, a partir de 29.09.10, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.

(c) Até Junho de 2008, a taxa de juro foi de 4,25%. A partir da referida data, a taxa de juro será a Euribor a 6 meses + 0,10%, revista trimestralmente.

(d) Até Setembro de 2008, a taxa de juro foi de 4,25%. A partir da referida data, a taxa de juro será a Euribor a 6 meses + 0,10%, revista trimestralmente.

Os valores nominais unitários das séries de Títulos Hipotecários ascendem aos 1 000 euros, exceptuando os da série de Títulos Hipotecários Caja Duero VI cujo valor nominal ascende aos 50 000 euros, e o valor nominal unitário das Obrigações Simples aos 50 000 euros.

#### 19.5 Passivos subordinados

Esta epígrafe está incluída na carteira de "Passivos financeiros ao custo amortizado" e inclui o montante dos financiamentos recebidos, qualquer que seja a forma de instrumentação que, para efeitos de prioridade de créditos, se situe atrás dos credores ordinários.

A composição deste capítulo do balanço em anexo, atendendo ao tipo de passivo financeiro e às contrapartes, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Débitos representados por valores negociáveis subordinados		
Não conversíveis	582 500	282 500
Acções preferenciais "Caja Duero Capital, S.A."	66 143	100 039
Acertos por avaliação		
Juros adquiridos	1 183	346
Custos de Transacção	<u>(286)</u>	<u>(396)</u>
Total	<u><u>649 540</u></u>	<u><u>382 489</u></u>

Estas emissões, realizadas pela Caja Duero, adaptam-se ao indicado na Lei 13/1985, de 25 de Maio, e ao Real Decreto 1370/1985, de 1 de Agosto, pelo que, para efeitos de prioridade de créditos, situam-se atrás dos credores ordinários, e nos casos de acções preferenciais, suspendendo-se o pagamento de juros quando a conta de resultados não tiver um "lucro distribuível" suficiente no último exercício fiscal fechado ou não supere os limites impostos pela norma bancária sobre recursos próprios existentes a cada momento.

O saldo de débitos representados por valores negociáveis subordinados corresponde às emissões de obrigações subordinadas realizadas pelo Grupo com o seguinte detalhe a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	Taxa de juro	Data de amortização	Valor nominal	Milhares de euros	
				Subscrito a	
				31/12/09	31/12/08
Emissão de Obrigações Subordinadas Caja Duero 2006 – 3ª Emissão	Euribor 3m + 0,40% (a)	30.06.15 (b)	150 000	150 000	150 000
Emissão de Obrigações Subordinadas Caja Duero 2008 - 4ª Emissão	Euribor 3 m + 4,00 (c)	19.12.2018 (d)	132 500	132 500	132 500
Emissão de Obrigações Subordinadas Caja Duero 2009 - 5ª Emissão	Euribor 3m + 4,10% (e)	28.09.2019 (f)	200 000	200 000	-
Emissão de Acções Preferenciais Caja Duero 2009	Euribor 3m + 7,75%	Perpétua (g)	100 000	100 000	-

- (a) Até Junho de 2010, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 0,40%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 0,90%.
- (b) Esta emissão era amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, passados cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 30.06.10, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.
- (c) Até Dezembro de 2013, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 4,00%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 4,50%.
- (d) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, passados cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 19.12.13, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.
- (e) Até Dezembro de 2014, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 4,10%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 4,60%.
- (f) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, passados cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 28.09.14, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.
- (g) Esta emissão não tem data de amortização determinada, uma vez que se trata de uma emissão de carácter perpétuo. No entanto, passados cinco anos após a última data de emissão e desembolso, ou seja, a partir de 25.05.2014, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.

Os valores nominais unitários das obrigações subordinadas Caja Duero 2005 e Caja Duero 2008 ascendem aos 50 000 euros, e os valores nominais unitários das obrigações subordinadas Caja Duero 2009 aos 1 000 euros. Os valores nominais unitários das acções preferenciais ascendem aos 100 euros.



As acções preferenciais "Caja Duero, S.A." correspondem à emissão realizada a 29 de Dezembro de 2003 pela sociedade do grupo. Todas as acções são da mesma classe (Série A) e não outorgam direitos políticos. A 31 de Dezembro de 2009, o número de acções em circulação era de 66 134 (2008: 100 000 acções), que correspondiam a um valor nominal de 66 134 milhares de euros (2008: 100 000 milhares de euros de valor nominal).

As características mais relevantes das Acções Preferenciais são as seguintes:

Montante inicial da emissão:	100 000 milhares de euros).
Valor nominal unitário:	1 000 euros.
Dividendo:	<p>Dividendo prioritário não cumulativo. A taxa de juro, que será paga trimestralmente, variável indexada à Euribor a três meses mais uma margem de 1,85%. As datas de liquidação de juros são os dias 29 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro.</p> <p>O pagamento destes dividendos está condicionado à existência de resultados distribuíveis suficientes (conforme definição no prospecto de emissão) e as limitações impostas pela legislação espanhola sobre recursos próprios das entidades de crédito.</p>
Amortização:	As acções preferenciais têm carácter perpétuo. No entanto, o emissor está autorizado a acordar a amortização das acções a partir do quinto ano a partir da data de desembolso, com prévia autorização do Banco de Espanha e do fiador (Caja de Ahorros de Salamanca y Soria)

De acordo com as condições da emissão, a Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, como sociedade-mãe da emissora, garante o pagamento dos dividendos adquiridos e não distribuídos. Além disso, as acções contam com a garantia solidária e irrevogável da sociedade-mãe.

A Caja Duero Capital, S.A., cuja sede se situa na rua Marqués de Villamagna, 6, 28001 Madrid, tem um capital social constituído por 100 acções ordinárias nominativas, com um valor nominal de 602 euros cada uma, integralmente subscritas e desembolsadas pela Caja de Ahorros de Salamanca e Soria. Dado que as Acções Preferenciais não têm direitos políticos, todos os direitos de voto na filial estão agregados às acções ordinárias propriedade da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria.

## 19.6 Outros passivos financeiros

Todos os passivos financeiros registados nesta epígrafe do balanço consolidado em anexo encontram-se classificados na carteira de "Passivos financeiros ao custo amortizado" pelo que são avaliados pelo seu custo amortizado. Inclui o montante das obrigações a pagar com natureza de passivos financeiros, não incluídas em outras rubricas.

O detalhe de outros passivos financeiros agrupados por tipo de instrumento financeiro é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Obrigações a Pagar	7 801	14 303
Fianças recebidas	1 041	537
Contas de Cobrança	30 737	38 569
Garantias Financeiras (*)	6 257	-
Outros conceitos	3 695	3 836
Total	<u>49 531</u>	<u>57 245</u>

(\*) Em 2008, o saldo de "Garantias financeiras era de 6 966 milhares de euros, e encontravam-se registadas na epígrafe "Restantes Passivos" do passivo do balanço.

## 19.7 Informação requerida pela Lei 2/1981, de 25 de Março, do Regulamento do Mercado Hipotecário e pelo Real Decreto 716/2009, de 24 de Abril, no qual se desenvolvem alguns pontos desta Lei.

Na qualidade de emissor de títulos hipotecários (o Grupo não possui emissões de obrigações hipotecárias ou acções hipotecárias emitidas pendentes de vencimento no fecho dos exercícios de 2009 e 2008), a seguir apresenta-se alguma informação relevante, cuja discriminação nas contas anuais é requerida pelas normas do mercado hipotecário.

O Grupo dispõe de políticas e procedimentos expressos, que abarcam todas as actividades realizadas no âmbito das emissões do mercado hipotecário, que asseguram o rigoroso cumprimento das normas do mercado hipotecário aplicáveis a estas actividades.

A Caja Duero é a única entidade do Grupo que emite títulos hipotecários.

Estes títulos hipotecários são valores cujo capital e juros estão especialmente assegurados, sem necessidade de inscrição de registo, por hipoteca acima de todas as que, a qualquer momento, estejam inscritas a favor da Caja. Os títulos emitidos pela Caja não têm afectos outros activos de substituição.

Os títulos hipotecários contêm o direito assegurado do seu possuidor perante a Caja, como indicado no parágrafo anterior, e têm anexada a execução para, após o seu vencimento, reclamar o pagamento ao emissor. Os possuidores dos referidos títulos têm o carácter de credores com a preferência especial assinalada no número 3 do artigo 1 923 do Código Civil perante qualquer outro credor, no que diz respeito à totalidade dos empréstimos e dos créditos hipotecários inscritos a favor do emissor. Os possuidores de títulos, independentemente da sua data de emissão, têm a mesma prioridade sobre os empréstimos e créditos que as asseguram.

Em caso de concurso, os possuidores de títulos hipotecários teriam o privilégio especial estabelecido no número 1 da secção 1 do artigo 90 da Lei Concursal 22/2003, de 9 de Julho. Sem prejuízo do anteriormente referido, seriam efectuados durante o concurso, de acordo com o previsto no número 7 da secção 2 do artigo 84 da Lei Concursal 22/2003, de 9 de Julho, e como créditos face à massa, os pagamentos correspondentes à amortização de capital e juros de títulos hipotecários emitidos e pendentes de amortização, à data de solicitação do concurso, até ao montante dos rendimentos recebidos pelo insolvente através de empréstimos e créditos hipotecários.

Se, por um desfasamento temporário, os rendimentos recebidos pelo insolvente forem insuficientes para cobrir os pagamentos mencionados no parágrafo anterior, a administração concursal deveria realizar acções de financiamento para cumprir a ordem de pagamento aos possuidores de títulos, substituindo-se o financiador destes.

Caso fosse necessário proceder-se de acordo com o referido no número 3 do artigo 155 da Lei Concursal 22/2003, de 9 de Junho, o pagamento a todos os titulares de títulos emitidos pelo emissor seria efectuado pro rata, independentemente das datas de emissão dos seus títulos.

A seguir apresenta-se o valor nominal dos títulos de mercado hipotecário emitidos pela Caja e vivos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, agrupados por classes, e com indicação de emissão em oferta pública:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Títulos hipotecários	3 837 000	3 490 000
Dos quais: emitidos em oferta pública	250 000	400 000

A seguir, apresenta-se o valor nominal do total dos empréstimos e dos créditos hipotecários da Caja, assim como daqueles que se tornam ilegíveis de acordo com o disposto na norma aplicável para efeitos de cálculo do limite de emissão de títulos hipotecários:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Valor nominal da carteira de empréstimos e de créditos hipotecários pendentes de amortização	10 311 539	9 771 226
Valor nominal dos empréstimos ou créditos hipotecários pendentes, considerados ilegíveis de acordo com o artigo 3 do Real Decreto 716/2009, de 24 de Abril, para efeitos de cálculo do limite de emissão dos títulos hipotecários.	6 479 301	6 129 960

Por outro lado, a seguir apresenta-se alguma informação relativa à qualidade do crédito dos empréstimos hipotecários ilegíveis afectos às emissões de títulos hipotecários da Caja a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

- a) Relação entre o saldo pendente de cobrança (principal e juros adquiridos e pendentes de cobrança, registados ou não) dos créditos e empréstimos hipotecários ilegíveis e o último justo valor das garantias afectas aos empréstimos e créditos (LTV):

	Milhares de euros	
	2009	2008
Operações com LTV inferior a 50%	2 415 032	2 293 329
Operações com LTV entre 50% e 80%	4 064 269	3 836 631
Operações com LTV entre 80% e 100%	-	-
Total	6 479 301	6 129 960

- b) Classificação do saldo pendente de cobrança (principal e juros adquiridos, registados ou não registados, pendentes de cobrança) dos créditos e empréstimos hipotecários ilegíveis atendendo à sua classificação segundo as categorias estabelecidas no Anexo IX da Circular 4/2004 do Banco de Espanha:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Operações classificadas como risco normal	6 366 555	6 027 566
Operações classificadas como risco duvidoso ou por outros motivos que não a morosidade	1 194	1 158
Operações classificadas como risco duvidoso por outros motivos que não a morosidade	111 552	101 236
Riscos frustrados	-	-
<b>Total</b>	<b>6 479 301</b>	<b>6 129 960</b>

## 20. PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS E ACTIVOS POR RESSEGUROS

A discriminação dos "Passivos por contratos de seguros" dos balanços consolidados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Provisão para prémios não consumidos e riscos em curso	16 119	15 488
Provisão para prestações	7 346	6 697
<b>Total</b>	<b>23 465</b>	<b>22 185</b>

A discriminação dos "Activos por resseguros" do balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Provisão para prémios não consumidos e riscos em curso	3 721	3 575
Provisão para prestações	2 138	1 828
<b>Total</b>	<b>5 859</b>	<b>5 403</b>

## 21. PROVISÕES

### Fundo para pensões e obrigações similares

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos do balanço consolidado que reflectiam saldos por fundos de pensões e obrigações similares apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Fundo de pensões RD 1588/1999 exteriorizado		
Resto exteriorizado	1 399	2 161
Fundo de pensões RD 1588/1999 resto	26 508	28 628
Outros compromissos	67 945	82 242
<b>Total</b>	<b>95 852</b>	<b>113 031</b>

Os seguros vinculados a pensões foram contratados pela Caja Duero com a sociedade do grupo "Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A.".

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os compromissos por pensões e obrigações similares da Caja Duero apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros				
	Prestação definida			Contribuição definida	
	RD 1588/99			RD	
<u>Exercício de 2009</u>	Exteriorizados	Internos	Resto	1588/99	Resto
Compromissos por pensões causadas	12 329	26 508	65 061	-	-
Riscos por pensões não causadas					
- adquiridos	3 745	-	-	-	-
- não adquiridos	236	-	-	-	-
<b>Compromissos adquiridos a cobrir</b>	<b>16 074</b>	<b>26 508</b>	<b>65 061</b>	<b>120 755</b>	<b>-</b>
Coberturas dos compromissos a cobrir					
- Com planos de pensões	8 001	-	-	101 594	-
- Com apólices de seguro de ent. Associadas	6 674	-	-	-	-
- Com apólices de seguro de outras entidades	-	-	-	19 161	-
- Com fundos de pensões internos	1 399	26 508	65 061	-	-
<b>Total das Coberturas</b>	<b>16 074</b>	<b>26 508</b>	<b>65 061</b>	<b>120 755</b>	<b>-</b>

	Milhares de euros				
	Prestação definida			Contribuição definida	
	RD 1588/99		Resto	RD 1588/99	
	Exteriorizados	Internos			Resto
<u>Exercício de 2008</u>					
Compromissos por pensões causadas	12 917	28 628	79 096	-	-
Riscos por pensões não causadas					
- adquiridos	3 745	-	-	-	-
- não adquiridos	269	-	-	-	-
Compromissos adquiridos a cobrir	<u>16 662</u>	<u>28 628</u>	<u>79 096</u>	<u>113 778</u>	<u>3</u>
Coberturas dos compromissos a cobrir					
- Com planos de pensões	8 187	-	-	94 112	-
- Com apólices de seguro de ent. Associadas	6 314	-	-	-	-
- Com apólices de seguro de outras entidades	-	-	-	19 666	3
- Com fundos de pensões internos	<u>2 161</u>	<u>28 628</u>	<u>79 096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total das Coberturas	<u>16 662</u>	<u>28 628</u>	<u>79 096</u>	<u>113 778</u>	<u>3</u>

As principais hipóteses adoptadas nos estudos actuariais, realizados por peritos profissionais independentes, utilizados para quantificar os compromissos de prestação definida (RD 1588/99: Planos 1 e 2; Resto: não afecto ao RD 1588/99) foram:

	2009	2008
1) Tabelas de mortalidade		
- Plano 1	PERMF2000C / GRMF- 95	PERMF2000C / GRMF- 95
- Plano 2	GRMF-95	GRMF-95
- Resto	GRMF-95	GRMF-95
2) Taxa de actualização (*)		
- Plano 1	4,05%- 2,5%	4,05% - 2,5%
- Plano 2	4,05% - 2,0%	4,05% - 2,0%
- Resto	3,26% - 2,22%	4,31% - 3,87%
3) Taxa de crescimento de salários		
- Plano 1 e Plano 2	2,5%	2,5%
- Resto	2,5%	2,5% - 0%
4) Taxa de crescimento de bases de cotação		
- Plano 1 e Plano 2	1,5%	1,5%
- Resto	2,5%	3,5% - 2,5%
5) Taxa de reavaliação das pensões		
- Plano 1	1,5% - 0%	1,5% - 0%
- Plano 2	2,5% - 0%	2,5% - 0%
- Resto	2,5 % -0%	2,5 - 0%
6) Taxa de rendimento esperado dos activos do plano		
- Plano 1	4,05% -4%	4,05% -4%
- Plano 2	4,32% -2%	4,30% -4%
- Resto	0%	0%

(\*) Para compromissos cobertos através de apólices de seguro, utilizam-se as taxas garantidas na apólice. No caso de pré-reformas e prémios de antiguidade (Resto) utilizou-se a taxa de mercado em função da duração média do compromisso para o colectivo: em 2009, entre 3,87% e 4,31%, e em 2008 entre 3,87% e 4,31%.

Adicionalmente, o Grupo tem registadas outras provisões, não contempladas nos estudos actuariais anteriores, por indemnizações contratuais por cessações ou despedimentos diferentes dos estabelecidos com carácter geral e por outros compromissos por pensões com companhias do grupo, cujo saldo ascendia, a 31 de Dezembro de 2009, a 2 884 milhares de euros (2008: 3 106 milhares de euros).

O movimento dos fundos para pensões e obrigações similares durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Saldo inicial	113 031	141 572
Dotações líquidas do exercício	2 711	6 186
Apólices de seguro com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A.	26	(11 199)
Fundos utilizados	(19 828)	(22 334)
Outros movimentos	(88)	(1 194)
Saldo final	<u>95 852</u>	<u>113 031</u>

O detalhe dos gastos e rendimentos totais reconhecidos na conta de ganhos e perdas por compromissos e pensões e obrigações similares, nos exercícios de 2009 e 2008, distribuído entre as diferentes rubricas, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Juros e encargos assimilados (custo por juros)	5 122	5 176
Dotações líquidas para provisões	(1 294)	3 346
Gastos com pessoal (dotações para fundos de prestação definida)	6 501	6 186
Total	<u>10 329</u>	<u>14 708</u>

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não existiam activos corpóreos propriedade dos Planos de Pensões ocupados pelo Grupo, nem outros activos financeiros emitidos pelo Grupo e adquiridos pelos Planos. O detalhe do justo valor dos principais tipos de activos que formavam os activos dos Planos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Acções	3 535	2 797
Instrumentos de dívida	103 340	98 108
Imóveis	-	-
Apólices de seguros	19 161	19 665
Outros activos	1 109	1 395
Total	<u>127 145</u>	<u>121 965</u>



Em seguida apresenta-se o valor de determinadas razões relacionadas com os compromissos pós emprego de prestação definida a 31 de Dezembro de 2009, juntamente com os dados destas mesmas razões dos últimos três exercícios, para efeitos comparativos:

	Milhares de euros			
	2009	2008	2007	2006 (a)
Valor actual das obrigações de prestação definida	109 063	125 649	142 246	161 590
Justo valor das coberturas	109 063	125 649	142 246	161 590
Excedente / (Défice)	-	-	-	-
Acertos por experiência no valor dos activos do plano	-	-	-	-
Acertos por experiência no valor actual das obrigações	-	-	-	-

- (a) A 26 de Outubro de 2006, o Conselho de Administração da Entidade aprovou um Plano de Pré-reformas que foi oferecido aos empregados nascidos entre 1 de Janeiro de 1947 e 31 de Dezembro de 1950, e que, entre outras condições, tivessem uma antiguidade mínima de 10 anos no quadro. O custo inicial deste Plano foi de 94 160 milhares de euros, e foi registado na conta de ganhos e perdas do exercício de 2006.

A rubrica "Justo valor das coberturas" do quadro anterior inclui o justo valor dos activos de Planos de Pensões, das apólices de seguros contratadas para a cobertura de compromissos assumidos com os seus empregados e os fundos de pensões internos constituídos pelo Grupo.

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor actual dos activos afectos aos planos de prestação definida é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Justo valor inicial dos activos	14 501	14 469
(i) Rendimento esperado dos activos afectos ao plano	510	525
(ii) Perdas e ganhos actuariais	254	(242)
(iii) Modificações por variações na taxa de câmbio	-	-
(iv) Contribuições efectuadas pelo empregador	311	661
(v) Contribuições efectuadas pelos participantes	-	-
(vi) Prestações pagas	(901)	(912)
(vii) Combinações de negócios	-	-
(viii) Liquidações	-	-
Justo valor final dos activos	14 675	14 501

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor actual das obrigações dos planos de prestação definida é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Valor actual inicial das obrigações	125 649	142 246
(i) Custo dos serviços do exercício corrente	137	131
(ii) Custo por juros	4 564	5 576
(iii) Contribuições efectuadas pelos participantes	-	-
(iv) Perdas e ganhos actuariais	(1 229)	357
(v) Modificações por variações na taxa de câmbio	-	-
(vi) Prestações pagas	(20 058)	(22 661)
(vii) Custo dos serviços passados	-	-
(viii) Combinações de negócios	-	-
(ix) Reduções	-	-
(x) Liquidações	-	-
Valor actual final das obrigações	109 063	125 649

A diferença entre o valor actual dos activos e o valor actual das obrigações dos planos de prestação definida, que a 31 de Dezembro de 2009 ascende aos 94 388 milhares de euros (2008: 111 148 milhares de euros), corresponde aos fundos internos constituídos pela Caja para fazer frente às obrigações não exteriorizadas através do plano de pensões e/ou apólices de seguros.

#### Provisões para riscos e compromissos contingentes

Esta epígrafe inclui o montante das provisões constituídas para a cobertura de riscos contingentes, entendidos como as operações nas quais o Grupo assegura as obrigações de terceiros, ocorridas como consequência de garantias financeiras concedidas ou outro tipo de contratos, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevogáveis que podem dar lugar ao reconhecimento de activos financeiros.

O detalhe desta epígrafe do balanço consolidado e o movimento experimentado nos exercícios de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros		
	Específica	Genérica	Total
Saldo a 31.12.07	1 554	12 768	14 322
Dotações com encargo nos resultados			
Determinadas individualmente	14 687	-	14 687
Determinadas colectivamente	-	(2 737)	(2 737)
Diferenças de câmbio	-	3	3
Saldo a 31.12.08	<u>16 241</u>	<u>10 034</u>	<u>26 275</u>
Dotações com encargo nos resultados			
Determinadas individualmente	6 296	-	6 296
Determinadas colectivamente	-	185	185
Fundos recuperados	(8 234)	(1 696)	(9 930)
Diferenças de câmbio	-	(27)	(27)
Saldo a 31.12.09	<u>14 303</u>	<u>8 496</u>	<u>22 799</u>

### Outras provisões

O movimento do resto das provisões contabilizadas pelo Grupo durante 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Provisões para impostos	Outras provisões
Saldos a 31.12.07	-	3 637
Dotações do exercício	3 219	3 861
Outros movimentos	-	641
Saldos a 31.12.08	<u>3 219</u>	<u>8 139</u>
Dotações do exercício	-	1 130
Outros movimentos	6	(4)
Saldos a 31.12.09	<u>3 225</u>	<u>9 265</u>

Dada a actividade a que o Grupo se dedica, o mesmo não tem responsabilidades, gastos, activos, nem provisões e contingências de natureza ambiental que pudessem ser significativos relativamente ao património, à situação financeira e aos resultados da mesma. Por esse motivo não se incluem, no presente relatório das contas anuais, discriminações específicas em relação a informação de questões ambientais.

## 22. ACERTOS POR AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Esta epígrafe dos balanços consolidados agrega o montante líquido das variações do justo valor dos activos classificados como disponíveis para venda que, segundo se indica na Nota 3, devem classificar-se como parte integrante do património líquido do Grupo. As referidas variações são registadas nas contas de ganhos e perdas quando ocorre a venda dos activos nos quais têm origem.

O movimento do saldo desta epígrafe inclui-se na demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos.

A discriminação por entidades dos acertos por avaliação é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Caja Duero	23 953	(30 260)
Sociedades do Grupo:		
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	305	369
Finanduro, S.V., S.A.	(35)	6 933
Sociedades Multigrupo:		
Cartera Perseidas, S.L.	36 910	-
Capredo Investments GMBH	210	-
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	(845)	(3 675)
Sociedades associadas:		
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	(5 382)	(577)
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	1 763	2 140
EBN Banco, S.A.	652	1 668
Outras sociedades associadas	(1 968)	(380)
Total	<u>55 563</u>	<u>(23 782)</u>

## 23. FUNDOS PRÓPRIOS

O detalhe, por conceitos e por entidades, do saldo de reservas a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Reservas limitadas (Caja Duero)		
Reservas de reavaliação	112 570	119 767
Reservas voluntárias e reservas (perdas) de consolidação		
Da Entidade dominante (Caja Duero)	1 046 728	951 046
De entidades do grupo e multigrupo		
Grupo de Negocios Duero, S.A.	14 721	12 912
Cartera Perseidas, S.L.	2 542	960
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	3 763	3 048
Finanduro, S.V., S.A.	(6 358)	1 916
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	1 430	1 421
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	(7 600)	64
Diodé España, S.A.	1 712	1 304
Restantes empresas do grupo e multigrupo	(7 215)	(721)
De entidades associadas		
EBN Banco, S.A.	10 149	9 699
Numzaan, S.L.	(6 683)	-
Inversiones Alaris, S.L.	(3 905)	(1 206)
Corporación Hotelera Dominicana, S.A.	(3 484)	(1 558)
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.A.	(3 311)	(1 099)
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	2 159	2 157
Restantes entidades associadas	3 568	4 646
Total	<u>1 160 786</u>	<u>1 104 356</u>

As entidades alheias ao Grupo eram proprietárias (directamente ou por meio das suas entidades dependentes) de, pelo menos, 10% do património líquido das seguintes entidades dependentes do Grupo:

Sociedade	% do Património propriedade de terceiros	
	2009	2008
Conexiones y Servicios del Duero, S.A.	48	48

A contribuição para o resultado consolidado das entidades consolidadas é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Caja de Ahorros de Salamanca y Soria	42 186	36 030
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	(2 453)	38 139
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	1 063	2 019
Finanduro, S.V., S.A.	10 627	3 682
Unión del Duero, Cía. de Seguros Generales, S.A.	3 851	4 949
Outras sociedades dependentes do Grupo	(3 135)	1 753
Sociedades multigrupo	(8 015)	(7 256)
Sociedades associadas	(21 602)	(1 439)
Total	<u>22 522</u>	<u>77 877</u>

#### 24. RISCOS CONTINGENTES

O detalhe das garantias financeiras concedidas pelo Grupo, no fecho do exercício de 2009 e 2008, é mostrado a seguir:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Avais financeiros	181 789	275 989
Outros avais e cauções	654 566	674 868
Créditos documentários irrevogáveis emitidos	33 805	25 928
Outros riscos contingentes	<u>57</u>	<u>20</u>
Total	<u>870 217</u>	<u>976 805</u>

Uma parte significativa destes montantes atingirá o seu vencimento sem que nenhuma obrigação de pagamento para o Grupo se materialize, pelo que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Os rendimentos obtidos dos instrumentos de garantia são registados no capítulo "Comissões Recebidas" das contas consolidadas de ganhos e perdas e calculam-se aplicando a taxa estabelecida no contrato do qual provêm, sobre o custo nominal da garantia.

Excepto pelo indicado noutros capítulos deste relatório, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Entidade não tinha activos que garantissem operações realizadas pela mesma ou por terceiros.

## 25. FUNDOS E OBRAS SOCIAIS

A discriminação, por conceitos, dos saldos afectos à Obra Social da Caja Duero, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Aplicação fundo Obra Social:		
Imobilizado Corpóreo (Nota 16):		
Valor de Custo	34 831	34 241
Amortização acumulada -	<u>(15 654)</u>	<u>(14 919)</u>
Total	<u>19 177</u>	<u>19 322</u>
Fundo obra social:		
Dotação		
Aplicada ao activo corpóreo	19 177	19 322
Gastos comprometidos no exercício	17 619	34 953
Gastos de manutenção	(17 227)	(33 380)
Montante não comprometido	6 367	3 808
Montante comprometido para investimentos	61	97
Outros passivos	<u>8 312</u>	<u>9 205</u>
Total	<u>34 309</u>	<u>34 005</u>

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2009 e 2008 no fundo de obra social são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Saldo inicial	34 005	31 104
Distribuição dos excedentes do exercício anterior	18 000	36 000
Gastos de manutenção do exercício	(17 227)	(33 380)
Outros	<u>(469)</u>	<u>281</u>
Saldo final	<u>34 309</u>	<u>34 005</u>

O orçamento de gastos e investimentos da Obra Social para o exercício de 2009 ascende aos 18 150 milhares de euros (2008: 36 000 milhares de euros).

O movimento do imobilizado corpóreo afecto à Obra Social encontra-se detalhado na Nota 16.

A obra social desenvolvida pela Caja Duero realiza-se em três âmbitos:

- Obra social própria. As actividades realizadas são: obra social, obra cultural, cooperação com países em vias de desenvolvimento, e formação e emprego. Em 2009, esta obra social consumiu 55% do orçamento (em 2008: 65%).
- Obra social em colaboração. As actividades realizadas são: projectos de formação de âmbito universitário, projectos de I+D, colaboração com fundações culturais e de recuperação patrimonial e outras colaborações com outros colectivos. Em 2009, esta obra social consumiu 35% do orçamento (em 2008: 25%).
- Obra social alheia. As actividades realizadas são relativas à juventude e desporto, entidades sociais, juntas de freguesia, deputados e outros organismos públicos e outros colectivos. Em 2009, esta obra social consumiu 10% do orçamento (em 2008: 10%).

Anualmente, a Assembleia Geral da Caja Duero realiza a aprovação e liquidação do orçamento da Obra Social. A Comissão Delegada da Obra Social é o órgão encarregado da administração do referido orçamento.

O detalhe dos activos corpóreos afectos à Obra Social, em relação à sua atribuição a obras em colaboração ou próprias, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Imobilizado afecto à obra social própria	18 201	18 313
Imobilizado afecto à obra social em colaboração	976	1 009
Imobilizado afecto à obra social alheia	-	-
Total	<u>19 177</u>	<u>19 322</u>

Não existe qualquer tipo de restrição para a mudança de utilização ou para a transmissão da propriedade dos activos corpóreos afectos à Obra Social.



## 26. SITUAÇÃO FISCAL

O saldo da epígrafe dos "Activos fiscais" agrega os montantes a recuperar por impostos nos próximos doze meses ("Activos fiscais - Correntes") e os montantes dos impostos a recuperar em exercícios futuros, incluídos os derivados de créditos por deduções ou benefícios fiscais pendentes de compensação ("Activos fiscais - Diferidos). O saldo da epígrafe dos "Passivos fiscais" inclui o montante de todos os passivos de natureza fiscal, distinguindo-se entre correntes e diferidos, com excepção das provisões de impostos que são agregadas na epígrafe das "Provisões" do balanço consolidado em anexo.

A Entidade dominante agregou os benefícios fiscais relativos às deduções e bonificações da quota do Imposto sobre Sociedades previstas no regulamento do referido imposto.

O detalhe das epígrafes dos Activos e Passivos fiscais a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2009		2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Correntes	61 437	9 818	78 801	6 349
Diferidos	<u>103 298</u>	<u>105 298</u>	<u>129 376</u>	<u>74 946</u>
Total	<u>164 735</u>	<u>115 116</u>	<u>208 177</u>	<u>81 295</u>

O movimento ocorrido nas epígrafes de activos e passivos fiscais correntes e diferidos durante os exercícios 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2009				2008			
	Activos Fiscais		Passivos Fiscais		Activos Fiscais		Passivos Fiscais	
	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos
Saldo inicial	78 801	129 376	6 349	74 946	16 514	144 160	10 830	144 600
Inclusões	45 502	12 050	3 131	24 453	75 729	102 772	1 590	11 994
Baixas	(64 688)	(37 310)	(2 851)	(10 942)	(13 840)	(121 108)	-	(75 900)
Outros (*)	<u>1 822</u>	<u>(818)</u>	<u>3 189</u>	<u>16 841</u>	<u>398</u>	<u>3 552</u>	<u>(6 071)</u>	<u>(5 748)</u>
Saldo final	<u>61 437</u>	<u>103 298</u>	<u>9 818</u>	<u>105 298</u>	<u>78 801</u>	<u>129 376</u>	<u>6 349</u>	<u>74 946</u>

(\*) Movimento líquido contribuído por sociedades dependentes e multigrupo

A conciliação entre os lucros do exercício e as bases tributáveis correspondentes aos exercícios de 2009 e 2008 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Lucro do exercício, antes da provisão para o Imposto sobre Sociedades	36 930	75 144
Acertos de consolidação	36 523	32 596
Aumentos (diminuições) por diferenças permanentes:	<u>147</u>	<u>(17 680)</u>
Resultado contabilístico ajustado	<u>73 600</u>	<u>90 060</u>
Quota sobre o resultado contabilístico ajustado (30%)	22 080	27 018
Deduções		
Por dupla imposição	(12 528)	(24 889)
Outras	<u>(168)</u>	<u>(5 792)</u>
TOTAL	9 384	(3 663)
Outros	<u>1 202</u>	<u>1 003</u>
Gasto por I. Sociedades	<u>10 586</u>	<u>(2 660)</u>

No fecho dos exercícios de 2009 e de 2008 não existem montantes registados directamente sobre o património líquido que devam ser objecto de consideração no cálculo da base tributável e gastos por imposto sobre as sociedades.

A 31 de Dezembro de 2009, a Caja Duero tinha registado créditos fiscais por bases tributárias negativas, procedentes de imputações realizadas por agrupamentos de juros económicos nas quais participa, no valor de 6 623 milhares de euros. No fecho do exercício de 2009 não existiam outras bases tributáveis pendentes de aplicação.

Para além disso, a 31 de Dezembro de 2009, a Caja Duero tinha registado créditos fiscais por deduções pendentes de aplicação com bases tributáveis positivas de exercícios futuros, no montante de 22 965 milhares de euros (2008: 11 041 milhares de euros).

Os prazos estimados de reversão dos activos e passivos fiscais diferidos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são os seguintes:

	Milhares de euros			
	Activos		Passivos	
	2009	2008	2009	2008
2009	-	2 863	-	485
2010	5 596	4 049	6 801	670
2011	5 564	4 678	532	442
2012 e seguintes	88 856	109 315	58 418	68 287
Não determinado	<u>3 282</u>	<u>8 471</u>	<u>39 547</u>	<u>5 062</u>
	<u>103 298</u>	<u>129 376</u>	<u>105 298</u>	<u>74 946</u>

A Entidade agregou a isenção por reinvestimento de lucros extraordinários estipulada no artigo 42 do Texto Refundido da Lei do Imposto sobre Sociedades, reflectindo, a seguir, os dados relativos aos últimos exercícios:

<u>Exercício</u>	<u>Rendimento agregado (milhares de euros)</u>	<u>Ano do reinvestimento</u>
2001	1 819	2000 / 2001
2002	7 069	2002
2003	14 820	2003
2004	732	2004
2005	1 322	2005
2006	1 178	2006
2007	1 122	2007
2008	36 692	2008
2009	1 549	2009

A 8 de Abril de 2008, a Caja Duero recebeu um documento da Agência Tributária, comunicando o início de acções de inspecção de comprovação dos seguintes períodos e impostos: para os exercícios de 2003 a 2006, o Imposto sobre sociedades; desde Março de 2004 a Dezembro de 2007, o Imposto sobre o valor acrescentado, Retenções e pagamentos por conta (de rendimentos de trabalho, profissionais, capital mobiliário obrigações a não residentes); e para os exercícios de 2004 a 2007, a Declaração anual de operações, e a Declaração de recapitulação de entrega e aquisições intracomunitárias de bens. Adicionalmente, a Caja Duero tem abertos para inspecção os restantes períodos e impostos estabelecidos pelo regulamento em vigor.

Devido às diferentes interpretações que podem ser feitas das normas fiscais aplicáveis às operações realizadas pela Caja Duero, poderiam existir, para os impostos e exercícios abertos a inspecção, e para os anos pendentes de inspecção, determinados passivos fiscais de carácter contingente, que não são susceptíveis de quantificação objectiva. No entanto, na opinião dos Administradores da Caja Duero, bem como dos seus assessores fiscais, a possibilidade de, em futuras inspecções, os referidos passivos contingentes serem materializados é remota e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afectaria significativamente as contas anuais em anexo.

## 27. CONTA DE GANHOS E PERDAS

### 27.1 Juros e rendimentos assimilados, juros e encargos assimilados, resultados líquidos de operações financeiras e perdas líquidas por deterioração de activos financeiros

A composição do saldo destas epígrafes das contas consolidadas de ganhos e perdas em anexo, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Juros e rendimentos assimilados		
Depósitos em outros bancos centrais	2 527	10 017
Depósitos em entidades de crédito	4 752	15 020
Crédito a clientes	639 870	771 056
Valores representativos de dívida	94 050	123 364
Activos duvidosos	272	333
Rendimentos de contratos de seguros vinculados a pensões e obrigações similares	195	-
Outros juros	227	362
<b>Total</b>	<u>741 893</u>	<u>920 152</u>
Juros e encargos assimilados		
Depósitos de bancos centrais	(15 884)	(9 010)
Depósitos de entidades de crédito	(28 180)	(42 944)
Depósitos de clientes	(322 889)	(485 181)
Débitos representados por valores negociáveis	(57 513)	(83 204)
Passivos subordinados	(23 949)	(24 241)
Rectificação de gastos por operações de cobertura	21 453	(10 287)
Custo por Juros dos Fundos de Pensões	(5 122)	(5 176)
Outros juros	(681)	(9)
<b>Total</b>	<u>(432 765)</u>	<u>(660 052)</u>
	Milhares de euros	
	2009	2008
Resultado de operações financeiras (líquido)		
Carteira de negociação	5 833	589
Activos financeiros disponíveis para venda	52 867	25 474
Outros	239	127
<b>Total</b>	<u>58 939</u>	<u>26 190</u>
Perdas por deterioração de activos (líquido)		
Activos financeiros disponíveis para venda	(13 903)	(44 555)
Investimentos a crédito	(158 496)	(116 236)
<b>Total</b>	<u>(172 399)</u>	<u>(160 791)</u>

## 27.2 Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação

A contribuição para o resultado consolidado das entidades avaliadas pelo método da participação nos exercícios de 2009 e 2008 foi a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	4 546	3 913
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	1 074	951
EBN Banco, S.A.	91	1 186
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.A.	(1 659)	(1 099)
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	(1 773)	3 587
Inversiones Alaris, S.L.	(1 780)	(1 206)
Metales Extruidos, S.L.	(1 893)	(188)
Blindados Grupo Norte, S.A.	(2 116)	-
Losán Hoteles, S.L.	(3 091)	(163)
Dibaq Diproteg, S.A.	(4 759)	(1 137)
Outros	(10 242)	(7 283)
Total	<u>(21 602)</u>	<u>(1 439)</u>

## 27.3 Comissões

As epígrafes "comissões recebidas" e "comissões pagas" das contas de ganhos e perdas em anexo agregam o montante de todas as comissões a favor, pagas ou a pagar pelo Grupo, adquiridas no exercício, excepto as que fazem parte integral da taxa de juro efectiva dos instrumentos financeiros. Os critérios seguidos para o seu registo nos resultados encontram-se detalhados na Nota 3.s).

O detalhe dos gastos e rendimentos por comissões durante os exercícios de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
<u>Comissões pagas</u>		
Comissões cedidas a outras entidades e responsáveis	(7 897)	(6 645)
Comissões pagas por operações com valores	(89)	(151)
Outras comissões	<u>(1 365)</u>	<u>(1 018)</u>
Total	<u><u>(9 351)</u></u>	<u><u>(7 814)</u></u>
<u>Comissões cobradas</u>		
Por riscos contingentes	7 893	8 931
Comissões de disponibilidade de compromissos contingentes	2 028	1 917
Por câmbios de divisa e moeda estrangeira	92	94
Por serviços de cobranças e pagamentos	36 375	35 262
Por serviços de valores	5 692	6 272
Por comercialização de produtos financeiros não bancários	7 667	7 470
Outras comissões		
Por assessoria e direcção de operações singulares	1	24
Por operações de factoring	1 013	891
Comissões de gestão	8 817	12 106
Comissões de subscrição e reembolso	513	620
Comissões por reclamação de posições devedoras	4 527	4 300
Cancelamento antecipado de prazos	412	622
Outras comissões cedidas	1 136	1 003
Outras	<u>6 181</u>	<u>5 158</u>
Total	<u><u>82 347</u></u>	<u><u>84 670</u></u>

#### 27.4 Outros produtos de exploração

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Rendimentos de contratos de seguros e resseguro emitidos	42 907	39 734
Rendimentos dos investimentos imobiliários	3 300	3 615
Outros produtos		
Comissões financeiras compensadoras de custos directos	5 147	6 032
Outros extraordinários e atípicos	868	6 312
Outros lucros não imputáveis ao exercício	11 448	6 452
Rendimentos por vendas e prestação de serviços	8 055	7 808
Outros	<u>5 409</u>	<u>4 207</u>
Total	<u><u>77 134</u></u>	<u><u>74 160</u></u>

## 27.5 Gastos com pessoal

A composição do saldo desta epígrafe das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Salários e gratificações do pessoal activo	(124 970)	(120 136)
Contribuições para a Segurança Social	(28 233)	(27 097)
Dotações para planos de prestação definida	-	(61)
Dotações para planos de contribuição definida	(6 662)	(6 125)
Indemnizações por despedimentos	(63)	(163)
Gastos com formação	(202)	(239)
Outros gastos com pessoal	(4 036)	(4 070)
<b>Total</b>	<b>(164 166)</b>	<b>(157 891)</b>

O número médio de empregados durante os exercícios de 2009 e 2008, bem como a distribuição por sexos do quadro do Grupo, no fecho dos referidos exercícios, é a seguinte:

	Número de empregados					
	2009			2008		
	Nº médio no exercício	Nº a 31/12		Nº médio no exercício	Nº a 31/12	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Nível I	49	42	7	50	43	7
Nível II	90	83	7	88	83	6
Nível III	129	95	35	119	91	28
Nível IV	268	211	57	265	210	60
Nível V	551	424	126	519	410	115
Nível VI	156	106	51	154	106	47
Nível VII	164	103	59	173	106	65
Nível VIII	201	94	124	140	80	89
Nível IX	195	97	128	172	50	114
Nível X	163	48	70	239	115	119
Nível XI	144	62	110	74	41	51
Nível XII	370	113	222	428	146	281
Nível XIII	68	18	27	110	20	47
Grupo 2	46	28	17	48	29	18
Obra Social	37	15	22	39	16	21
Empregados no estrangeiro	68	46	22	65	47	19
Empregados de Empresas do Grupo	79	51	28	78	50	28
<b>Total</b>	<b>2.778</b>	<b>1.636</b>	<b>1.112</b>	<b>2.761</b>	<b>1.643</b>	<b>1.115</b>

No que diz respeito aos membros do Conselho de Administração, a distribuição por sexos no fecho do exercício de 2009 está representada por 14 homens e 3 mulheres (2008: 14 homens e 3 mulheres).

## 27.6 Outros gastos gerais de administração

A composição do saldo desta epígrafe das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
De imóveis, instalações e material	(24 432)	(24 281)
Informática	(6 945)	(8 751)
Comunicações	(7 353)	(7 759)
Publicidade e propaganda	(7 364)	(10 595)
Gastos judiciais e com advogados	(674)	(902)
Relatórios técnicos	(2 704)	(2 914)
Serviços de vigilância e transferência de fundos	(3 460)	(3 795)
Prémios de seguros e seguro automóvel	(505)	(498)
Por órgãos de gestão e controlo	(1 449)	(1 636)
Gastos de representação e deslocação de pessoal	(1 770)	(2 270)
Quotas de associações	(665)	(646)
Serviços administrativos sub-contratados	(2 451)	(3 910)
Contribuições e impostos		
Sobre imóveis	(615)	(739)
Outros	(2 316)	(2 031)
Outros gastos	(4 452)	(5 160)
Total	<u>(67 155)</u>	<u>(75 887)</u>

## 27.7 Ganhos e perdas na baixa de activos não classificados como não correntes em venda

A composição do saldo destas epígrafes das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Ganhos por vendas		
Imobilizado Corpóreo	2 097	2 132
Participações	-	87 270
Perdas por vendas		
Imobilizado Corpóreo	<u>(4 746)</u>	<u>(7)</u>
Total	<u>(2 649)</u>	<u>89 395</u>



## 28. PARTES VINCULADAS

A política seguida pela Caja e pelo seu Grupo consolidado na concessão de empréstimos, depósitos, aceitação e operações de natureza análoga com partes vinculadas não difere da política comercial geral da mesma para o resto dos clientes. O pessoal-chave da direcção com relação laboral com a Caja e outras entidades do Grupo possui os mesmos benefícios, nas relações comerciais com a Entidade, que o resto do quadro da mesma.

Os saldos e transacções, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, da Caja Duero com partes vinculadas, antes dos acertos de consolidação, são os seguintes:

	Milhares de euros							
	Entidades Dependentes		Entidades Associadas		Negócios Conjuntos		Pessoal da direcção e consultores	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>ACTIVO:</b>								
Créditos	18 105	488	163 434	179 320	65 638	67 776	44 376	36 203
<b>PASSIVO</b>								
Depósitos	105 787	135 812	62 923	60 965	1 853	2 700	29 143	13 436
Outros passivos	-	1 283	-	-	-	-	-	-
<b>CONTAS DE ORDEM</b>								
Passivos contingentes	70 502	25 930	34 835	34 364	5 569	4 029	-	-
Garantias Financeiras	3 425	-	13 605	6 144	1 457	13 588	8 132	7 228
<b>PERDAS E GANHOS</b>								
<b>Rendimentos:</b>								
Juros e rendimentos assimilados	754	179	3 812	7 390	2 550	3 720	1 642	2 613
Comissões recebidas	11 024	13 138	538	594	344	365	38	-
Outros produtos	489	430	-	-	-	-	-	-
<b>Gastos:</b>								
Juros e encargos assimilados	3 401	9 025	867	2 522	15	29	366	411
Comissões pagas	155	509	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	-	-	-	-	-	-	-	-

As remunerações recebidas pelos membros do Conselho de Administração da Caja Duero, correspondentes aos exercícios de 2009 e 2008, que não figuram na folha de vencimentos e, por isso, não representam gastos com pessoal, foram-no por ajudas de custo de assistência e deslocação, e o seu detalhe é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Agustín Prieto González	13,44	8,64
Ángeles Armisén Pedrejón	17,31	11,45
Antonio Muñoz Sánchez	38,40	34,08
Carlos Martínez Mínguez	9,60	6,24
Cristina Vidal Fernández	16,32	8,64
Felipe Tomás Canillas Martín	17,76	12,96
Fernando Corral Corral	22,12	16,87
Fernando Javier Rodríguez Alonso	23,52	-
Francisco Javier León de la Riva	-	5,28
Francisco Rubio Garcés	16,80	12,74
Gerardo Pastor Ramos	46,08	41,28
Isaías García Monge	37,04	30,78
Juan Antonio Martín Mesonero	34,68	28,65
Julio Feroso García	30,72	-
Julián Lanzarote Sastre	12,00	27,36
Luis Enrique Clemente Cubillas	22,56	17,28
María Encarnación Redondo Jiménez	19,23	13,47
Vicente de la Peña Robledo	16,32	10,56
Victoriano Pedraz Fuentes	35,52	29,28
Total	429,42	315,56

Adicionalmente, durante o exercício de 2009, os membros do Conselho de Administração da Caja Duero, na sua qualidade de consultores de outras sociedades do Grupo, receberam remunerações das referidas sociedades no montante de 174 milhares de euros (2008: 185 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de membros da Direcção do Grupo ascende a 11 pessoas, sendo os cargos que a compõem os seguintes: um Presidente Executivo (executivo até 31 de Março de 2009 e Não Executivo a partir de 1 de Abril de 2009), um Director Geral, dois Directores Gerais Adjuntos, três Subdirectores Gerais, três Directores Gerais de sociedades do grupo e um Secretário-geral.

No quadro seguinte apresenta-se a remuneração auferida pelo referido colectivo nos exercícios de 2009 e 2008:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Benefícios a curto prazo	1 860,21	2 032,07
Prestações pós-emprego	56,72	48,31
Total	1 916,93	2 080,38

Adicionalmente, durante o exercício de 2009, os membros da Direcção do Grupo, na sua qualidade de consultores de outras sociedades do Grupo, receberam remunerações das referidas sociedades no montante de 144 milhares de euros (2008: 142 milhares de euros).

Da mesma forma, os montantes pagos em 2009, na rubrica de prestação pós-emprego, a antigos membros do pessoal da alta direcção e do Conselho de Administração da Caja, ascenderam a 373,79 milhares de euros (565,91 milhares de euros em 2008). Os custos pagos foram introduzidos com encargo nos fundos de pensões internos constituídos nos exercícios anteriores.

## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 29.1 Informações por segmentos de negócio

#### Segmentos de negócio

Os diferentes segmentos ou linhas de negócio estabeleceram-se de acordo com a estrutura organizacional do Grupo, tendo em conta a natureza dos produtos e serviços oferecidos, os riscos associados a cada linha, os clientes a que são dirigidos, a informação utilizada pelos Administradores e a Direcção do Grupo no processo de tomada de decisões e para o acompanhamento do negócio.

O negócio financeiro do Grupo está centrado na banca universal desenvolvida através da rede de agências da Caja e compreende a actividade com clientes particulares, estabelecimentos comerciais, pequenas e médias empresas e promotores, aos quais se oferecem o conjunto de produtos de poupança à ordem e a prazo, empréstimos hipotecários, créditos ao consumo, financiamento a curto e longo prazo, garantias, cartões de crédito, fundos de investimento e de pensões, etc. Adicionalmente, o Grupo comercializa produtos de seguro através das seguradoras do Grupo, utilizando a rede de agências da Caja.

O negócio financeiro desenvolve-se através da rede de agências da Caja, independentemente de o seu registo contabilístico se realizar nos livros da Caja ou das suas filiais. No quadro seguinte mostra-se um resumo da actividade do Grupo:

	Milhares de euros									
	Financeiro		Seguros		Resto		Acertos		Total do Grupo	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Margem de juros	312 789	260 020	(3 572)	(206)	(2 017)	(1 054)	1 928	1 340	309 128	260 100
Margem bruta	468 960	422 271	7 878	9 435	2 139	1 136	(4 173)	(6 285)	474 804	426 557
Resultado da actividade de exploração	60 332	(3 667)	5 208	7 070	(1 573)	(205)	(4 025)	(6 149)	59 942	(2 951)
Resultado antes dos impostos	36 930	75 144	5 208	7 070	(1 573)	(205)	(3 635)	(6 865)	36 930	75 144
Activos por segmentos	21 339 602	20 713 827	47 147	53 542	90 228	34 075	(87 246)	(57 788)	21 389 731	20 743 656
Passivos por segmentos	20 099 454	19 555 106	33 124	39 072	66 682	28 557	(48 519)	(37 670)	20 150 741	19 585 065

## Segmentos geográficos

O Grupo desenvolve a quase totalidade de sua actividade no território espanhol (em 2009: de um total de 543 agências, apenas possui 18 agências abertas em Portugal; em 2008: de um total de 562 agências, apenas possuía 19 agências abertas em Portugal), sendo que a tipologia dos seus clientes e dos produtos oferecidos são similares em todo o território, pelo que o Grupo considerou um único segmento geográfico.

### 29.2 Negócios fiduciários e serviços de investimento

O detalhe dos recursos dos clientes, fora do balanço consolidado do Grupo a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Sociedade e Fundos de Investimento	751 537	821 214
Fundos de pensões	577 024	529 398
Aforro em contratos de seguros	427 064	361 792
Carteiras de clientes geridas livremente	192 503	181 348
Recursos geridos	1 948 128	1 893 752
Recursos comercializados mas não geridos	15 951	16 172
Total	<u>1 964 079</u>	<u>1 909 924</u>

Adicionalmente, a Caja Duero presta serviços de administração e custódia de valores dos seus clientes. Os compromissos assumidos pela Entidade dominante a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 em relação a este serviço são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Valores propriedade de terceiros		
Instrumentos de capital	546 827	456 942
Instrumentos de dívida	<u>2 476 178</u>	<u>2 802 044</u>
Total	<u>3 023 005</u>	<u>3 258 986</u>

A Entidade dominante entende que não existem responsabilidades que possam ser derivadas do não cumprimento das suas obrigações fiduciárias.

### 29.3 Contratos de agência

Durante os exercícios finalizados a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o Grupo não realizou operações nem manteve vínculos com agentes que cumpram o estabelecido no artigo 22 do Real Decreto 1245/1995, de 14 de Julho.

#### 29.4 Obrigações de crédito

O detalhe das obrigações com créditos nos exercícios de 2009 e 2008 agrupados por contrapartida e indicando o limite e o montante pendente de disposição é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2009		2008	
	Limite	Disponível	Limite	Disponível
Disponível por terceiros				
Pelo Sector da Administração Pública	174 302	137 291	182 142	129 166
Por outros sectores residentes	3 262 237	1 878 676	3 917 866	2 126 472
Por não residentes	61 897	30 603	89 143	53 238
Total	<u>3 498 436</u>	<u>2 046 570</u>	<u>4 189 151</u>	<u>2 308 876</u>

A 31 de Dezembro de 2009, os montantes de disponibilidade imediata ascendiam a 1 025 554 milhares de euros e os disponíveis condicionados à ocorrência de factos futuros eram 1 021 016 milhares de euros (a 31 de Dezembro de 2008: 1 046 825 e 1 312 879 milhares de euros, respectivamente).

A taxa de juro média oferecida para estas obrigações é de 4,57% em 2009 (2008: 6%).

#### 29.5 Auditoria externa

Os honorários pagos pela auditoria de contas e outros serviços do Grupo, em 2009 e 2008, são os seguintes:

	Milhares de euros		
	Auditoria de contas anuais	Outros serviços	Total
• Exercício de 2009	371	57	428
• Exercício de 2008	322	135	457

#### 29.6 Saldos e depósitos abandonados

Em conformidade com o indicado no artigo 18 da Lei 33/2003, de 3 de Novembro, sobre o património das administrações públicas, os saldos e depósitos nas entidades do Grupo votados ao abandono, conforme o disposto no citado artigo ascendem, a 31 de Dezembro de 2009 a 5 milhares de euros, aproximadamente (2008: 2 milhares de euros). Desta forma, o montante das contas de valores votadas ao abandono, conforme o disposto no referido artigo ascende, a 31 de Dezembro de 2009, aos 2 milhares de euros (em 2008 não existiam saldos significativos).

## 29.7 Serviço de atendimento ao cliente

O artigo 17 da Ordem Ministerial ECO/734/2004, de 11 de Março, do Ministério da Economia, estabelece a obrigação para os departamentos e serviços de atendimento ao cliente e, se for o caso, para as entidades defensoras do consumidor, de entidades financeiras, de apresentar anualmente ao Conselho de Administração um relatório explicativo do desenvolvimento da sua função durante o exercício precedente. O resumo do referido relatório é o seguinte:

- Resumo estatístico das queixas e reclamações atendidas

Durante o exercício de 2009, atenderam-se 643 queixas e reclamações (em 2008: 633). Os juros e as comissões em general ocupam um lugar proeminente no número das reclamações recebidas ao longo do ano de 2009.

No fecho do exercício de 2009, existiam 80 processos em tramitação.

O resumo por matérias é o seguinte:

	Número	
	2009	2008
Operações do activo	233	134
Operações do passivo	80	118
Outros produtos bancários	78	77
Serviços de cobranças e pagamentos	88	82
Serviços de investimento	38	58
Seguros e fundos de pensões	81	77
Vários	45	87
Total	643	633

Os abatimentos ocorridos em 2009 e 2008 como consequência das reclamações recebidas foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Operações do activo	6	7
Operações do passivo	3	8
Outros produtos bancários	6	6
Serviços de cobranças e pagamentos	4	21
Seguros e fundos de pensões	5	3
Serviços de investimento	1	5
Vários	1	7
Total	26	57

As áreas de melhoria mais significativas identificadas referem-se a melhorias de certos aspectos de contratos com clientes, melhorias nas simulações de operações realizadas através da página web da Caja, e melhorias relativas aos documentos de formalização de empréstimos com subvenções e sub-rogações.

### 30. FACTOS POSTERIORES À DATA DO BALANÇO

Independentemente do indicado anteriormente, após 31 de Dezembro de 2009, e até 25 de Fevereiro de 2010, data de formulação, por parte do Conselho de Administração da Caja Duero, das suas contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum acontecimento significativo que deva ser incluído nas contas anuais consolidadas em anexo para que estas mostrem adequadamente a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do Grupo.

**Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja Duero a 31.12.09**

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros						Capital autorizado pelas Assembleias de Accionistas	
				Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Resultado			Total Activos	Data	Montante (milhares €)	Período de Autorização
					Capital	Reservas (*)	Lucros (Perdas)				
<b>Sociedades do Grupo</b>											
Alqunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	100,00	18 777	3 220	11 876	198	50 495	30-11-09	-	-
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Sociedade de Carteira	100,00	60	60	136	211	66 645	31-12-09	-	-
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços Auxiliares	52,00	40	60	152	36	699	31-12-09	-	-
Dueromediación; Op. Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Correctores de seguros	100,00	303	120	282	242	1 300	31-12-09	-	-
Finandero, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores Gestora de Fundos de	100,00	12 020	12 020	(6 391)	10 626	21 532	31-12-09	-	-
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Investimento	100,00	4 188	4 164	1 448	1 063	9 931	31-12-09	-	-
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	Madrid	Gestão financeira	100,00	133 055	91 969	49 286	1 010	143 125	31-12-09	-	-
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	4 000	4 737	5 435	3 851	47 148	31-12-09	-	-
Diode España, S.A.	Madrid	Detenção de participações	100,00	15 143	3 840	11 605	(3 805)	61 009	31-12-09	-	-
Total				<u>187 586</u>							
<b>Sociedades Multigrupo</b>											
Capredo Investments GMBH	Suíça	Detenção de participações	50,00	22 363	27	45 351	(1 483)	44 012	31-12-09	-	-
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Detenção de participações	40,54	18 000	44 400	97 316	4 499	214 994	31-12-09	-	-
Global Duero, S.A.	Madrid	Detenção de participações	50,00	N/A	61	6 989	(552)	26 499	30-11-09	-	-
Lares Val del Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	N/A	6 000	(2 521)	(5)	19 091	31-12-09	-	-
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimentos	13,33	11 412	130 800	(44 124)	(13 999)	84 943	31-12-09	-	-
Madriduero Sistemas Informáticos A.C.E.	Portugal	Serviços Informáticos	50,00	106	212	-	-	212	31-12-09	-	-
Madrigal Participaciones, S.A.	Valladolid	Sociedade de investimentos Fábrica de preparação de	30,87	38 899	126 000	546	639	139 569	30-11-09	-	-
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	presuntos	50,00	7 500	17 500	(5 744)	(2 902)	36 218	30-11-09	-	-
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	N/A	6 675	(53)	(1 562)	34 093	30-11-09	-	-
Servialogos Asesoramiento Integral, S.A.	Madrid	Estudos Financeiros	14,29	300	2 100	(313)	(356)	1 442	31-12-09	-	-
Soria Futuro, S.A.	Soria	Sociedade de investimentos	45,50	1 421	3 305	(32)	283	3 557	30-11-09	-	-
Total				<u>100 001</u>							

(\*) Incluem “Acertos por avaliação” registados como “Património Líquido”.



**Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja Duero a 31.12.09**

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação	Milhares de euros						
				Directa e indirecta	Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Valor consolidado	Capital	Reservas (*)	Resultado	Total Activos
<b>Sociedades associadas</b>										
Agrotech, S.A.	Barcelona	Biotechnology aplicada à agric.	37,36	N/A	-	-	-	-	-	-
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	Valência	Transporte aéreo regular	21,90	72 426	67 430	770	63 246	(8 094)	440 596	31-10-09
Autovía Los Pinares S.A.	Valladolid	Auto-estrada, portagem à sombra	20,00	2 724	1 547	13 618	(3 196)	(2 689)	98 221	30-11-09
Barrancarnes Transformación Artesanal, S.A.	Portugal	Alimentação	40,00	6 604	6 831	11 000	612	16	26 679	30-11-09
Blindados Grupo Norte, S.A.	Navarra	Transporte de fundos	24,26	8 219	6 103	28 502	(10 527)	(8 722)	29 386	30-11-09
Bruesa Duero, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	35,00	N/A	321	1 000	(205)	(1)	22 015	30-11-09
Camping El Brao, S.A.	Oviedo	Promoção imobiliária	25,00	N/A	1 108	469	95	15	600	30-11-09
Corporación Hotelera Dominicana	R. Dominicana	Hotel na República Dominicana	25,00	N/A	3 017	16 850	(6 469)	(2 038)	45 307	30-11-09
Corporación Hotelera Oriental	R. Dominicana	Hotel na República Dominicana	25,00	N/A	3 322	13 098	(1 350)	(19)	11 948	30-11-09
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.L.	Madrid	Promoção imobiliária	20,00	N/A	2 876	60 000	(37 754)	(8 297)	128 019	30-11-09
Dibaq Diproteg, S.A.	Segóvia	Alimentação animal	33,04	N/A	12 639	3 000	34 790	(14 405)	193 812	30-11-09
Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.	Madrid	Gestora de fundos de pensões	50,00	3 170	3 999	5 385	1 846	762	8 768	31-12-09
E.B.N. Banco de Negocios, S.A.	Madrid	Entidade financeira	20,00	9 231	20 060	39 281	60 122	455	662 877	31-12-09
Euromilenio Proyectos, S.L.	Logroño	Promoção imobiliária	20,00	N/A	11	700	(664)	(25)	170	30-11-09
Granja Cerromonte, S.L.	León	Quinta Ovina	38,76	N/A	-	774	(878)	(205)	2 891	30-11-09
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	Valladolid	Fabrico de iluminação técnica	25,86	N/A	39 477	8 419	53 958	4 151	154 008	30-11-09
Infodesa, S.A.	Madrid	Informática	25,00	N/A	-	1 202	3 226	(4 428)	14 705	30-11-09
Inmobiliaria CHDOM, S.A.	R. Dominicana	Promoção Imobiliária	25,00	N/A	1 686	7 055	(312)	-	7 033	30-11-09
Inmobiliaria CHDOR; S.A.	R. Dominicana	Promoção Imobiliária	25,00	N/A	1 860	7 785	(345)	-	7 777	30-11-09
Instalação e Serviços Energéticos de Portugal, S.A.	Portugal	Instalações de gás e outras	45,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Inversiones Alaris, S.L.	Pamplona	Detenção de participações	33,33	N/A	6 234	11 879	8 603	(5 341)	166 936	31-12-09
Invest. y Desarrollo Energías Renovables, S.L.	León	Electricidade de origem eólica	20,41	N/A	2 090	15 718	(2 476)	(3 105)	177 761	30-11-09
Jamones Burgaleses, S.A.	Burgos	Alimentação	40,00	3 466	4 731	8 665	2 661	495	17 153	30-11-09
Leonesa Astur de Piensos, S.A.	León	Comércio de produtos agrícolas	42,12	N/A	3 775	1 093	9 151	(1 282)	29 580	30-11-09
Losán Hoteles, S.L.	Saragoça	Aluguer de imóveis	20,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Metales Extruidos, S.L.	Valladolid	Fabrico de perfis de alumínio	20,00	N/A	12 350	13 182	58 032	(9 463)	151 294	30-11-09
Numnzaan, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	21,47	3 220	2 285	13 000	5 863	(8 223)	74 096	31-12-09
Prados Verdes, S.L.	Madrid	Alimentação	22,69	N/A	-	-	-	-	-	-
Promotora Vallisoletana de Mercados, S.A.	Valladolid	Gestão de mercados	28,69	N/A	639	2 116	(80)	190	2 242	30-11-09
Qualia Lácteos, S.L.	Ciudad Real	Indústria de lacticínios	29,37	N/A	349	8 050	(5 510)	(1 353)	23 822	30-09-09
Tech Foundries, S.A.	Barcelona	Detenção de participações	20,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	50,00	18 713	26 244	26 244	16 235	9 091	537 164	31-12-09
					127 772	230 984				

(\*) Incluem "Acertos por avaliação" registados como "Património Líquido".

**Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja Duero a 31.12.08**

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros						Capital autorizado pelas Assembleias de Accionistas	
				Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Resultado			Total Activos	Data	Montante (milhares €)	Período de Autorização
					Capital	Reservas (*)	Lucros (Perdas)				
<b>Sociedades do Grupo</b>											
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Sociedade de Carteira	100,00	60	60	121	140	100 424	31-12-08	-	-
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços Auxiliares	52,00	40	60	152	78	851	31-12-08	-	-
Dueromediación; Op. Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Correctores de seguros	100,00	303	120	282	162	1 277	31-12-08	-	-
Finanduro, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores	100,00	12 020	12 020	8 849	3 682	29 441	31-12-08	-	-
		Gestora de Fondos de Investimento									
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Investimento	100,00	4 188	4 164	1 439	2 007	13 571	31-12-08	-	-
Grupo de Negocios Duero, S.A.U. (**)	Madrid	Gestão financeira	100,00	104 587	63 500	8 871	45 178	136 126	31-12-08	-	-
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	4 000	4 737	4 784	4 949	53 542	31-12-08	-	-
Diode España, S.A.	Madrid	Detenção de participações	100,00	17 523	3 600	9 437	110	75 285	31-12-08	-	-
Total				<u>142 721</u>							
<b>Sociedades Multigrupo</b>											
Alqlunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	40,00	N/A	3 220	-28	945	33 878	30-11-08	-	-
Capredo Investments GMBH	Suíça	Detenção de participações	50,00	20 427	26	40 828	-	40 854	31-12-08	-	-
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Detenção de participações	40,54	18 000	44 401	2 368	3 900	80 200	31-12-08	-	-
Global Duero, S.A.	Madrid	Detenção de participações	50,00	1 500	10 000	-1 808	-890	26 414	31-12-08	-	-
Lares Val del Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	N/A	6 001	-1 686	-834	18 785	31-12-08	-	-
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimentos	13,33	12 402	150 038	-27 089	-57 479	74 840	31-12-08	-	-
Madriduero Sistemas Informáticos A.C.E.	Portugal	Serviços Informáticos	50,00	106	212	-	-	258	31-12-08	-	-
Madrigal Participaciones, S.A.	Valladolid	Sociedade de investimentos	30,87	20 376	66 006	-13	1 471	68 021	31-12-08	-	-
		Fábrica de preparação de presuntos									
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	presuntos	50,00	7 500	17 494	-4 860	-256	43 918	31-12-08	-	-
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	N/A	6 675	-40	-1 288	32 465	30-11-08	-	-
Servialogos Asesoramiento Integral, S.A.	Madrid	Estudos Financeiros	16,67	300	1 800	-58	-370	948	31-12-08	-	-
Soria Futuro, S.A.	Soria	Sociedade de investimentos	45,50	1 421	3 305	-207	268	3 367	30-11-08	-	-
Total				<u>82 032</u>							

(\*) Incluem "Acertos por avaliação" registados como "Património Líquido".

(\*\*) Sociedades com capital pendente de desembolso.

**Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja Duero a 31.12.08**

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação	Milhares de euros							Data
				Directa e indirecta	Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Valor consolidado	Capital	Reservas (*)	Resultado	Total activos	
<b>Sociedades associadas</b>											
Agrotech, S.A.	Barcelona	Biotecnologia aplicada à agric.	37,36	N/A	-	2 275	-2 275	-	4 407	30-10-08	
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	Valência	Transporte aéreo regular	21,98	72 426	77 593	770	85 182	16 381	472 330	30-10-08	
Aries Complex, S.A.	Madrid	Sector Aeronáutico	38,40	28 670	27 296	6 443	13 367	-3 031	108 061	30-11-08	
Autovía Los Pinares S.A.	Valladolid	Auto-estrada, portagem à sombra	20,00	2 724	2 313	13 618	-764	-1 292	104 299	30-11-08	
Barrancarnes Industrial, S.A.	Portugal	Alimentação	40,00	6 604	6 801	11 000	475	106	25 784	30-11-08	
Blindados Grupo Norte, S.A.	Navarra	Transporte de fundos	23,23	5 480	5 480	17 585	-9 850	-	29 591	30-11-08	
Bruesa Duero, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	35,00	N/A	319	1 000	-191	-20	20 960	30-11-08	
Camping El Brao, S.A.	Oviedo	Promoção imobiliária	25,00	N/A	1 079	469	3 851	-4	630	30-11-08	
Corporación Hotelera Dominicana	R. Dominicana	Hotel na República Dominicana	25,00	N/A	15 982	64 891	-2 507	-8 824	124 695	30-11-08	
Corporación Hotelera Oriental	R. Dominicana	Hotel na República Dominicana	25,00	N/A	2 514	8 571	2 199	-2 226	8 947	30-11-08	
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.L.	Madrid	Promoção imobiliária	20,00	N/A	8 252	60 000	-13 674	-5 496	146 525	10-12-08	
Dibaq Diproteg, S.A.	Segóvia	Alimentação animal	27,00	N/A	13 033	2 751	38 371	-4 211	169 836	31-10-08	
Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.	Madrid	Gestora de fundos de pensões	50,00	3 170	3 912	5 385	1 730	704	8 688	31-12-08	
E.B.N. Banco de Negocios, S.A.	Madrid	Entidade financeira	20,00	9 231	21 721	39 281	62 956	5 928	972 071	31-12-08	
Euromilenio Proyectos, S.L.	Logroño	Promoção imobiliária	20,00	706	269	3 500	-1 176	-979	12 410	31-12-08	
Fonteduro, S.A.	Madrid	Actividade hoteleira	20,00	N/A	829	5 755	-801	-812	58 609	31-12-08	
Granja Cerromonte, S.L.	León	Quinta Ovina	38,76	N/A	-	774	-756	-18	3 060	30-11-08	
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	Valladolid	Fabrico de iluminação técnica	20,00	N/A	38 229	8 453	57 620	3 678	171 158	30-11-08	
Infodesa, S.A.	Madrid	Informática	25,00	300	1 668	1 202	5 805	-335	17 446	31-10-08	
Instalação e Serviços Energéticos de Portugal, S.A.	Portugal	Instalações de gás e outras	45,00	N/A	-	-	-	-	-	-	
Inversiones Alaris; S.L.	Pamplona	Detenção de participações	33,33	N/A	8 116	11 879	14 989	-3 617	46 811	31-12-08	
Invest. y Desarrollo Energías Renovables, S.L.	León	Electricidade de origem eólica	20,41	N/A	2 681	15 718	-259	-2 426	197 288	30-11-08	
Jamones Burgaleses, S.A.	Burgos	Alimentação	40,00	3 466	3 793	8 665	268	542	19 566	30-11-08	
Leonesa Astur de Pienosos, S.A.	León	Comércio de produtos agrários	42,12	N/A	4 105	1 093	8 945	-292	41 214	31-12-08	
Losán Hoteles, S.L.	Saragoça	Aluguer de imóveis	20,00	5 400	5 168	13	15 440	-813	30 472	30-09-08	
Metales Extruidos, S.L.	Valladolid	Fabrico de perfis de alumínio	20,00	N/A	14 599	13 182	60 751	-938	173 763	30-11-08	
Prados Verdes, S.L.	Madrid	Alimentação	22,69	N/A	-	-	-	-	-	-	
Promotora Vallisoletana de Mercados, S.A.	Valladolid	Gestão de mercados	28,69	N/A	630	2 116	66	14	2 203	30-11-08	
Qualia Lácteos, S.L.	Ciudad Real	Indústria de lacticínios	26,47	1 000	596	8 050	-1 193	-1 528	28 021	30-11-08	
Tech Foundries, S.A.	Barcelona	Detenção de participações	20,00	N/A	-	470	-470	-	2 358	30-09-08	
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	50,00	18 713	25 797	27 158	16 609	7 826	455 940	31-12-08	
					<u>157 890</u>	<u>292 774</u>					

(\*) Incluem “Acertos por avaliação” registados como “Património Líquido”.

O balanço individual (resumido) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
<b><u>ACTIVO</u></b>		
Caixa e depósitos em bancos centrais	247 592	154 518
Carteira de negociação	439 327	350 038
Activos financeiros disponíveis para venda	968 202	3 273 070
Investimentos a crédito	15 061 822	14 487 425
Carteira de investimento a vencimento	3 046 032	968 879
Acertos a activos financeiros por macro-coberturas	-	-
Derivados de cobertura	55 486	72 543
Activos não correntes em venda	250 152	110 293
Participações	400 217	365 120
Contratos de seguros vinculados a pensões	6 674	6 314
Activo Corpóreo	600 120	593 462
Activo Incorpóreo	70	176
Activos Fiscais	156 559	201 005
Restantes activos	9 630	15 129
	<b>21 241 883</b>	<b>20 597 972</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>		
Carteira de negociação	77 743	79 339
Passivos financeiros ao custo amortizado	19 699 758	19 118 260
Derivados de cobertura	7 620	14 853
Provisões	134 047	154 173
Passivos Fiscais	86 526	72 735
Fundo da Obra Social	34 309	34 005
Restantes passivos	14 851	23 537
	<b>20 054 854</b>	<b>19 496 902</b>
<b><u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u></b>		
Fundos Próprios	1 163 076	1 131 330
Acertos por avaliação	23 953	(30 260)
	<b>1 187 029</b>	<b>1 101 070</b>
	<b>21 241 883</b>	<b>20 597 972</b>
<b><u>PRO - MEMORIA</u></b>		
Riscos Contingentes	854 308	976 083
Compromissos Contingentes	2 138 614	2 413 883

A conta de ganhos e perdas individual (resumida) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
Juros e rendimentos assimilados	741 712	919 700
Juros e encargos assimilados	(429 392)	(661 757)
Remuneração de capital reembolsável à ordem (apenas cooperativas de crédito)	-	-
<b>A) MARGEM DE JUROS</b>	<b>312 320</b>	<b>257 943</b>
Rendimento de instrumentos de capital	49 211	89 482
Comissões recebidas	75 749	77 497
Comissões pagas	(6 285)	(5 715)
Resultado de operações financeiras (líquido)	47 426	25 992
Diferenças de câmbio (líquidas)	635	1 539
Outros produtos de exploração	21 025	22 677
Outros encargos de exploração	(8 376)	(6 369)
<b>B) MARGEM BRUTA</b>	<b>491 705</b>	<b>463 046</b>
Gastos de administração	(220 876)	(225 570)
Amortização	(13 960)	(13 761)
Dotações para provisões (líquido)	4 742	(20 705)
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	(169 712)	(151 643)
<b>C) RESULTADO DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>91 899</b>	<b>51 367</b>
Perdas por deterioração dos restantes activos (líquido)	(22 410)	(17 098)
Ganhos / (Perdas) na baixa de activos não classificados como não correntes em venda	(3 157)	40 275
Diferença negativa em combinações de negócios	-	-
Ganhos / (Perdas) de activos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas	(7 243)	-
<b>D) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>59 089</b>	<b>74 544</b>
Imposto sobre lucros	(4 963)	12 637
Dotação obrigatória para obras e fundos sociais	-	-
<b>E) RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTÍNUAS</b>	<b>54 126</b>	<b>87 181</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)	(4 380)	-
<b>F) RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>49 746</b>	<b>87 181</b>

A demonstração das variações no património (resumido) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é a seguinte:

I. Demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos (resumida) correspondente aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro.

	Milhares de euros	
	2009	2008
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO	49 746	87 181
B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	54 213	(110 828)
Activos financeiros disponíveis para venda	77 447	(158 325)
Coberturas dos fluxos de caixa	-	-
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	-	-
Diferenças de câmbio	-	-
Activos não correntes em venda	-	-
Ganhos / (Perdas) actuariais em planos de pensões	-	-
Restantes rendimentos e gastos reconhecidos	-	-
Imposto sobre lucros	(23 234)	47 497
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS / GASTOS RECONHECIDOS (A+B)</b>	<b>103 959</b>	<b>(23 647)</b>

II.1 Demonstração total de variações no património líquido (resumida) correspondente ao exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2009.

Milhares de euros									
Fundos Próprios									
Capital / Fundo de Dotação	Prémio de emissão	Reservas	Outros Instrumentos de capital	Menos: Valores próprios	Resultados do exercício	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total do património líquido
Saldo inicial a 31 de Dezembro de 2008		1 044 149	-	-	87 181	-	1 131 330	(30 260)	1 101 070
Acerto por alteração de critério contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado		1 044 149	-	-	87 181	-	1 131 330	(30 260)	1 101 070
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos		-	-	-	49 746	-	49 746	54 213	103 959
Outras variações do património líquido		69 181	-	-	(87 181)	-	(18 000)	-	(18 000)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009		1 113 330	-	-	49 746	-	1 163 076	23 953	1 187 029

Milhares de euros									
Fundos Próprios									
Capital / Fundo de Dotação	Prémio de emissão	Reservas	Outros instrumentos de capital	Menos: Valores próprios	Resultados do exercício	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total do património líquido
Saldo inicial a 31.12.07	-	965 355	-	-	114 794	-	1 080 149	80 568	1 160 717
Acerto por alteração de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	-	965 355	-	-	114 794	-	1 080 149	80 568	1 160 717
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	-	-	87 181	-	87 181	(110 828)	(23 647)
Outras variações do património líquido	-	78 794	-	-	(114 794)	-	(36 000)	-	(36 000)
Saldo final a 31.12.08	-	1 044 149	-	-	87 181	-	1 131 330	(30 260)	1 101 070

## ANEXO II

A demonstração de fluxos de caixa (resumida) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2009	2008
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	629 393	963 482
1. Resultado do exercício	49 746	87 181
2. Acertos para obter os fluxos de caixa das actividades de exploração:	225 977	179 905
3. (Aumento) / Diminuição líquida dos activos de exploração	270 824	(1 162 907)
4. Aumento / (Diminuição) líquida dos passivos de exploração	69 766	1 859 303
5. Cobranças / (Pagamentos) por imposto sobre lucros	13 080	-
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(977 774)	(1 053 551)
6. Pagamentos:	(1 007 958)	(1 151 835)
7. Cobranças:	30 184	98 284
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	441 454	(17 225)
8. Pagamentos:	(935 022)	(150 000)
9. Cobranças:	1 376 476	132 775
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO	-	-
E) AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DA CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)	93 073	(107 294)
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	154 519	261 812
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO (E+F)	247 592	154 518
PRO MEMORIA		
COMPONENTES DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		
Caja	71 727	93 711
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	175 865	60 807
Outros activos financeiros	-	-
Menos: Descobertos bancários reintegráveis à ordem	-	-
TOTAL DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	247 592	154 518



## RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

À Assembleia Geral da  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA

1. Auditámos as contas anuais consolidadas da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria (a Entidade Dominante) e Sociedades Dependentes que compreendem o balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2009 e a conta consolidada de ganhos e perdas, a demonstração consolidada dos ganhos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada das variações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o relatório correspondentes ao exercício anual terminado na referida data, cuja formulação é da responsabilidade dos Administradores da Entidade Dominante. A nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu todo, com base no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Espanha, que requerem a análise, através de amostras selectivas, dos documentos justificativos das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas.

2. De acordo com a legislação comercial, os Administradores da Entidade Dominante apresentam, para efeitos comparativos, juntamente com cada uma das rubricas do balanço consolidado, da conta consolidada de ganhos e perdas, da demonstração consolidada do estado de ganhos e perdas, da demonstração consolidada de todas as variações no património líquido, da demonstração consolidada de fluxos de caixa e do relatório, para além dos números do exercício de 2009, os correspondentes ao exercício anterior. O nosso parecer refere-se exclusivamente às contas anuais consolidadas do exercício de 2009. Com a data de 2 de Abril de 2009, emitimos o nosso relatório

de auditoria acerca das contas anuais consolidadas do exercício de 2008, no qual expressamos um parecer favorável.

3. Como indicado na Nota 1 do relatório anexo, está previsto submeter à consideração do Conselho de Administração o projecto de fusão entre a Entidade Dominante e a Caja España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte de Piedad (Caja España) que, entre outros aspectos, contempla a sua apresentação à Assembleia Geral da Entidade Dominante, antes do fim do segundo trimestre de 2010. A referida fusão, que estará sujeita a aprovação por parte das Assembleias Gerais das entidades intervenientes e dos organismos competentes, pressupõe a criação de uma nova entidade, dissolvendo-se as entidades unidas e transferindo-se a totalidade dos respectivos patrimónios, e adquirindo a nova entidade, por sucessão universal, os direitos e obrigações das anteriores, como consequência da sua dissolução sem liquidação. As contas anuais consolidadas do exercício de 2009 não incluem nenhum dos efeitos que serão produzidos caso a referida fusão se realize.

4. Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas do exercício de 2009, em anexo, dão, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património consolidado e da situação financeira consolidada da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Sociedades Dependentes a 31 de Dezembro de 2009 e dos resultados consolidados das suas operações, das variações do património líquido consolidado e dos seus fluxos consolidados de caixa correspondentes ao exercício anual terminado na referida data e contêm a informação necessária e suficiente para a sua interpretação e compreensão adequadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que são similares às aplicadas no exercício anterior.

5. O relatório de gestão consolidado do exercício de 2009, em anexo, contém as explicações que os Administradores da Entidade Dominante consideram oportunas sobre a situação da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Sociedades Dependentes, a evolução dos seus negócios e outros assuntos, não sendo parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que a informação contabilística constante no referido relatório de gestão consolidado está em conformidade com a das contas anuais consolidadas do exercício de 2009. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório consolidado de gestão com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contabilísticos das Entidades Consolidadas.

1 de Março de 2010

CÂMARA DOS  
TÉCNICOS OFICIAIS DE  
CONTAS DE ESPANHA

Membro exercente:  
ERNST & YOUNG, S.L.

Ano 2010 Nº 01/10/03326

Emolumento: 88,00 EUR

Este relatório está sujeito à  
taxa aplicável estabelecida  
na Lei 44/2002 de 22 de  
Novembro

ERNST & YOUNG, S.L.

(Inscrita no Registo Oficial de Auditores  
de Contas com o Nº S0530)

Francisco J. Fuentes Garcí